



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS**

**ARQUIVAR, NARRAR, REMEMORAR: UM OLHAR SOBRE O INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GETÚLIO VARGAS (1995-2010)**

POLIANE ROSA

ERECHIM

2021

POLIANE ROSA

(Poliane Rosa)

**ARQUIVAR, NARRAR, REMEMORAR: UM OLHAR SOBRE O INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GETÚLIO VARGAS (1995-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza

ERECHIM

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Rosa, Poliane
Arquivar, Narrar, Rememorar: Um olhar sobre o
Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas
(1995-2010) / Poliane Rosa. -- 2021.
116 f.

Orientador: Doutor Fábio Francisco Feltrin de Souza

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2021.

1. Institutos Históricos e Geográficos. 2. Memória.
3. Presentismo. I. Souza, Fábio Francisco Feltrin de,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

POLIANE ROSA

(Poliane Rosa)

**ARQUIVAR, NARRAR, REMEMORAR: UM OLHAR SOBRE O INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GETÚLIO VARGAS (1995-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, defendido em banca examinadora em ____/____/____

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Débora Clasen de Paula-UFFS

Prof. Dr. Éverton de Moraes Kozenieski-UFFS

Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza – UFFS

Erechim/RS, Fevereiro de 2021

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer imensamente à Universidade Federal da Fronteira Sul que desde a minha graduação tem sido o meu espaço de formação acadêmica, proporcionando-me distintas vivências e experiências.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, do Campus Erechim, que é um programa que desde sempre tem prezado pelo comprometimento e pela excelência, mas que não deixa de ser um lugar humano e acolhedor.

Agradeço ao excelente corpo de docentes que o programa aglutina e que são profissionais que não medem esforços para agregar qualidade à formação e para trabalhar em prol do crescimento do programa; a todos os funcionários dos mais diversos setores da universidade, que de alguma maneira contribuem para que ela funcione; à secretaria de Pós-Graduação e à Coordenação do curso que fazem um ótimo trabalho e que se mantiveram atentas para prestar o auxílio necessário às diversas demandas oriundas do corpo discente.

Sou grata a todos os colegas do curso que foram fundamentais para a minha caminhada e que sempre ofereceram as melhores trocas que eu poderia ter tido.

Ao meu orientador, Fábio Francisco Feltrin de Souza, por me orientar e me apoiar incondicionalmente.

Agradeço ao meu companheiro Lucas Florianovich e a toda a minha família e amigos que sempre estiveram comigo e que se constituíram em uma base incrivelmente forte e acolhedora.

RESUMO

Esta dissertação trata das noções de história presentes na produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas fundado na década de 1990 no município de Getúlio Vargas localizado na região do Alto Uruguai, norte do Rio Grande do Sul. Para isto, desenvolveu-se uma análise das revistas lançadas pela instituição conjuntamente com as atas e discursos proferidos em aniversários e sessões solenes. O IHGGV é parte de um movimento de fundação recente de institutos históricos e geográficos de nível municipal que começaram a se multiplicar na década de 1980. A fundação da instituição acontece intimamente relacionada a mobilização de um grupo de professores que em parceria com a administração municipal vigente na época partem da profunda necessidade e investimento de resgatar/narrar a história do município e do desejo por produzir e institucionalizar memória. Sustentamos que a fundação não somente está afinada com o presentismo, como é causa e consequência da transição para o regime de historicidade presentista caracterizado pelo apego à memória e pelo comando da categoria do passado. Sabe-se então, que a instituição surge da necessidade por memória no seu caráter arquivístico, impulsionada por preservar, narrar, arquivar, rememorar e resgatar. Por fim, concluímos que produção historiográfica do instituto é marcada pela simbiose entre o conceito moderno de história (mas que ainda incorpora o velho topos da história *magistra vitae*) e o regime de historicidade presentista.

Palavras Chave: Memória; Presentismo; História; Narrativa; Instituto Histórico e Geográfico; Getúlio Vargas.

ABSTRACT

This dissertation comes to the notions of present stories in the historiographical production of the Historical and Geographical Institute of Getúlio Vargas (IHGGV), founded in the 1990s in the city of Getúlio Vargas, which is located in the Alto Uruguai region, in the north of Rio Grande do Sul. For that, we analyzed government magazines published by the supporting institution containing the minutes and speeches given at anniversaries and formal ceremonies. The IHGGV is a part of the recent foundation movement of historic and geographical institutes at municipal level that started to multiply in the 1980s. The foundation of the institution happens closely related to the mobilization of a group of professors, which, in partnership with the current municipal administration, start from the need and investment of rescuing / narrating the history of the city and the wish to produce and institutionalize memory. We maintain that the foundation is not only in tune with presentism, as is also the cause and consequence of the transition to the presentist historicity regime characterized by attachment to the memory and command of the category of the past. It is known that the institution arises from the necessity of memory in its archival character, driven by preserving, narrating, archiving, remembering and rescuing it. Lastly, we conclude that the historiographical production of the institute is marked by the symbiosis between the modern concept of history (but that still incorporates the old tops of history *magistra vitae*) and the presentist historicity regime.

Keywords: Memory. Presentism. History. Narrative. Historical and Geographical Institute. Getúlio Vargas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Foto da primeira charge produzida no Brasil.....	32
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

IHGS: Institutos Históricos e Geográficos

IHGMS: Institutos Históricos e Geográficos municipais

UFFS- Universidade Federal da Fronteira Sul

IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGGV- Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas

IAGP- Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco

IHP- Instituto Histórico de Paris

IHGRS- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SAIN- Sociedade de incentivo a indústria nacional

IHAGC- Instituto Histórico e Arqueológico do Ceará

IHGA- Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	p. 1
2. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO:UM LUGAR DE CRIAÇÃO.....	p. 21
2.1 A HISTÓRIA ANTES DO IHGB: AS POLÊMICAS NO MUNDO INTELECTUAL OITOCENTISTA E ESCRITA DA HISTÓRIA EM DISPUTA.....	p. 22
2.2 A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: NASCE UM ESPAÇO LETRADO E DISCIPLINADOR.....	p. 33
2.3 OS INSTITUTOS HISTÓRICOS ESTADUAIS: A EXPANSÃO DE UM MODELO INSTITUCIONAL.....	p. 46
3. A ASCENSÃO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS MUNICIPAIS, A FUNDAÇÃO DO IHGGV E O PRESENTISMO.....	p. 54
3.1 A TERCEIRA ONDA: DE GUARDIÕES DA MEMÓRIA À CUSTÓDIA.....	p. 54
3.2 A SOCIEDADE DA MEMÓRIA: O REGIME DE HISTORICIDADE PRESENTISTA E A TERCEIRA ONDA DE INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS MUNICIPAIS.....	p. 63
3.3 A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GETULIENSE: A MOBILIZAÇÃO E O DESEJO POR MEMÓRIA.....	p. 79
4. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GETÚLIO VARGAS: ENTRE A HISTÓRIA <i>MAGISTRA VITAE</i> E OS REGIMES MODERNO E PRESENTISTA DE HISTORICIDADE.....	p. 87
4.1 O IHGGV: OS ESTATUTOS, AS ATAS E O PERFIL INSTITUCIONAL.....	p. 87
4.2 DA REDAÇÃO: AS REVISTAS.....	p. 93
4.3 A ESCRITA DA HISTÓRIA E O LUGAR DA GEOGRAFIA.....	p. 95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 107
FONTES DOCUMENTAIS.....	p. 109
TEXTOS RELACIONADOS.....	p. 110
REFERÊNCIAS.....	p. 112

1. INTRODUÇÃO

Durante o século XIX e o início do século XX, os institutos históricos se consolidaram como locais de autoridade em relação ao saber, com uma tradição historiográfica própria calcada na história *Magistra Vitae*¹, só perderam fôlego após o estabelecimento de uma rede de instituições universitárias que ocorreu a partir de 1934, quando foi fundada a primeira grande Universidade moderna, a Universidade de São Paulo. Antes da consagração das universidades como espaço privilegiado de produção de conhecimentos, eram os IHGS os detentores dessa função e desse prestígio (Guimarães, 2011).

Munidos de uma complexidade de relações e especificidades, não somente institucionais e políticas, mas culturais e históricas, os institutos são lugares sociais e, espaços² de visibilidade e legitimações, onde o passado é mobilizado, produzido e institucionalizado. Ao mesmo tempo, eles assumiram historicamente a tarefa da salvaguarda, seleção e preservação dos mais variados documentos históricos (acervos), são lugares de circulação de discursos, produtores de narrativas históricas e de memória social.

São instituições que continuaram a emergir e a atuar na sociedade contemporânea e na mesma medida, foram e ainda são muito importantes para a consolidação e a manutenção da memória coletiva, tanto em nível nacional quanto regional. De acordo com Silveira (2008) a legitimação de um estado nacional e a produção de uma identidade

¹ Conforme aponta Koselleck, “Cícero, referindo-se a modelos helenísticos, cunhou o emprego da expressão *história magistra vitae*. A expressão pertence ao contexto da oratória; a diferença é que, nesse caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade a história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência”. KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006 (p.43).

² Nesta pesquisa, ao nos referirmos aos institutos históricos e geográficos citamos muito os termos “lugar” e “espaços” ao qual reconhecemos que possuem um significado muito mais amplo e que merecem atenção. Sendo assim, em diálogo com a geografia utilizamos esses termos a partir do entendimento de Souza (2013) que defende a necessidade de estar atentos a definição acrítica de “lugar”. Segundo o autor, para além de seu significado geográfico vago, o lugar “é um espaço vivido e dotado de significados, e com base na qual desenvolvem-se os sentidos de lugar e as imagens do lugar” (p. 114). Essa concepção de “lugar” que está inserido em um espaço social e é condicionado pelas transformações do espaço (culturais, políticas, econômicas) se encaixam adequadamente em relação a essas instituições como “lugares” não somente no seu sentido geográfico de localização/direção/espço. Ainda, na perspectiva do autor o “lugar” tem “uma dimensão cultural e simbólica, e, a partir daí, as questões envolvendo as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas, por trás da construção de imagens, dotadas de significado” (p. 115). SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

nacional brasileira foi uma das principais preocupações dos homens de letras do Brasil no século XIX, é em decorrência dessas demandas que surgiu o primeiro instituto histórico e geográfico. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838 na cidade do Rio de Janeiro tendo como objetivo ser o responsável direto por pensar e produzir uma história do Brasil e promover os estudo da história e da geografia (Carlos, 2008).

O desenvolvimento da história, enquanto ciência e disciplina, passou indiscutivelmente pelo primeiro grande reduto intelectual que definiu os primeiros parâmetros e foros de cientificidade para disciplinar sua escrita, influenciou a historiografia brasileira e a própria constituição da identidade do historiador ao longo de todo o século XIX. O instituto se manteve hegemônico enquanto principal lugar de autoridade e viabilizou a concretização de um projeto de estado imperial, pensado e produzido pela ótica da elite política do Império.

A normatização do discurso historiográfico aconteceu intimamente voltada à necessidade de criar uma História e uma Geografia para o império e, como consequência, à história enquanto disciplina se consolidou adjunta ao estado e a uma “memória oficial”. Conforme Turin (2005), foi nesse espaço institucional que ocorreu a transição do “*literato*” para o “*homem de letras*” e que se constituiu o *ethos* do historiador moderno.

Durante muito tempo, o IHGB reinou solitário como um espaço letrado e historicizado, no entanto, desde a sua fundação, os seus estatutos previam a criação de institutos congêneres que na prática significariam uma expansão do seu modelo institucional. Para o IHGB era interessante contar com o trabalho dos institutos estaduais para que essas entidades pudessem reunir, selecionar e metodizar documentos em seu lócus de atuação e escrever sua história local/regional que em tese deveria ser integrada e harmônica ao discurso historiográfico do IHGB.

De acordo com Calleri (2001), o despontamento de institutos históricos estaduais se tornou realidade a partir do ano de 1862, durante o período da República, que é quando diversas entidades congêneres começaram a pipocar nos diferentes estados da federação, demarcando um segundo momento de surgimento desses locais. É em decorrência desse contexto que, no ano de 1920, é criado no estado do Rio Grande do Sul o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) por onde passou a institucionalização da história do Rio Grande do Sul.

Nessa esteira, essa pesquisa surge do meu fascínio por essas instituições e pela sua potencialidade de sobrevivência ao longo do tempo, pois alguns desses locais tem

mais de um século, vide o caso do IHGB. Mas sobretudo, ela acontece em decorrência da descoberta de que a pequena cidade aonde eu nasci e cresci abriga um Instituto Histórico e Geográfico municipal: o Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, fundado há cerca de 25 anos no município de Getúlio Vargas, localizado no norte da Região Alto Uruguai³, há cerca de 300 quilômetros da capital Porto Alegre. O município alcançou a sua emancipação política e administrativa no ano de 1934. Antes disso, era pertencente a colônia Erechim que foi planejada e criada por um decreto do governo do estado no ano de 1908. O fato de eu ter ingressado no curso de História foi crucial para direcionar o meu olhar para esse local que está ativo e que, durante todos esses anos, eu não havia notado.

Outra descoberta fundamental foi que a instituição já consolidada nunca havia sido alvo de estudos até então, o que consideramos que trata-se de uma lacuna em relação aos estudos historiográficos locais. Na busca por preencher essa lacuna elegemos o Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas como principal objeto dessa pesquisa. Mediante o processo de investigação, alguns dados interessantes foram encontrados, e revelam que essas instituições de matriz histórica e geográfica não cessaram de emergir, muito pelo contrário, entre as décadas de 1980, 1990 e 2000 ocorreu uma terceira onda de surgimento de institutos históricos e geográficos municipais que começaram a se multiplicar, onda da qual o IHGGV faz parte.

Esse fenômeno de continuidade, emergência e expansão desses locais pode ser percebido tanto no rio Grande do Sul quanto em outros estados da federação. O aparecimento recente dessas entidades nos causou inquietação, porém, no levantamento da bibliografia nos deparamos com a tremenda escassez de estudos voltados ao surgimento de IHGS na contemporaneidade, trata-se de outra lacuna, não há estudos direcionados a investigar as razões que expliquem essa expansão.

Entre os principais estudos⁴ encontrados estão os trabalhos que procuram analisar o contexto do surgimento dos centros de memória no Brasil a partir da década de 1980,

³ Em relação a região do Alto Uruguai citada na pesquisa, utilizamos a delimitação advinda da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU) que é composta atualmente por trinta e dois municípios: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Erebangó, Entre Rios do Sul, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Mariano Moro, Marcelino Ramos, Machadinho, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

⁴ Dentre alguns desses estudos consultados citamos: CORRÊA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS** - n. 146 - 2012.

principalmente por que os institutos históricos e geográficos municipais costumam ser enquadrados nessa categoria, e os trabalhos que citam a expansão dos programas de Pós-Graduação em História atrelado ao interesse pela história regional/local como um possível fator para a contínua consolidação desses lugares. Entendemos que esses estudos são válidos, mas sozinhos não dão conta de explicar e problematizar essa terceira onda, principalmente porque, de acordo com nossa compreensão, a proliferação desses institutos é uma resposta a uma necessidade do tempo presente: o aumento do consumo pelo passado e o desejo por memória.

Ao nosso ver, essa escassez é fruto da percepção enraizada, principalmente no meio acadêmico, de que esses lugares já se esgotaram em si mesmos. É nesse sentido que o esforço dessa pesquisa constitui em abalar e pôr em questionamento essa concepção a partir da investigação do caso do IHGGV que demonstra que, no tempo presente, os IHGS de nível municipal são muito mais vivos e complexos do que inoperantes.

A instituição surgiu na década de 1990, sua fundação oficial aconteceu no ano de 1995, intimamente ligada a um projeto denominado “Memória Oral Getuliense” que começou no ano de 1994. Esse projeto foi uma iniciativa de um grupo de docentes, em sua grande maioria mulheres, que, com o apoio da administração municipal colocou em prática o projeto, utilizando o método da história oral para produzir um acervo de entrevistas tendo como principal objetivo “resgatar” a história local. O IHGGV nasce da relação de um grupo de docentes com o poder público municipal mediante um profundo investimento em produzir memória, registrar e narrar a história de Getúlio Vargas. As fundadoras são, em sua maioria, professoras de diferentes áreas de atuação. Porém, de acordo com os dados da Ata de fundação, uma das sócias fundadoras desempenhava a função de Enfermeira. Conforme previsto no seu estatuto, o instituto organizou e lançou três revistas. O lançamento de revistas anuais ou trimestrais/semestrais não é uma particularidade do IHGGV, é uma prática comum desses locais.

A primeira revista foi lançada pelo IHGGV em dezembro de 1996 intitulada como “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas”. A revista de cor branca e preta tem como capa uma foto panorâmica da cidade tirada em 1925, contém 175 páginas e nela estão publicações referentes aos resultados do projeto “memória oral” que antecedeu a fundação do instituto, e a outros temas das áreas de história e geografia. Uma

segunda revista, de cor azul e com cerca de 130 páginas foi produzida como uma edição temática e publicou o conteúdo dos Anais do II Seminário de História Regional, evento organizado pelo instituto que aconteceu nos dias 12 e 13 de setembro de 2003 no município de Getúlio Vargas e teve como tema a Revolução de 1923 e os 80 anos do Combate de Quatro Irmãos.

Posteriormente, no ano de 2005, foi lançada uma terceira revista com cerca de 135 páginas, de cor vermelha, e que traz como foto de capa a fotografia de um moinho da década de 1940, localizado no distrito de Rio Toldo. As revistas são compostas de pequenos artigos tratando de temas variados, escritos no âmbito da história Local/Regional. Entre as publicações redigidas, principalmente pelos sócios da instituição, há artigos de cunho literário (poemas, sonetos, reflexões) escritos por dilettantes, sínteses históricas e geográficas dos distritos, contextualizações históricas e Corografias⁵.

Caracterizamos como objeto de pesquisa: o IHGGV (um lugar social)⁶, sua noção de história (práticas) e a sua produção historiográfica (as Revistas). A partir da relação entre a produção científica e o “lugar”, como determina Certeau (1982), o objetivo geral desta pesquisa é elucidar quais são as noções de história que são compartilhadas pelos membros do IHGGV (sócios fundadores, colaboradores e correspondentes) a partir da utilização do conceito de Regime de Historicidade proposto por Hartog (2013). Entre as questões auxiliares que essa pesquisa visa responder estão: qual a relação entre a multiplicação tardia de institutos históricos e geográficos municipais com a modernidade⁷? Qual é o espaço que a geografia tem dentro da instituição? Ela é compreendida como uma ciência auxiliar da história ou há uma paridade entre as duas áreas? Quais são as razões e demandas que impulsionaram a fundação do IHGGV?

⁵ As Corografias são um gênero narrativo muito antigo, segundo a definição de Martins (s.d apud Corrêa, 2012. p. 16) “são descrições geográficas de regiões e localidades associadas ao relato de fatos históricos nela ocorridos” CORRÊA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS** - n. 146 – 2012.

⁶ Lugar como entende Certeau: “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. IN: CERTEAU, M. **A escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 p.56.

⁷ O conceito de “Modernidade” aqui empregado é o desenvolvido a partir da obra de Koselleck. KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006

Dessa forma, utilizamos como fonte, as Revistas, as Atas, os discursos de posse, de comemoração de aniversário da instituição e aqueles ocorridos nas demais sessões solenes. Com relação à análise das fontes, selecionou-se 16 artigos publicados entre as três revistas e o catálogo das entrevistas realizadas na primeira fase do projeto memória oral getuliense. O critério de seleção de fontes ocorreu em conformidade com o objetivo geral dessa pesquisa e suas questões auxiliares. Nesse sentido, selecionou-se textos escritos pelos sócios fundadores, colaboradores e correspondentes que compõem o núcleo de intelectuais do instituto e os demais materiais que tratam da história, da geografia, da memória e do perfil da entidade.

Destaca-se ainda que o instituto não é tratado aqui como uma esfera homogênea que produz um discurso único, apesar do controle e do regramento das atividades ser feito pelo grupo diretor, na historiografia produzida pelo instituto encontramos discursos que se somam, que se justapõem e até mesmo que são contraditórios entre si.

Para fins de recorte e delimitação, decidiu-se realizar essa análise entre o período de 1995 e 2010 quando são lançadas as três revistas. Além disso, o que justifica essa escolha é que entende-se que é durante esse período que a entidade esteve mais ativa e profícua e com maior participação dos sócios fundadores. Ressaltamos ainda que a nossa análise é pautada nos primeiros quinze anos de funcionamento do instituto e que para além desse período pode ter ocorrido mudanças e reformulações na entidade.

O registro das atas conta sempre com a assinatura dos participantes das reuniões. A partir disso, nota-se que a frequência e a participação dos sócios e colaboradores nas reuniões mensais foi diminuindo gradativamente ao longo dos anos. Portanto, esses primeiros quinze anos são definidores em relação a estruturação e consolidação do perfil da instituição, é durante esses anos que a entidade teve maior atuação e manteve um maior agrupamento dos diversos sócios da entidade. Reitera-se que essa pesquisa está longe de ser uma resposta definitiva à essas questões e lacunas, e nem pretende ser. Consiste muito mais em uma primeira tentativa de construir análise e respostas mediante as questões suscitadas.

Os discursos lidos nos aniversários e nas sessões solenes são igualmente interessantes porque, além de apresentarem um balanço sobre os trabalhos desenvolvidos nos primeiros anos de estruturação da instituição, também são ocasiões em que o Presidente, Oradora e Secretária refletem sobre a história e sobre os objetivos da

instituição. As Atas⁸ relatam a rotina burocrática e as diretrizes de funcionamento do lugar, os diálogos, as pautas das reuniões e posicionamentos, e a troca de correspondências com diversas outras instituições que é uma prática assídua da entidade. A análise dessas fontes é crucial para elucidar as aspirações, a rotina e os princípios de organização que nortearam o funcionamento do local.

Compreende-se que as revistas produzidas pelo IHGGV são nossas fontes primárias, é a primeira vez que foram utilizadas como fonte para uma pesquisa. Sendo assim, é importante dizer que mesmo que elas não tenham um grande nível de circulação na sociedade getuliense, o instituto figura como esse local central de manutenção da memória coletiva e registro de uma história do município, além de abrigar um acervo e possibilitar o acesso de diversas fontes para pesquisa.

Na análise das revistas, procurou-se levar em conta o seu processo de organização, compreender como e por quem elas foram pensadas e produzidas, questões de financiamento e parâmetros de pesquisa como é o caso das seleções temáticas e do critério de escolha dos autores convidados que compõem a categoria de sócios. Para além disso, nos interessa conhecer e analisar o trabalho desses intérpretes locais e o tipo de historiografia que desenvolvem sobretudo por que a instituição não somente molda uma corrente de ideias que ela defende, ela a torna possível, dando legitimidade a ela.

Atenta-se para o fato de que essa análise sobre a produção historiográfica dentro do instituto tem um caráter individual, mas muito mais coletivo. “O livro ou o artigo de história é, ao mesmo tempo, um resultado e um sintoma do grupo que funciona como um laboratório” (Certeau, 1982, p. 56). Este é, portanto, um trabalho do âmbito da história da historiografia, no sentido de que buscamos fazer uma história dessa história produzida no IHGGV e, ao mesmo tempo, refletir e interrogar essa história.

Conforme Oliveira (2012), o estudo da história da historiografia no Brasil é relativamente recente, mas vem se renovando e avançando satisfatoriamente em suas agendas de investigação. Pretendemos analisar os pressupostos historiográficos que o IHGGV ativa no sentido de identificar as correntes teóricas e metodológicas presentes em sua produção, problematizar as noções de histórias que aparecem nas narrativas a partir das novas problemáticas e discussões, pois de acordo com a autora:

⁸ As reuniões do IHGGV inicialmente eram quinzenais, posteriormente se tornaram mensais. Durante os 25 anos de existência da instituição todas as reuniões foram registradas em atas. A secretária da instituição deveria ser sempre a responsável por registrar o conteúdo das reuniões e algumas das principais falas em seu sentido literal. Ao final de todas as reuniões, os participantes deveriam assinar a ata. Entre os anos de 1995 e 2010 analisamos e utilizamos como fonte cerca de 80 atas.

Desde que a escrita histórica passou a ser percebida como vinculada à experiência e, por conseguinte, dotada de historicidade e condicionada pelas perspectivas espaço-temporais de sua elaboração, a abordagem crítica das historiografias precedentes se tornou tarefa constitutiva do ofício do historiador. (OLIVEIRA, 2012, p. 6).

Como já foi dito, historicamente, esses locais são marcados por produzir narrativas e institucionalizar uma dada memória, assim como deram voz a sujeitos históricos específicos e interditar outros. Conforme Certeau (1982, p. 76-77) “a combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica”. A compreensão do caráter histórico desses espaços também passa pela relação existente entre “lugares públicos, usos do passado, da memória e estratégia política” (Rufer, 2010). As relações entre temporalidade, memória e história são complexas e dinâmicas, pois “toda e qualquer reflexão a respeito da memória e de suas utilizações torna imprescindível uma discussão sobre suas relações com o tempo, cultura e com a história” (Mello, 2016, p.3).

Como já ressaltamos, os Institutos Históricos perderam fôlego e não ocupam mais esse lugar de autoridade em relação a produção e circulação de conhecimento, posto que hoje pertence as Academias. Os institutos dos grandes centros se profissionalizaram e desempenham funções acadêmicas importantes para auxiliar a pesquisa nas mais diversas áreas e geralmente atuam em parceria com as Universidades. Neste sentido, surge a questão sobre qual é o impacto dos institutos históricos e geográficos longe dos grandes centros, como é o caso dos institutos municipais.

A partir da investigação sobre o IHGGV, dispensamos a ideia de que eles são lugares figurativos e obsoletos e defendemos que esses locais funcionam de maneira mais intensa e, como foi conceituado por Pierre Nora, “Lugares de Memória” são “onde a memória se enraíza no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (Nora, 1984, p. 3). Além de produzirem narrativas de história são locais referenciais de materialização e simbologia, onde há o concreto mas sobretudo o simbólico, produzem elos de identificação coletiva e individual. São instituições por onde perpassam a produção de identidades e a construção de sentimentos de pertencimento, efetivamente um lugar para seus membros.

Diante do panorama de escassez, não há pesquisas suficientes e com caráter específico com as quais possamos dialogar para explicar um terceiro momento de aparecimento de institutos históricos e geográficos no qual o IHGGV se insere. Partindo

das nossas análises, sustentamos que a mobilização e fundação dessas instituições, incluindo o IHGGV, não pode ser compreendida descolada de um processo central da contemporaneidade que é marcada pelo despontamento da memória como uma categoria central na sociedade. A instituição nasce no seio dessas transformações caracterizadas pelo protagonismo da memória e sua necessidade, pelo aumento massivo do interesse pelas políticas memorialísticas no espaço público e pelas mudanças na nossa maneira de sentir e se relacionar com o tempo, mudanças que demarcam a transição para um novo e inédito Regime de Historicidade: o presentista. Nesse sentido, esse trabalho também dialoga diretamente com o horizonte de discussões mobilizadas por Koselleck (2006) e que trata das alterações na relação entre passado e futuro ao longo das gerações históricas.

O regime de historicidade, como afirma Hartog (2013, p. 139), “é a expressão de uma ordem dominante do tempo”. Segundo o autor, estamos diante de uma nova experiência temporal que se caracteriza pelo retorno da categoria do passado, pela imposição do horizonte do presente e pela obsessão em produzir memória, arquivar, narrar, registrar. Considerando o velho topos da história *magistra vitae* com seus quase dois mil anos de história com sentido pedagógico, e considerando igualmente as demais experiências temporais que a humanidade já experimentou e que tiveram sempre o futuro como referência, estamos vivenciando profundas mudanças e rupturas. “Memória”, “Patrimônio” e “Identidade” são categorias que orbitam o regime de historicidade presentista e que no tempo presente adquiriram novos sentidos.

Em vista disso, memória é um dos conceitos cruciais desta pesquisa. A memória é abordada por diversos autores a partir de uma variedade de vieses e referenciais teóricos, a constituição das ciências humanas ocasionaram uma série de transformações na memória coletiva. Dessa forma, a memória é tranquilamente um assunto interdisciplinar, pois possui uma dimensão “biológica”, “psicológica”, “sociológica” e “histórica”. Ela surge mais precisamente na História e na Antropologia, mas o desenvolvimento do seu conceito e de uma melhor compreensão sobre seus limites e alcances passa pelo campo das Ciências Humanas. A memória é um teia de ligação entre elas (Le Goff, 1990, p. 472). Nas últimas décadas, os estudos em torno da memória e da temporalidade tem se multiplicado e esse massivo interesse pela memória, pelo patrimônio e pelo tempo, na perspectiva de François Hartog, é um sintoma do presentismo que caracteriza a sociedade contemporânea.

Demonstramos que tanto em sua produção teórica, como no seu cotidiano, os termos passado, memória, rememorar, relembrar, resgatar, registrar, ocupam um lugar

central no IHGGV, a sua própria fundação é fruto da movimentação de um grupo de pessoas e do desejo por memória. A História Oral e o testemunho possuem um espaço muito importante dentro da instituição, portanto, o apego a categoria do passado e a obsessão pela memória nos dá indícios de que a produção teórica do IHGGV apresenta sinais de presentismo e está afinada ao Regime de Historicidade Presentista.

A memória é entendida e utilizada dentro do IHGGV a partir de sua função contemporânea como apontada por Hartog (2013, p. 162-163). Em uma sociedade que se volta inteiramente ao passado, a memória não tem mais o futuro como referência “[...] ela é um instrumento presentista [...] ela é o que faz com que o presente seja presente para si mesmo”.

Nossa memória não é mais aquela, ela que agora só é "História, vestígio e triagem". Preocupada em fazer memória de tudo, ela é apaixonadamente arquivística, contribuindo a essa cotidiana historicização do presente, já observada. Inteiramente psicologizada, a memória tornou-se um assunto privado, que produz uma nova economia da "identidade do eu". (HARTOG, 2013, p. 162).

É a partir desse escopo teórico e desse horizonte de discussões que tem como base o “presentismo” que trata de história, memória e tempo é que construímos nossa análise em torno do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. A análise e o mapeamento das perspectivas teóricas metodológicas que norteiam os artigos produzidos e publicados pelo instituto revelam que na sua produção historiográfica não persiste um conceito de história único e uniforme e que essa produção é marcada por uma simbiose entre o regime moderno de historicidade, a noção de história mestra da vida e o regime presentista de historicidade.

Para fins de compreensão da estrutura dessa pesquisa: ela está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: um lugar de criação” aborda uma contextualização sobre o surgimento do IHGB como a primeira instituição a ser fundada no Brasil a partir do processo de Independência e das demandas do século XIX, como é o caso da necessidade de consolidar um estado nacional a partir da escrita de uma história e uma geografia do Brasil. Da urgência por produzir e delinear uma identidade uniforme, dotada de identificação e sentimento de pertencimento à nação. Destacamos também as novas interpretações que mostram como o surgimento do instituto está ligado a um contexto de transformações, como é o caso da mudança do conceito de história e o desejo por história que aumentou consideravelmente no início do

século XVIII. Mesmo após o esgotamento do governo Imperial, o IHGB conseguiu passar por cima de sua crise institucional e se reinventar.

A partir da primeira República, a instituição e a sua produção historiográfica entram em um processo de reorientação para atender aos interesses do novo governo e do novo momento político. Esse trabalho mostra como os primeiros institutos históricos estaduais surgem antes da instalação do governo republicano como uma estratégia de expansão institucional do IHGB. Mesmo que esses espaços tenham surgido afinados ao instituto central, eles foram se construindo com base nas aspirações dos homens de letras de suas localidades. É a partir da primeira República que temos um segundo momento de aparecimento de Institutos Históricos e Geográficos, as disputas no campo historiográfico e os debates em torno da identidade nacional e dos rumos da nação passaram diretamente por esses lugares, que produziram tradições e foram responsáveis por cristalizar memórias.

No segundo capítulo, “Os Institutos Históricos e Geográficos Municipais: A Terceira Onda”, o que orienta é a proposta de analisar e compreender um terceiro momento recente de aparecimento de instituições que são espaços historicizados de produção de conhecimento: os Institutos Históricos e Geográficos Municipais. Analisa-se multiplicação dessas instituições a partir da ascensão do regime de historicidade presentista. Disserta-se ainda sobre a importância e os impactos que essas instituições de nível municipal que se localizam longe dos grandes centros urbanos seguem tendo nos dias atuais. Questiona-se e se contrapõe a percepção de que esses lugares tenham se esgotado.

O terceiro e último capítulo, denominado “O Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas: Entre a história *magistra vitae* e os regimes moderno e presentista de historicidade, aborda a questão da organização, estruturação e fundação do IHGGV através da análise do seu perfil institucional para elucidar quais são as razões e as demandas que impulsionaram a fundação do instituto. Em seguida, analisa quais as noções de história que fazem parte das concepções dos membros do instituto e qual é o papel que é ocupado pela Geografia dentro da instituição.

2. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: UM LUGAR DE CRIAÇÃO.

Pode-se identificar diversas similaridades entre o IHGGV e o IHGB, tanto nos seus estatutos de fundação como nas diversas práticas que a instituição mantém. Este tema será melhor explorado mais adiante. No entanto, é interessante observar a vivacidade e a influência do legado institucional do IHGB que seguiu sendo um modelo para os institutos históricos que surgiram mais recentemente. O local está em atividade há pelo menos 182 anos, segundo Guimarães (2016, p. 376) “a sua Revista Trimensal é uma das mais antigas do mundo Ocidental com circulação ininterrupta desde o ano de 1839”. Foi só a partir dos anos de 1864 que a revista se tornou semestral e posteriormente recebeu o prêmio Internacional do Congresso de história de Veneza realizado em 1881. A entidade se tornou um dos redutos intelectuais mais importantes que nasceu no Segundo Reinado, foi palco de discussões em torno da escrita da história, embates por projetos de nação e, principalmente, disputas pelo passado.

Uma das peculiaridades do contexto intelectual das produções oitocentistas é o debate acerca de uma escrita da História intimamente ligada aos interesses de afirmação de um estado monárquico imperial. O que é peculiar deste momento é que ainda não havia sido estabelecido parâmetros ou normatizações e, dessa maneira, a vida intelectual oitocentista era marcada por uma diversidade complexa. Oliveira (2012, p. 7) aponta que um dos principais desafios dos pesquisadores da historiografia brasileira é reconhecer a característica desse contexto de “coexistência de distintos modelos e tradições letradas que não foram necessariamente opostas ou excludentes”.

A construção do discurso histórico moderno foi marcada por complexidades, deu-se de forma não linear e dotada de contradições. Nesse sentido, não se pretende aqui fazer um balanço sobre a escrita da história Oitocentista. Este primeiro capítulo pretende dar conta de refletir sobre as condições de emergência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O foco consiste em analisar a centralidade da instituição que se manteve por um longo tempo como um espaço de autoridade e legitimador do conhecimento e de produção de discursos vinculados aos interesses dos diferentes projetos que estavam no horizonte.

Trata também de abordar o surgimento dos primeiros grandes Institutos congêneres que foram se estabelecendo posteriormente. Conforme Calleri (2001), eles contribuíram para a consolidação de uma memória regional, valorizando os aspectos

locais e a importância da região para a composição de uma memória nacional. É fundamental caracterizar o momento histórico e de surgimento desses locais desde a sua historicidade para refletir sobre a importância histórica que tiveram e que ainda seguem tendo. Na medida em que o IHGB e os institutos estaduais nascem relacionados à esse contexto de afirmação do estado e produção de uma identidade nacional e regional, os institutos históricos e geográficos municipais surgidos na “terceira onda” emergem a partir das demandas e transformações históricas e sociais da sociedade moderna e é por essa razão que os se analisa na esteira do Regime de historicidade presentista.

Sobre a relevância do IHGB, Araújo (2012) o aponta como um *locus* privilegiado de observação quando se trata de compreender a dinâmica da historiografia brasileira do século XIX que continua rendendo novas e necessárias abordagens.

2.1 A HISTÓRIA ANTES DO IHGB: AS POLÊMICAS NO MUNDO INTELECTUAL OITOCENTISTA E ESCRITA DA HISTÓRIA EM DISPUTA.

Em diálogo com as interpretações mais recentes, parte-se da constatação de que a emergência do IHGB como um espaço legitimador do conhecimento pode e deve ser compreendida a partir de uma conjuntura ligada as mudanças ocorridas no século XVIII, como é caso da transição do antigo conceito de história para o seu conceito moderno. Não há dúvidas que a instituição surgiu e se desenvolveu estritamente relacionada ao desígnio do projeto de centralização do estado e teve como tarefa o trabalho intelectual de produzir e pensar a nação. Mas ao mesmo tempo em que se tornou um lugar de autoridade na produção de narrativas e de uma identidade nacional, sua fundação foi crucial para o desenvolvimento dos primeiros passos rumo ao progresso da pesquisa histórica.

Partindo desta concepção, entende-se que o instituto, enquanto um espaço institucional dotado de historicidade, requer análises mais amplas e que é errôneo reduzir o IHGB e a historiografia oitocentista a uma fábrica de ideologias. Para compreender a importância da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o processo de institucionalização e profissionalização da historiografia no Brasil é preciso destacar que a instituição surge em meio a um ambiente de disputa de narrativas. José Honório Rodrigues (1969) afirma que a pesquisa histórica no Brasil teve início com a sua fundação. De fato, podemos dizer que o seu surgimento significou um marco de redirecionamentos no meio intelectual do império justamente por que o espaço assumiu

uma centralidade disciplinadora na função de estabelecer um modelo institucional de pesquisa que também era excludente quando se tratava de historiografias paralelas.

No entanto, é importante ressaltar que havia iniciativas de pesquisas antes da fundação do instituto, embora fossem de cunho mais individual, outras versões sobre a história do Brasil foram redigidas antes de o IHGB assumir pra si a tarefa de escrever uma história oficial e geral do Brasil. Uma questão a ser pontuada é que ainda há poucos trabalhos que tratam da escrita da história anterior a sua fundação. Considera-se importante abordar de forma breve esse panorama justamente para refletir como o lugar surge como uma instituição reguladora das práticas e do próprio *ethos* do historiador que ali começava se constituir.

Atualmente, pode-se observar novas linhas de investigação em torno da história fora do IHGB. Os novos estudos⁹ mostram que havia autores que, mesmo estando ligados ao instituto, escreviam histórias que estavam na contramão do padrão geral de uma história nacional e única, assim como a existência de tradições locais que procuravam escrever uma história afinada a preservação de suas identidades regionais. Araújo (2012, p. 32) pontua a necessidade de redescobrir esses textos e autores, “no futuro, poderemos relativizar ou confirmar o peso do IHGB como “centro irradiador” de um padrão historiográfico e de uma narrativa oficial”.

Nesta perspectiva, as pesquisas historiográficas em grande parte tiveram como foco o instituto, compreendido como o lugar do desenvolvimento de uma historiografia brasileira que surge intimamente ligada a necessidade de dar sustentação ao estado imperial e ao seu projeto de nação. Varella (2011, p.8) esclarece que a grande concentração de trabalhos dedicados a investigar a função da historiografia na construção da nação brasileira corroborou “para que fosse deixado de lado aquilo que havia sido produzido em termos de historiografia dentro e fora do país antes da criação do instituto central”.

A dissertação de Mestrado de Flávia Varella, dedicada a analisar a recepção da obra do historiador inglês John Armitage, tem demonstrado que mesmo antes de 1838, já havia pesquisas historiográficas dentro e fora do país que abordavam problemas que foram muito discutidos no século XIX, como por exemplo, questões referentes a identidade nacional e do território, o que demonstra que já havia uma vontade e uma necessidade de compor uma história nacional antes mesmo da Independência.

⁹ ARAÚJO, Valdei Lopes de; OLIVEIRA, Mária Glória de (org). **Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Edufop/ PPGHIS, 2012.

Schwarz (1993) diz que é justamente no começo do século XIX que se inicia a instalação de uma rede de instituições educacionais e culturais no país. Antes disso, não havia centros de pesquisas, nem universidades e o ensino ficava delegado as escolas Jesuítas. Ao desembarcar no Brasil com família a Real Portuguesa, o monarca D. João VI tratou de fundar diversas instituições centralizadoras, como é o caso da Imprensa Régia, a Biblioteca e o Museu Real. Se tratava de uma estratégia de além de promover uma série de reformas em diversos âmbitos, a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 demarcava um novo espaço de experiência ligado a transformação do conceito de história.

O velho topos da história *magistra vitae* empregada por Cícero que orientou os historiadores e teve uma função pedagógica por quase dois mil anos entrava em dissolução. Reinhard Koselleck argumenta que a modificação semântica ocorrida na língua alemã acelerou o esvaziamento de sentido da *historie* que carregava consigo a imortalização da efetividade que a história tinha em instruir e em fornecer exemplos para a vida prática. O passado era o mestre, o exemplo a ser seguido para guiar as ações dos contemporâneos, e até então, a história tratava de narrativas particulares usadas no plural que tinham a função de instruir (Koselleck, 2006).

Essa modificação semântica demarcou uma nova experiência na relação da humanidade com o tempo, pois a história passava a ter um novo sentido como um coletivo singular. A *Geschichte* compreendida como um processo único que articulava o passado, presente e futuro dava espaço a um horizonte de expectativas calcado no porvir. Se a história era entendida como um processo único, os exemplos particulares fornecidos pelo passado não tinham mais o mesmo peso. Como apontado por Koselleck, passou-se a exigir uma cadeia narrativa única onde a história em si virava sujeito, a marcha única e articuladora da história da humanidade subiu um degrau acima das “histórias”. A transição para o novo conceito de história abria um horizonte de expectativas através da possibilidade do novo e do único, e o gradual esfacelamento da história mestra da vida já podia ser sentido. Em relação aos eventos de 1808, era a primeira vez que um monarca transferia a sua corte da Europa, vista como o centro, para o mundo colonial do continente americano. Dessa forma, de acordo com Varella (2011, p. 9) esse acontecimento “rompia com a possibilidade da ideia cíclica de história e de um movimento de imitação das ações do passado”.

Essa transferência de corte ganhou o caráter de acontecimento histórico acompanhado de sensação ruptural, de algo a ser encaixado em uma narrativa e que

poderia ser entendida no entrelaçar da forma moderna e antiga. Conforme Araújo (2009, p. 3), “Ou ele é identificado com um evento do passado a partir do qual seu futuro pode ser antecipado, ou é disposto em uma cadeia de acontecimentos que lhe serve de contexto e permite prever seus desenvolvimentos”.

Araújo (2015) aponta que partir da metade do século XVIII, houve um crescente desejo por história, por parte da sociedade civil e principalmente pelo estado. Fato este que gerou um alargamento do interesse por escrever história e aumentou consideravelmente os escritores e escritos sobre o passado. Assim, como a preocupação com o estabelecimento de uma rede de instituições de saber era importante para o estado monárquico, a história passou a ser uma preocupação central no império. Até mesmo os governos monárquicos mais consolidados entenderam que precisavam de uma reorientação em seu sentido legitimador, diante do crescimento do interesse pela história e pela sua compreensão “as antigas crônicas e histórias dinásticas não eram mais suficientes e o momento exigia respostas legitimadoras sobre o futuro do Império” (Araújo, 2015, p. 372).

Como mostra Varella (2011), as primeiras décadas do século XIX foram marcadas por uma aceleração do tempo histórico e o novo momento era caracterizado por rápidas transformações, alargamento do espaço público, desenvolvimento da imprensa e a emergência de novos sujeitos históricos, o que exigia novas estratégias de legitimação dos governos diante de um ambiente maior de disputas discursivas. O aumento pelo interesse da história na sociedade civil gerou uma modernização da experiência histórica dos indivíduos, processo que o estado buscava controlar, algo que já não era mais possível, principalmente pela forte presença da imprensa na vida pública (Araújo, 2015).

As atividades da imprensa iniciaram durante o período colonial a partir da Carta Régia de 1808 promulgada por D. João VI. Periotto (2004) destaca que, após esse marco de fundação, dezenas de jornais e folhas começaram a se proliferar com o objetivo de participar do debate político, a imprensa então se vinculou as disputas e a mobilização da opinião pública. Além disso, o período entre 1808-1821 foi marcado por uma série de reformas em diferentes âmbitos e a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, transformou o país no centro do império, fato que resultou no estabelecimento de um grande clima de agitação política (Guimarães, 2011).

Na medida em que o interesse por história e pelo passado aumentavam na vida intelectual do império, surgiam mais iniciativas de pesquisas que nas primeiras décadas do século XIX consistiam em uma variedade de gêneros. Segundo Araújo (2009, p. 4) o

discurso sobre a história se manifestava em variadas atividades “como relatos, relatórios, memórias, biografias, poemas, elogios acadêmicos, relatos de viagens”. Nesse ambiente intelectual híbrido, manifestou-se a emergência de um regime de autonomia¹⁰ que o autor denominou compilatório, sua característica principal era a politização da escrita da história. Nesse regime Compilatório, a medida em que a síntese era mais importante do que uma escrita calcada em versões documentadas, as atenções se voltavam para as questões do regional, e algumas obras contavam com uma linguagem com um teor mais sentimental como é o caso dos escritos de John Armitage.

O fato de que neste momento não havia parâmetros ou postulados para organizar a escrita da história nem mesmo alguma instituição que pudesse gerir ou estabelecer modelos, isso era um facilitador para essa diversidade. A falta de clareza sobre uma cronologia, a mistura de gêneros e uma maneira mais livre de dispor das citações causavam confusões no leitor. Os relatos produzidos no meio letrado luso-brasileiro eram a forma mais comum de tentativa de registrar história, a instalação da família Real no Brasil potencializou os relatos que assumiam um caráter de uma narrativa processual e explicativa (Araújo, 2009).

A figura do intelectual estava na maioria das vezes mais próxima do estado, era interessante haver, no espaço público, narrativas que positivassem o estado monárquico e as expectativas para o futuro, como é o caso da historiografia Joanina composta por relatos sobre a figura de D. João VI e a vinda da família real. De acordo com Lúcia Guimarães (2019), tais relatos eram produzidos por letrados como Luís Gonçalves dos Santos, Ayres de Casal, José Bonifácio de Andrade e Silva, José da Silva Lisboa (Cairu), Balthazar da Silva Lisboa entre outros. Abaixo temos um exemplo desses escritos, o trecho produzido por José da Silva Lisboa em 1818:

O Dia da Coroação de El-Rei Nosso Senhor D. João VI nesta Primeira Corte do Novo Mundo, fixa tão Grande Época nos Anais d'América, que deve ser aclamado, não só em voz transitória mas também em alguma Memória que indique os Principais Benefícios que fez ao Estado até a sua Faustíssima Aclamação em 6 de fevereiro do corrente ano de 1818, narrando-se os

¹⁰ Compilatório e disciplinar são utilizados por Araújo “como duas categorias que apontam para fenômenos históricos bastante complexos, certamente fariam sentido para muitos dos sujeitos históricos envolvidos neste processo, embora certamente não com o grau de abstração com que as desenvolvemos. Em especial a categoria disciplinar deve ser entendida com maior cautela, pois para nós serve como resumo de um longo percurso histórico que do ponto de vista de sua realização pode parecer linear e coerente, mas que nos diferentes momentos históricos é mais ambíguo. Da mesma forma, a hegemonização de um padrão não deve ser entendido como a simples substituição dos modelos concorrentes ou o seu desaparecimento. No caso que tratamos, seria mais prudente falar em acomodações competitivas em diferentes arranjos.” ARAÚJO, L. Valdei. **Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil: Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago 2015. p. 368

prodigiosos sucessos, que enfim ocasionaram tal mercê à grande Terra cantada pelo príncipe dos poetas lusitanos, pois como disse o célebre Orador de Roma, passam as cousas e ficam as escrituras [...]2. Monumentos públicos mostram, que à Sua Majestade o Senhor D. João VI, de Juro e Herdade, pertencem não os Títulos de Pai da Pátria e Salvador do Estado – mas também de Exemplar de Virtudes Políticas e Benfeitor da Humanidade. Vindo ao Novo Mundo para criar um Império, quase no centro do globo, e ai estabelecendo o liberal sistema econômico, nunca empreendido pelos soberanos da Europa, [...]. (José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro, 1818).¹¹

No entanto, na esteira de Araújo (2015), esses relatos tiveram “um duplo desdobramento” porque permitiram maior proximidade dos homens com as sínteses de suas histórias e isso fez com que as discrepâncias entre Brasil e Portugal ficassem mais explícitas. O projeto reformista e de unificação do império Luso pretendido por Portugal foi interrompido pelos desdobramentos do processo de luta pela Independência do Brasil. Os acontecimentos da Revolução Constitucionalista do Porto, somados a crise financeira que atingia o império, contribuíram para acelerar esse processo.

A conquista da Independência intensificou as disputas pelo passado, instaurou-se o início de uma nova situação política marcada pela atuação da imprensa e pela necessidade de legitimar esse processo. Os novos estudos em relação a conquista da emancipação apontam o quanto a participação popular havia sido negligenciada. Em relação ao papel da imprensa, Periotto (2004) ressalta que, além de informar, a imprensa também tinha um caráter pedagógico e procurava lançar luz sobre as questões do momento.

Sobre a participação popular durante os principais acontecimentos políticos, corrobora Basille (2009) que é equivocada a visão de que os habitantes do império estavam totalmente alheios as disputas políticas e discursivas. Nem mesmo o alto grau de analfabetismo chegava a ser uma barreira uma vez que aconteciam leituras em praças públicas e os burburinhos e comentários eram frequentes no cotidiano. Era comum e ampla a circulação de panfletos que eram lidos, comentados e repassados as pessoas, dessa forma havia uma movimentação diária em busca de informações para acompanhar os acontecimentos da ordem do dia que estavam sempre expostos ao crivo público (Basille, 2009).

Araújo (2015) afirma que na nação recém independente, a história passou a ter ainda mais valor no seio da sociedade e da política, tanto que o desejo por conhecer a história aumenta em níveis impressionantes, processo que também vinha se

¹¹ GUIMARÃES, P. M. Lúcia “**Historiografia Joanina: Confrontos e Convergências**” R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 180 (478):49-64, jan./abr. 2019. p. 49

intensificando na Europa com a ampliação do mercado editorial. Conforme o autor, conhecer a história da pátria e mobilizá-la era algo que tanto o cidadão comum quanto a figura política deveriam apreciar. Se no período Joanino a figura do historiador era um tanto heterogênea e poderia se confundir com um poeta, cronista, jornalista ou filósofo, o novo momento iria impor distintas exigências a esse ofício, sobretudo porque o intelectual estava mais exposto no espaço público e no crivo de circulação da imprensa que tinha cada vez mais influência no meio público e era o principal palco dos debates.

Da Independência até o período regencial, há uma série de polêmicas que retrata a maneira com que as condições da escrita da história foram sendo modificadas e como a atividade do intelectual/jornalista ia se mesclando com suas convicções político partidárias e com o projeto de nação ao qual ele estava vinculado. Duarte e Paiva (2019, p. 13) caracterizam os homens de letras desse período como “homens de estudo, de leitura, que possuíam conhecimentos em diversas áreas do saber, que eram reconhecidos e que conviviam socialmente com seus pares”. Esses intelectuais tinham uma atuação mais ampla e ainda não profissionalizada. É nesse sentido que Araújo (2015) fala de uma politização da historiografia (partidos políticos), vamos citar uma cena específica descrita e problematizada nos estudos do autor.

Trata-se da iniciativa de D. Pedro I que, em 1825, reuniu letrados para produzir uma história do Brasil atrelada ao seu sucesso de Independência. O Imperador designou tal tarefa a José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, que era funcionário do estado e que fora orientado a utilizar como fonte autêntica os documentos oficiais dos governos das províncias. Seu objetivo era escrever uma “História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil”.

O caráter contemporâneo do projeto e o fato de Cairu ter um cargo no governo suscitou debates e questionamentos advindos principalmente de adversários políticos. Passou-se a ter um questionamento público da relação do estado com quem escrevia a história, fragilizando a figura do intelectual escritor/jornalista. Naquele momento, o patrocínio do estado era mal visto principalmente por que D. Pedro I já enfrentava uma onda de descontentamentos devido à crise financeira que o império atravessava. Dessa forma, o projeto de Cairu acabou sendo interrompido pela efervescência política que estava no horizonte (Araújo, 2015).

O agravamento da situação política e a grande mobilização popular, da imprensa e de grupos políticos opostos ao absolutismo, culminaram na abdicação de D. Pedro I e na vacância do trono que teve início em 1831. A possibilidade do trono vago fez com que

se abrisse um horizonte acirrado de disputas entre os diversos projetos políticos. A imprensa que teve suas atividades ampliadas ainda em 1830, intensificou seu desenvolvimento e era o principal palco de guerras de opiniões. Simplesmente não havia um consenso político sobre os rumos que o país deveria tomar, apesar de ter sido um momento intenso de fragmentação da elite imperial e da população, o período regencial não deve ser visto como uma anomalia pois é fundamental para compreender a formação da nossa identidade política (Basille, 2009). Esse ambiente efervescente de relações entre história, política e imprensa fez com que pairassem no horizonte uma série de dúvidas:

Como garantir as condições materiais para a escrita dessa história moderna cada vez mais assentada em pesquisa documental, coleções de documentos, multiplicidade de referência, explosão de fatos? Qual o papel dos Estados constitucionais nessa tarefa? Qual a posição legítima do escritor-historiador? Qual o papel da imprensa como opinião pública e como veículo de relatos? (ARAÚJO, 2015, p. 382).

Uma segunda cena emblemática que ocorreu em 1837 durante o período da regência é o embate entre um dos futuros fundadores do IHGB, o Conego Januário Cunha Barbosa que era editor do jornal “*Correio Oficial*”, e a polêmica figura do José Justiniano da Rocha editor do periódico “*O Cronista*” que também fora o alvo da primeira charge política do Império. De acordo com Varella (2011), a polêmica se inicia quando Justiniano José da Rocha redigiu e publicou uma nota em seu periódico em Abril de 1837. A nota era um comentário sobre a obra da história do Brasil escrita por Armitage.

Justiniano teceu uma série de críticas a Armitage, pois considerava que o fato de John ter vivido pelo Brasil e ter tido uma relação de amizade com Evaristo Veiga que compôs a câmara dos deputados em 1829 e em 1834 e era membro da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional colocava em dúvida a possibilidade de uma análise dotada de imparcialidade. Ele defendia que era necessária isenção para escrever a história contemporânea, alguém dotado de um bom distanciamento do solo brasileiro e de seus homens de letras.

Januário da Cunha Barbosa discordava da posição de Rocha, uma vez que defendia a história contemporânea e a validade da obra de John Armitage com base no seu entendimento de que John havia viajado em busca da pesquisa documental, feito observações e consultado documentos oficiais pois “neste momento a figura do historiador/viajante compreendia o testemunho como um meio de dar confiabilidade aos fatos e para Cunha Barbosa a Independência era um fato concreto, irreversível” (Varella, 2011, p .90).

Varella (2011) afirma que as críticas de Rocha a Armitage também passavam pelo fato dele ser simpático ao grupo político dos Moderados, enquanto Rocha apoiava o Regresso Conservador que ascendeu politicamente entre 1836-1837 e venceu as eleições regenciais para assumir o controle político. Mas muito além de ser um episódio da luta política Regencial, a polêmica entre Rocha e Barbosa englobava a discussão da legitimidade da história contemporânea, sobretudo porque nesse momento não havia acontecido uma ruptura completa entre o conceito antigo de história e o conceito moderno, ambos coexistiam nessa primeira metade do século XIX como enfatiza a autora:

A polêmica em relação a validade da História do Brasil escrita por John Armitage está diretamente ligada a possibilidade de, no Oitocentos brasileiro, ainda ser inquestionável a escrita da história contemporânea, ou seja, de não ter se consolidado plenamente o distanciamento entre “horizonte de expectativas” e “espaço de experiência. (VARELLA, 2011, p. 89).

Além disso, esses acontecimentos demonstram que a história estava em plena disputa e que o leque de possibilidades e discussões em torno de sua escrita e sua utilização gerava uma certa instabilidade para o intelectual. A polêmica entre essas duas figuras foi mais longe principalmente por que Rocha fez uma série de críticas ao jornal *Correio Oficial*, o que atingia diretamente o trabalho de Cunha Barbosa. Rocha questionava o papel da imprensa na vida pública e a maneira descontraída e demorada com que o suposto periódico dava notícias sobre o governo e reclamava maior seriedade por parte de seu editor.

Outra cena emblemática e polêmica citada por Araújo (2015) trata da reviravolta que tal situação ganha, o que demonstra a complexidade do cenário regencial e a intensa disputa pelos cargos de poder. Com o Regresso Conservador no controle da situação política, Justiniano ganha o comando do Jornal que tanto criticava. Seria ele o editor novo do *Correio Oficial* a ser exposto ao centro da crítica. Essa situação um tanto cômica gera a primeira caricatura política produzida pelo jovem e futuro integrante do IHGB, Manoel Porto Alegre, que nesse momento atuava no Jornal “*O Comércio*”. A charge que, além de ser publicada foi também comercializada, ilustra o suposto encontro entre um letrado que seria a figura do Justiniano Rocha e um integrante do governo, um encontro que representava a compra do jornalista/escritor pelo governo. Abaixo a imagem:



Foto da primeira charge que foi produzida e publicada no Brasil no ano de 1837 pelo jornalista e escritor Manuel de Araújo Porto Alegre.

O embate entre Porto Alegre e Justiniano Jose da Rocha estava além da briga política e, como bem enfatiza Araújo (2015), esse momento é determinante para o historiador moderno porque está ligado a uma série de desdobramentos como a emergência da concepção romântica de autoria. Uma tensão se estabelece entre duas ideias sobre autoria e financiamento da vida intelectual e que pode ser ilustrada pela seguinte questão: deveria o intelectual ter uma relação íntima com o mercado como pensava Rocha? Ou o ideal seria o intelectual dispor de autonomia e originalidade para que a partir disso a sua autoria pudesse ser financiada pelo poder público como considerava adequado o jovem Manoel Porto Alegre? (Araújo, 2015).

Ao analisar a caricatura de Manoel Porto Alegre e a evocação de uma concepção romântica de autoria, o historiador ainda coloca Januário Cunha Barbosa na cena, o cônego que já reclamava a falta de um espaço autônomo e letrado, um lugar para os homens de letra. Esse breve panorama abordado por Araújo (2015) traz análises e discussões recentes dos principais e seletos autores sobre o período antes do IHGB é fundamental para entendermos que havia uma série de polêmicas e disputas discursivas em torno das condições, possibilidades e tentativas para uma escrita da história anterior a instituição e que a história tinha um sentido político direto.

Essa multiplicidade de situações e embates que são discutidos por Araújo (2015) e Varella (2011) demonstra que uma das transformações ligadas a mudança semântica no conceito de história é a emergência do seu desejo, e na mesma medida, as lutas políticas e o desenvolvimento da imprensa foram fatores importantes que marcaram as maneiras de ver e escrever história antes mesmo da sua institucionalização. Podemos concluir que o período que antecede o instituto é marcado por disputas discursivas em torno do papel da história e do seu potencial legitimador. Devido a isso, compreende-se que esse panorama de instabilidade, disputa pela legitimidade do discurso e aumento da importância das camadas históricas divergiu para o nascimento de uma instituição reguladora e que reuniria intelectuais que já estavam expostos há uma série de desafios, questionamentos e rupturas ocasionadas pela relação público/estado e jornalista/escritor.

Isso atesta como o IHGB surge para refletir, disciplinar e institucionalizar um modelo de escrita direcionado para produzir uma história nacional dentro de seu padrão disciplinar. E que, principalmente, o seu aparecimento pode ser explicado através dessa conjuntura, pois a existência de um espaço letrado foi crucial para os avanços da pesquisa histórica que enquanto ciência e disciplina também se constituiu sob a égide dessa primeira e grande instituição que viria a surgir.

2.2 A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO: NASCE UM ESPAÇO LETRADO E DISCIPLINADOR.

Como é possível ver, a necessidade e as tentativas de escrever uma história nacional antecedem a criação do instituto, pois as formas de legitimação das narrativas históricas estiveram em disputa desde o período colonial e da centralização do governo monárquico no Rio de Janeiro. De fato, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico em Outubro de 1838 demarca a emergência de um novo regime intelectual de autonomia que rompe com o estilo compilatório materializado em crônicas, relatos, inquéritos e que era marcado por iniciativas individuais de pesquisa.

Compreende-se que a fundação do instituto também é fruto de uma conjuntura de modificações nos níveis de importância e desejo que a história foi ganhando na sociedade em decorrência das reorientações causadas pela transição semântica para um conceito moderno de história. Elenca-se que o instituto não se reduz a uma fábrica de ideologias, pois foi igualmente decisivo para a constituição de um campo científico da história. Mas,

na mesma medida, se tornou um espaço produtor e reproduzidor de discursos por que não há acontecimento histórico que não passe pelo ato da linguagem, é ela que torna possível que as experiências históricas sejam transmitidas (Koselleck, 2006).

Na historiografia, são numerosas as investigações entre as relações do instituto e sua produção historiográfica com a criação de um estado nacional e de uma identidade nacional vide que “Nação, Coroa e Estado” foram as principais categorias mobilizadas pelo IHGB. Os dois principais idealizadores do espaço letrado que despontava foram Januário Cunha Barbosa e Raimundo Cunha Mattos, ambos eram profissionais liberais e figuras que, ao longo de sua vida, mantiveram relações com o estado e com as questões políticas.

Como já abordamos brevemente, Cunha Barbosa foi protagonista em algumas discussões e polêmicas que se intensificaram no ambiente intelectual oitocentista Pós Independência. Conflitos estes que estavam relacionados a relação do intelectual com o estado e as concepções modernas de autoria que questionavam o fato do intelectual estar preso as demandas do mercado editorial. Nos desígnios de “homem de letras”, Barbosa estava ligado a geração Romântica que havia aflorado na nação recém independente e foi um dos primeiros a reclamar anteriormente a necessidade de construir um espaço intelectual de caráter autônomo e afastado das polêmicas e disputas do mundo dos periódicos, e o mais importante é que a consolidação desse reduto também era uma espécie de projeto pessoal e de vida de Cunha Barbosa (Araújo, 2015).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o aparecimento desse ambiente letrado representou o aflorar de um novo tipo de pesquisa histórica, sobretudo porque a instituição surge como um espaço disciplinador em vários sentidos, e muito mais do que isso, se torna um espaço autorizado e legitimado de produção do conhecimento. O primeiro a escrever sobre o instituto central foi José Honório Rodrigues, mas sua obra é mais voltada para a sistematização da pesquisa histórica no Brasil. Apesar dele destacar os principais avanços que o instituto representava, o autor não se debruçou de maneira mais profunda sobre o seu alcance ou a sua produção teórica.

O IHGB exerceu uma grande influência na vida cultural e intelectual do século XIX, mas, de acordo com Guimarães (2011), o instituto foi abordado de maneira vaga no campo das Ciências Sociais por bastante tempo. Até a década de 1980 não havia pesquisas que se dedicassem a uma investigação mais ampla do local. As pesquisas existentes sobre o tema eram marcadas por dois grupos de pesquisadores: os trabalhos advindos dos próprios sócios do instituto, que não tinham um caráter científico pois eram escritos pelos

homens de letras ligados ao lugar e distantes de alguma formação. A biografia tinha um grande espaço no IHGB que também se propôs a dar conta de produzir uma história-memória pautada na comemoração e na exaltação dos feitos individuais. A cada data comemorativa do recinto letrado, eclodiam em suas revistas artigos publicados e voltados para a comemoração, artigos que mantinham um estilo descritivo, biográfico e que procuravam celebrar a instituição.

Um segundo tipo de abordagem era mais analítica e produzida por pesquisadores já submetidos ao espaço acadêmico e seus parâmetros. Autores que eram isentos de um maior contato com o espaço letrado. As duas abordagens trouxeram contribuições para as pesquisas sobre o tema, aquilo que foi produzido pelos homens de letras ligados ao local se tornou um rico corpo documental e serviu como fonte. Enquanto isso, os pesquisadores acadêmicos levantaram uma série de questões e leituras importantes para pensar a instituição através de suas relações sociais e ideológicas como é o caso dos trabalhos da Maria Alice de Oliveira e seu ensaio lançado em 1965 que analisava a presença dos brasileiros no Instituto Histórico de Paris e que forneceu caminhos para pensar as relações entre França e Brasil (Guimarães, 2011).

Esse cenário foi modificado tardiamente e em decorrência do legado historiográfico de Manuel Luiz Salgado Guimarães que foi um dos principais responsáveis por apontar a centralidade da instituição no processo de afirmação do estado nacional. A sua obra “Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)” teve grande repercussão e trouxe uma nova abordagem para a pesquisa no campo da historiografia. O trabalho de Guimarães trouxe a luz a proximidade da história enquanto discursou com a política e seus usos, o que influenciou fortemente a comunidade de historiadores.

É devido a isso também que, no decorrer da década de 1990, a pesquisa historiográfica no Brasil foi marcada por alguns saltos, como por exemplo, o processo de desnaturalização da escrita científica e da emergência de novas discussões em torno dos próprios limites do trabalho do historiador. A relação entre a produção historiográfica e seus lugares de produção passaram a ser o centro das análises. Fixou-se no horizonte a compreensão dos aspectos subjetivos e discursivos que envolvem a escrita da história cuja consequência foi a explosão de pesquisas em torno do IHGB e de sua produção teórica.

O grande número de fontes geradas pelo instituto deixa muito claro o fato de que o local surge e se organiza em torno de um interesse principal que é o de escrever uma história e uma geografia do Império do Brasil. Ao fazer um balanço geral do quadro de fundação, a abordagem de Manoel Guimarães nos traz uma série de elementos que foram

indispensáveis para entender os seus princípios de organização. Um ponto importante é que o local é constituído em torno das relações de poder da sociedade oitocentista, principalmente por que as condições da sua emergência em uma sociedade onde os níveis de analfabetismo eram enormes, passaram imensamente pelos privilégios de uma elite imperial e letrada. O quadro de pessoas que de alguma maneira poderia participar do instituto era restrito e, de acordo com os números mensurados pelo primeiro censo realizado por volta de 1872, somente 0,08% da população tinha ensino superior e somente 24,43% dos homens e 13,43% das mulheres tinham domínio de leitura e escrita (Guimarães, 2011).

É nesse sentido que, desde o início, o perfil dos seus sócios estava longe da aleatoriedade e que a instituição se manteve intimamente relacionada as possibilidades de fundação do estado. O local recebeu apoio oficial do governo imperial e de D. Pedro II desde seus primeiros dias, o Imperador não só ganhou uma cadeira no IHGB como foi eleito o seu guardião. O apoio do monarca inicialmente aconteceu de uma forma mais indireta, apesar dele financiar as atividades do lugar ele não era um assíduo frequentador e o quadro diretivo gozava de uma certa autonomia para estabelecer suas diretrizes.

Schwarcz (1993) analisou a biografia dos sócios que fizeram parte do instituto em seus primeiros anos. A autora atesta que o cargo de Presidente honorário era ocupado por alguém estimado pelo Imperador, e que pelo cargo de Presidente Oficial geralmente passavam figuras políticas importantes do Império. As figuras políticas estavam lá para manter o elo da instituição com a esfera pública. Dessa forma, desempenhavam tarefas mais figurativas como abrir e encerrar sessões solenes. Em termos práticos eram os secretários quem realizavam as tarefas de pensar e organizar as revistas.

Januário Cunha Barbosa foi um dos mais destacados secretários do IHGB porque, além de fundar a Revista e redigir os Estatutos, ele ficou na direção da instituição durante os seus primeiros anos. Diga-se de passagem que o local também era estratégico em termos de gerar visibilidade, principalmente porque diferente do caso da Europa, onde havia um ambiente de disputas entre as academias em desenvolvimento, aqui no Brasil, o IHGB figurou sozinho por muito tempo como esse espaço intelectual central para a produção de conhecimento. Um lugar de autoridade que foi pensado e ocupado pelos “eleitos” letrados. Quanto ao primeiro presidente do instituto, José Feliciano Pinheiro Fernandes, Guimarães (2011) o descreve como uma figura elitista, ampla em suas relações políticas e que estava intimamente envolvida com o processo de construir a nação sob uma ótica totalmente contrária aos ideais da Revolução Francesa.

O instituto estava em sintonia com o espírito Romântico nacionalista de sua época, o processo da Independência fez com que esses ideais de celebração e exaltação da pátria se intensificassem. Na formulação dos primeiros estatutos, são internalizados os princípios pelo qual o local iria se orientar. Os dois primeiros grandes objetivos foram definidos pelas atividades de “Coligir, Metodizar Publicar ou Arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil” (Guimarães, 2011, p. 53).

Era o início de um projeto que teria funções claras, ao menos em termos de utilização do discurso histórico. As primeiras reuniões e a formulação dos estatutos indicam a prioridade em formar um *corpus* documental e estabelecer uma perspectiva teórica. Configurou-se também na finalidade de eleger aquilo que deveria ser “lembrado” e por hora “esquecido”, a memória como definido por Nora (1984, p. 9) “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter a necessidade de nos lembrar”.

O que estava em perspectiva era o desenvolvimento de um projeto historiográfico que visava sistematizar e demarcar a historicidade da nação através da escrita de uma história geral. O primeiro ensaio publicado pelo instituto é especialmente importante porque nele se consolida as primeiras tentativas de estabelecer parâmetros para a pesquisa, é assim que a disciplinarização da história foi acontecendo estritamente relacionada aos temas nacionais.

De acordo com Cezar (2004), as noções construídas nos primeiros movimentos do instituto e redigidas por Cunha Barbosa serviram de base para se escrever história no decorrer do século XIX. O primeiro ensaio teórico-metodológico produzido e lançado no IHGB em 1839 trata da tentativa de esboçar os primeiros parâmetros para escrever história e para a tarefa do historiador. O autor igualmente destaca as orientações de Cunha Barbosa que “deixa claro que as razões para se estudar a história são de ordem política e epistemológica. Com base em um modelo tradicional de *historia magistra vitae*, o trabalho dos historiadores deve, antes de tudo, servir à nação” (Cézar, 2004, p. 6). A grande questão é que o IHGB utiliza uma série de estratégias discursivas e operacionais para fazer um movimento de criação de uma história da nação que deveria ser produzida sob os seus designios. Se por um lado estava claro que o historiador deveria servir a nação, por outro lado, ainda era preciso delinear a sua identidade e fabricar seu passado.

A partir disso, pode-se dizer que a busca pelo fazer da nação andou de mãos dadas com a construção de um campo historiográfico. Como já destacamos, não havia muitas

certezas sobre as condições para se escrever história nem sobre a identidade do historiador, mas uma coisa já havia sido estabelecida previamente: a necessidade da escrita de uma história geral do Brasil. Ou seja, essa normatização esteve diretamente imbricada no grande objetivo de pensar a história da Pátria. Logo, o momento do aparecimento do IHGB não é menos importante, pois surge no fim do governo Regencial juntamente com outras instituições como o tradicional Colégio Dom Pedro II, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional.

Essas instituições culturais contavam com o apoio oficial do governo e foram criadas para preservar a história da pátria e uma memória nacional. Isso mostra uma articulação estatal que agiu para projetar esses lugares de autoridade intelectual os colocando como responsáveis pela tarefa de dar os primeiros passos para pensar e produzir nossa história nacional. Afirma Alencastro (1989 apud Turin, 2005, p. 9) “que a aglutinação de políticos, profissionais liberais, militares e administradores em torno do instituto foi parte desse projeto que designou que os rumos da nação estariam sob o comando da elite Imperial”.

Castro (2009) reitera que, quando falamos de um projeto de estado imperial, é importante frisar que o projeto de estado de D. Pedro II é diferente do projeto de estado de Getúlio Vargas que vai ocorrer nos anos 1930. No século XIX, o conceito de “nação” ainda não tinha se consolidado como o compreendemos em seu sentido moderno. Hobsbawn (1990, p. 27) constatou que antes de 1884 a palavra nação significava “o agregado de habitantes de uma província, de uma país, de um reino e também de um estrangeiro”. Seus estudos demonstram que, ao menos até 1925, o termo “nação” estava remetido à coletividade e era usado para definir um grupo de cidadãos com uma tradição e interesses comuns, com a mesma origem étnica, que falavam a mesma língua, viviam sob o mesmo regime/governo. Em torno disso, uma das etapas para a consolidação de seu sentido contemporâneo passou pelo estágio da identificação coletiva, da construção do sentimento de pertencimento, de elos e simbolismos da comunidade imaginada.

A briga pela condução do governo regencial representou uma complexa disputa de grupos políticos e provocou uma intensa fragmentação das províncias, causando uma série de Revoltas Populares. Curiosamente, esses episódios de forte divisão e embates, e que foram abertos com a queda da figura absolutista do monarca D. Pedro I, terminam encontrando um caminho de unidade na volta de uma figura da monarquia. Mesmo após o fim da Regência, o país se encontrava fragmentado e em efervescência. Em um momento de fissuras e de instabilidade política e social, ganhou força a narrativa de que

o Imperador é quem daria segurança ao povo e integraria a pátria. Quanto ao povo que havia saído da figura de espectador para derrubar D. Pedro I, agora teria de retornar a condição de súdito para estar sob a proteção de um imperador no novo momento que marcava o início do Segundo Reinado (Basille, 2009).

Os primeiros dez anos do IHGB são especialmente importantes e definidores para as narrativas que auxiliam a consolidação de um estado nacional brasileiro que na perspectiva de Guimarães (2011) veio a ocorrer mais fortemente nos anos de 1850. Em termos de condições da escrita da história é na década de 1840 que o nível de profissionalização do instituto aumenta. É durante esses dez anos iniciais que são lançadas as bases para a institucionalização da história e da geografia, a partir disso, a grande instituição inspiradora para o nosso IHGB foi o Instituto Histórico e Geográfico de Paris.

O Instituto Histórico de Paris, fundado em 1834, surgiu tendo muito claro o conceito de história como possibilidade fundamental para o progresso e desenvolvimento da humanidade. Essa era vista como uma necessidade iminente para o presente e para o futuro, sobretudo por que, nesse momento, com base nos ideais do Iluminismo, a grande categoria orientadora era o conceito de “progresso”. O IHP se constrói alicerçado ao espírito do Romantismo Literário que tinha como premissa a importância da história e a necessidade de pensar sobre ela, cujo pano de fundo era a questão nacional. O tendo como inspiração, o IHGB entra na mesma conexão e a cultura francesa passa a ser a principal referência. Além disso, figuras importantes no IHGB como Manoel Porto Alegre, estudaram e obtiveram íntimas relações com o IHP (Guimarães, 2011).

Essas relações entre os dois institutos são bem conhecidas, mas há um pequeno e importante detalhe em termos de nomenclatura, pois, diferente do instituto de Paris, o instituto Brasileiro se denominou “histórico e geográfico”. De acordo com Carlos (2008), essa nova atribuição está diretamente ligada ao momento político do Império e os usos políticos que a história e a geografia tiveram, a autora sustenta que o fato de a dupla matriz ser amplamente defendida pelos fundadores não pode ser explicada somente pela concepção teórica de proximidade entre a geografia e a história que se fazia presente no instituto. Os seus estudos ressaltam que essa perspectiva em relação às duas disciplinas também se deve à fragilidade do Império naquele momento e às questões territoriais que ainda eram um grande problema a ser resolvido pelo estado.

A necessidade de forjar a unidade do Império e de combater o espírito de divisão ganhou articulação através do discurso histórico e geográfico e da delimitação de uma identidade geográfica. Os grandes desafios que se colocavam no horizonte para fabricar

a nação eram a fragmentação das províncias e as consequências das revoltas regenciais. Era preciso construir um passado comum aos brasileiros e legitimar uma visão harmônica e unificada de país perante seus habitantes, dessa forma a escrita de uma história e geografia geral e oficial seria o melhor caminho para definir a nacionalidade.

No entanto, isso exigia alguns passos, pois normatizar a pesquisa histórica significava definir um série de procedimentos técnicos. O primeiro e principal deles foi o rigor na seleção e delimitação das fontes históricas, pois em uma escrita da história que começava a ser estritamente documental atestar rigor e veracidade era muito importante. Reunir um *corpus* documental implica em escolhas, não é uma tarefa inocente e sim uma operação intelectual criteriosa como afirma Turin (2009, p. 41) “instituir os documentos, portanto, transformando-os em arquivo é a primeira tarefa desse projeto historiográfico, sem documentos não há história”.

E, de fato, essa foi uma medida urgente dentro do instituto. Cunha Barbosa estabeleceu um plano prático para colher em todas as províncias uma série de documentos oficiais. Com amplo apoio de D. Pedro II e do governo Imperial, foi montada uma delegação liderada por Jose Maria do Amaral, primeiro pesquisador público do Brasil. O objetivo da delegação era ir a Portugal e a Espanha para buscar os documentos escolhidos para resgatar a história contida ali. A concepção era de que a história do Brasil, que também era a história das províncias, precisava ser recuperada através dos Arquivos. Segundo as informações da obra de José Honório Rodrigues, o desempenho de José Maria do Amaral que precisou de amparo e permissão oficial para trabalhar nos arquivos, não correspondeu àquilo que era esperado pelos membros do instituto.

Segundo Guimarães (2011), é por este motivo que, posteriormente, a tarefa foi delegada ao secretário Francisco Adolfo de Varnhagen, personalidade que sempre teve muito espaço no instituto por ser visto como alguém que estava totalmente afinado com a ótica nacional desejada pelo coletivo e como um potencial continuador das aspirações iniciais de Cunha Barbosa de delinear a identidade do brasileiro. Desde o início, o instituto sempre se ocupou amplamente da busca em reunir documentos para solidificar um grande corpo arquivístico que, ao longo do tempo, foi sendo publicado em suas revistas. É graças a esse corpo documental que Varnhagen redigiu a sua história geral do Brasil e foi o primeiro historiador a cristalizar na historiografia o sentido de uma história nacional.

Como já foi dito, não é que não haviam pesquisas fora do IHGB, mas o grande fator é que o local instituiu um modelo de pesquisa orientado na perspectiva nacional.

Nesse sentido, os fatos precisavam ser narrados, os grandes nomes e as grandes datas deveriam ser institucionalizadas para que a pátria se lembrasse de sua história. Mas mesmo com a grande afirmação do instituto, outras historiografias populares e excluídas do seu padrão disciplinar seguiram existindo. A relação conflituosa entre as “historiografias populares e os postulados do IHGB foi um traço de longa duração” (Araújo, 2015, p. 393).

Cezar (2004, p. 14) pontua a iniciativa do instituto de purificar as outras versões sobre a história do Brasil baseado em uma perspectiva crítica e de objetividade “o problema não é o estrangeiro enquanto tal, mas sua opinião preconcebida que o priva da objetividade, ou sua ignorância a respeito da nação sobre a qual ele se manifesta”. Além das preposições em relação a objetividade, não seria interessante que circulassem no instituto as demais versões, principalmente porque o objetivo era manter uma narrativa única. Outro passo dentro do conjunto de operações historiográficas do IHGB foi a sua iniciativa de periodizar a história. Um dos principais debates na primeira seção do instituto, em 1838, foi a questão da ordenação do tempo. Januário Barbosa discursou elencando: “a nossa história dividida em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização” (Guimarães, 2011, p. 73).

A fala de Barbosa também evidencia a concepção de história dividida pelos membros do instituto que estava afinada com as ideias iluministas, a ordem e o progresso eram as perspectivas a serem fixadas. Guimarães (2011) sustenta que o local se projetou na contramão das ideias revolucionárias advindas das revoltas que vinham acontecendo principalmente a partir do período Regencial. Para ele, o próprio aparecimento do IHGB se dá em um momento onde a preocupação era o desenvolvimento econômico e é pra isso que, paralelo ao instituto, surge a Sociedade de Apoio a Indústria Nacional. Enquanto a SAIN teria de viabilizar o progresso econômico, o IHGB, através de sua historiografia, deveria dar sustentação discursiva para mostrar um Brasil civilizado, pois a glória da pátria também dependia da história que seria mostrada.

Nessa perspectiva, a periodização da história era um elemento decisivo para consolidar um projeto político como afirma Turin (2009) ao dizer que o conjunto de operações historiográficas e estratégias discursivas produzidas pelo IHGB implicava em delinear a nação através de um projeto civilizador que buscou referência na Europa e acabou por forjar a nacionalidade comprometida com as ideias Iluministas.

A história da nação deveria se materializar na produção historiográfica produzida e publicada pelo instituto e também principalmente através de uma série de monumentos e símbolos. Algo que Rufer (2009) denomina como “artefatos pedagógicos performáticos”. Ao refletir sobre as relações entre memória, usos do passado, espaço público e estratégia política, o autor afirma que tais artefatos como monumentos, celebrações, marcas territoriais e cerimônias tem a função de cristalizar e demarcar memórias no espaço público. Nesse sentido, Mario Rufer entende que a memória está muito mais próxima da “estratégia” do que da “ficção”.

É nessa esteira que a lógica comemorativa foi muito utilizada dentro do instituto que gradativamente se consolidou como um espaço de projeção intelectual e cultural e que foi ganhando ampla centralidade na sociedade e na teia das relações sociais. O primeiro e grande instituto fundou uma tradição historiográfica comprometida com os grandes fatos e feitos, de heróis ou mártires, fincada na conhecida *histoire événementielle*, reativando o antigo topos da história mestra da vida do regime de historicidade antigo.

Os anos de 1850 foram de novos direcionamentos dentro do instituto central, direcionamentos estes marcados pela maior afirmação de um estado centralizado. A cadeira reservada a D. Pedro II enfim começaria a ser usada, o que revelava o entrelaçar mais direto entre estado e instituição. Os primeiros avanços para a institucionalização da história e da geografia foram diretamente marcados pela proposta de lançar os postulados para a história nacional e necessária para solidificar a formação do plano nacional de D. Pedro II no qual o IHGB foi fundamental pois “a elaboração do conceito moderno de nação, juntamente com o de brasileiro, esteve vinculado a um projeto político” (Turin, 2009, p. 30).

O período de mudanças no instituto é marcado principalmente pelo grande interesse pessoal do Imperador pelo lugar. De acordo com os dados apresentados por Schwarcz (1993), entre os anos de 1849 e 1889, ele participou de cerca de 506 sessões. É nessa perspectiva que Araújo (2015) afirma que é a partir da produção teórica do IHGB que a história ganhou um novo sentido político. A historiografia começava a ser utilizada ideologicamente mas de maneira discursiva, através de narrativas que positivaram e negativaram coisas, que interditararam, selecionaram e que definiram o que seria lembrado e o que seria esquecido.

Para Schwarcz (1993, p. 204), esse envolvimento mais direto do monarca era parte de seu plano estratégico de perpetuar uma memória nacional e igualmente a sua imagem pois “é com a entrada de d. Pedro II no IHGB e seu mecenato que o romantismo brasileiro

se transforma em projeto oficial, em verdadeiro nacionalismo, e como tal passa a inventariar o que deveriam ser as “originalidades locais”. A autora ainda argumenta que é nesse momento que o discurso literário torna-se crucial para delinear a identidade nacional, e que a associação de um projeto nacionalista com o romantismo literário foi viabilizada e facilitada pelas relações que os jovens brasileiros mantinham com o Instituto Histórico de Paris.

É durante esse período também que ocorrem trocas nos cargos diretivos e aumento no número de sócios. Para os novos membros, são estabelecidas maiores exigências e comprometimento com a produção de conhecimento, outro fato marcante foi a perda de um de seus principais mentores e articuladores, o secretário Januário Cunha Barbosa que, ao falecer, fora substituído pelo general Francisco Adolfo de Varnhagem. Essas mudanças não significaram grandes rompimentos, pois o que se teve foi uma continuidade das ideias pretendidas desde os primeiros anos como é o caso da escrita de uma história geral e da produção da brasilidade. O empreendimento intelectual do IHGB seguia extremamente dependente das finanças do estado, sobretudo porque, diferente do que acontecia na França, por aqui ainda não havia uma profissionalização dos intelectuais.

Foi por meio da cultura que se buscou traçar um perfil do brasileiro. O projeto romântico literário se tornou uma alternativa interessante para seguir referências clássicas e civilizatórias advindas do processo de formação das nações europeias, como é o caso do mito de origem. Dessa forma, o índio virou um símbolo nacional romantizado e o discurso literário se tornou um importante dispositivo para divulgar os sujeitos históricos que seriam produzidos. D. Pedro II se envolveu mais com a literatura, pois já estava reservada para a historiografia a tarefa de immortalizar “nossos heróis”. Através do financiamento de escritores/literatos, o imperador incentivou o desenvolvimento de um movimento literário romântico que buscava afirmar a autonomia cultural do Brasil, onde o indígena havia se tornado o símbolo nacional. Diversas representações sobre o índio foram construídas através da literatura:

Foi, portanto, nos decênios de 50 e 60 que o Brasil conheceu a consagração do romantismo, cuja manifestação considerada a mais “genuinamente nacional”, o indianismo, teve nele o 41 momento de maior prestígio, alcançando, além da poesia e do romance, a música e a pintura. (SCHAWARCZ, 1993, p. 213).

A partir disso, a produção historiográfica do IHGB deu sustentação direta a esse movimento de delimitação da nação como uma comunidade imaginada dispondo de uma

série de estratégias discursivas para forjar o “sujeito nacional” que era heterogêneo, produzindo-o com base em uma perspectiva tão homogênea quanto excludente. Os índios e os negros não se encaixavam no plano da representação nacional civilizada e ancorada no projeto europeu, Diehl (1998) ressalta que o projeto do IHGB também consistia em dar conta de uma gênese da nação que deveria ser advinda da civilização branca e europeia dos trópicos. No plano real, a população brasileira era diversa e caracterizada por uma enorme população negra e indígena. Não é acaso que a questão nacional tenha sido um dos temas mais debatidos ao longo do século XIX e que ambos foram considerados empecilhos para o progresso da nação. Tanto o negro quanto o indígena foram alvos de uma construção que os demarcou como o “outro” que era também o oposto de tudo o que a raça branca e civilizada representava.

O século XIX é por excelência o século dos nacionalismos e de produção e fixação de identidades, cuja mais importante era a identidade nacional. Woodward (2013) afirma que o que dá sentido a identidade é a linguagem e um sistema simbólico que a representa. A identidade é marcada pela diferença: ser brasileiro é não ser um argentino, uma identidade é distinta da outra por aquilo que ela não é, é assim que a visão da alteridade é demarcada. Como ressaltado, essa preocupação foi tomada pelo IHGB desde o princípio, tanto que a instituição criou, em 1840, um concurso que foi de encontro a sua pretensão de criar parâmetros científicos para a história. A pergunta lançada era a seguinte: como se deve escrever a história do Brasil?

O problema posto no horizonte era o de como a história do Brasil deveria ser escrita, o vencedor do concurso foi o conhecido botânico alemão, chamado Carl Friedrich Philipp Von Martius que chegou em solo brasileiro em 1818 e foi importantíssimo para as ciências naturais. Para além disso, sua obra influenciou toda uma geração de historiadores ao longo do século XIX, inclusive Varnhagen.

Na perspectiva de Martius, a história do Brasil deveria ser escrita a partir das suas três raças constituintes, a branca, a indígena e a negra. Para Turin (2009), tendo em vista que a obra de Martius acabou expondo algo sensível no momento, como é o caso do espaço dado as raças que eram consideradas inferiores, o que foi determinante para a sua escolha foi o fato dela estar inserida em uma perspectiva filosófica e que propôs desdobramentos em relação a importância de uma cadeia narrativa orientada pela totalidade e pela organização temporal de uma história do Brasil. O historiador ressalta ainda que, apesar da sua massiva aceitação pelos integrantes do IHGB, a obra de Martius

sofreu uma tematização cujo interesse se voltou a temática do indígena, o que nos ajuda a compreender por que mais adiante o indígena acaba virando um símbolo nacional.

Para além do progresso nas perspectivas teóricas e organização cronológica, havia a necessidade de definir os sujeitos históricos que integrariam a nação. Antunes (2014) enfatiza que mesmo que Martius tenha se recusado a escrever uma história Geral do Brasil, o seu projeto historiográfico deixou longas marcas nas historiografias posteriores, enquanto o índio foi elegido como símbolo nacional a ser civilizado, ao negro restou apenas a constatação de sua existência:

Os indígenas, representando o estado de natureza, apareciam como o símbolo da nacionalidade tropical e como alvo principal de um projeto civilizador encetado pelo homem branco, daí a grande quantidade de trabalhos publicados sobre os índios brasileiros. Os portugueses, representantes da civilização e do progresso, eram o elo principal dessa mescla racial e demarcavam a ascendência europeia da população brasileira. Já a componente africana recebeu pouca atenção, perpetuando a ideia de que o negro seria um óbice ao avanço da civilização. (ANTUNES, 2014, p. 33).

Na mesma esteira do delineamento do perfil do brasileiro, é dos anos 1850 em diante que D. Pedro II encomenda ao Secretário Francisco Adolfo Varnhagen a escrita de uma obra geral do Brasil. Fiel às pretensões do imperador, ele escreve uma história da nação comprometida com o estado imperial e com a retórica da nacionalidade. Francisco é considerado uma espécie de Heródoto Brasileiro, o pai da historiografia no Brasil. A sua obra seguiu inscrita na tradição do instituto e de uma história mestra da vida, recheada de biografias e personagens a serem lembrados. No entanto, diferente de Martius, Varnhagen deu enfoque no elemento da participação portuguesa nos rumos da história do Brasil. O projeto de produção e publicação das revistas consistia em uma preocupação pedagógica, se a função da história era instruir se fazia necessário difundir esse conhecimento produzido (Antunes, 2014).

Ao pensar na função social que as revistas tiveram ao longo do século XIX, segundo Dumoulin (1993 apud Hruby, 2007, p. 18) não é possível dissociá-las do nascimento de uma história científica, o autor pontua que há uma relação entre o aparecimento das grandes revistas nacionais e a consolidação do campo científico da história. Dentro dessa discussão, Hruby (2007, p. 19) corrobora que “não há como falar de História, Geografia, Literatura, Etnografia, Arqueologia e Educação nesse período, mesmo fora da cidade do Rio de Janeiro, sem abordar a produção dos sócios do Instituto”.

Nessa perspectiva, a fundação desse espaço letrado institucional eleito e autorizado contribuiu diretamente para o desenrolar de processos históricos fundamentais no Brasil, como a afirmação de um estado centralizado, a criação de discursos e dispositivos para a fixação de uma ideia de brasilidade, e a consolidação dos laços e sentimentos de pertencimento que é o que sustenta a comunidade imaginada. É dessa maneira que o IHGB, enquanto um espaço de influência pública, se utilizou de estratégias políticas para construir e perpetuar uma certa memória constituída por algumas lembranças e muitos silenciamentos. A historiografia do século XIX, o IHGB e os homens de letras não se submeteram ao crivo de um espaço acadêmico científico e sim às regras de uma academia preponderada pelos relacionamentos pessoais (Guimarães, 2011).

2.3 OS INSTITUTOS HISTÓRICOS ESTADUAIS: A EXPANSÃO DE UM MODELO INSTITUCIONAL.

Como já destacamos, desde o seu surgimento o IHGB se modelou ligado aos interesses de uma monarquia constitucional e a figura de D. Pedro II. Devido a essa estreita relação, a historiografia e os debates que circulavam no instituto estiveram comprometidos com o projeto de empreendimento de uma história para nação. Ao longo do tempo, esse espaço institucional desenvolveu um forte vínculo com o Imperador e com o próprio regime monárquico, portanto, a sua razão de ser e de atuar como uma das instituições mais importantes do país estava consolidada sob a base deste tipo de governo. O instituto cercado de imenso prestígio estava localizado na sede do governo central e seu quadro de sócios era composto por pessoas alinhadas ao regime monárquico e que tinham poder e influência na sociedade.

O grande instituto reinou solitário até os anos de 1862 que é quando sua posição de único instituto histórico da nação foi modificada com a fundação do primeiro instituto histórico e geográfico estadual que recebeu a denominação de Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco. Apesar do projeto imperial de unificar a nação ter tido êxito e ter promovido certas conciliações entre as elites locais, ainda assim, haviam diferentes perspectivas em ebulição e que de alguma forma ameaçavam o Segundo Reinado. De acordo com Antunes (2014), o IHGB tinha como centro irradiador de sua atenção a região Sudeste, fato que causou uma série de descontentamentos nas demais regiões.

As províncias tinham um passado e uma certa identidade localista atrelada a onda de revoltas que haviam desembocado durante o período regencial. Além disso, para o

governo monárquico, era fundamental manter com elas uma relação harmônica e alinhada. A estratégia escolhida foi seguir uma das diretrizes apresentadas no estatuto de fundação do IHGB e que previa o incentivo ao surgimento de novas agremiações, além do IAGP que surge em 1862, são fundados ainda durante o governo monárquico mais duas agremiações: O Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas em 1869 e o Instituto Geográfico e Antropológico do Ceará em 1887. A expansão institucional era uma alternativa interessante para o governo imperial sobretudo porque a consolidação de novas instituições localizadas em diferentes locais do país, e que seguissem as diretrizes do instituto central poderiam garantir segundo Antunes (2014, p. 34) “a definitiva integração da província na ordem imperial”.

A pretensão do IHGB era a de manter hegemônica uma narrativa acerca da história do Brasil, mas a expansão de outras agremiações viria a ameaçar de forma mais contundente o objetivo da instituição que passou a ter de lidar com a emergência de outros “passados” e de outras “memórias”. Antunes (2014) explica que a fundação do IAGP também foi uma resposta ao desejo local de preservar uma história regional e de destacar a relevância da província para a história da nação. A construção da brasilidade precisou se espalhar por todo o território brasileiro e intelectual e é para cumprir essa demanda que essas instituições novas surgiram. Pode-se dizer que, por um lado, essas agremiações seguiram o modelo institucional do IHGB, principalmente no que tange a tarefa de coligir, metodizar, publicar e preservar grandes corpus documentais que foram importantes para a delimitação de diversas áreas do conhecimento. Mas, por outro lado, priorizavam a ênfase na contribuição de uma história e de uma memória regional para a consolidação da história da nação.

O estabelecimento de outras instituições fortaleceu e ampliou uma memória nacional imperial. No entanto, no final do século XIX a sociedade brasileira passou por um período de profundas transformações em todos os seus setores, transformações estas que divergiram para o alvorecer da República. No campo intelectual, isso teve reflexos diretos na historiografia, tanto que, como enfatiza Nicolazzi (2015), o período entre 1870 e 1940 foi marcado por uma série de debates, reflexões e rupturas historiográficas.

O autor ainda salienta que, durante esse período de transformações, ocorre uma transição: o campo intelectual bastante marcado pelo contexto oitocentista e pelos debates em torno da nação e do novo estado imperial centralizado começava a se abrir e a oferecer distintas possibilidades, perspectivas e discussões para se elaborar o relato da formação do Brasil. O autor é um dentre os estudiosos da história da historiografia brasileira que se

dedicaram a preencher a lacuna que existia no que tange os estudos sobre o IHGB, a escrita da história e as primeiras décadas da República. Por um bom tempo, os historiadores se voltaram com mais atenção para a atuação do IHGB no período monárquico.

Este período geralmente costuma receber duas denominações: “Primeira República” e “República Velha”. Quanto ao segundo termo, Gomes (2009) afirma que é preciso repensar a rotulação do período como “República Velha”. Corrobora que a periodicidade é, em si, um ato de poder e destaca que essa denominação partiu dos historiadores, mas que foi propagada e endossada a partir do movimento de ideólogos conservadores dos anos 1920 e 1940. O termo acabou ganhando mais ênfase no governo de Getúlio Vargas que articulava seu projeto de estado nacionalista e para o qual o uso desse contraste era muito mais interessante. É um tanto irônico que o período que as vezes carrega a terminação de “velho” tenha sido, na verdade, marcado por uma série de novidades, principalmente no ambiente intelectual, pois, para além das transformações no campo social e político, as condições de possibilidade da escrita da história passaram por remodelações.

Como indica Castro (2009), é a partir dos anos de 1880 que o governo monárquico começou a se desgastar e a ser mais fortemente questionado. A partir de então, se estabeleceu um período de efervescência política, diferentes debates e até de luta armada, panorama que culminou na ruptura com o governo monárquico e no estabelecimento de um novo regime de governo: o Republicano. O fim do governo monárquico significou um grande abalo no IHGB, primeiramente por que seu principal protetor e patrocinador, D. Pedro II, havia sido deposto e foi forçado a retornar a Portugal e, secundamente, por que havia se encerrado o projeto que até então conduzia o andar da instituição.

Após a proclamação da República em 15 de Novembro de 1889, novos institutos históricos e geográficos começaram a pipocar. Mattos (2014) reitera que é nesse momento que o objetivo do IHGB de manter uma narrativa única passa a ser mais ameaçado, devido a dois fatores: o instituto carioca perde a proteção e o forte patrocínio do imperador, e o federalismo e as oligarquias começaram a estimular um sentimento regionalista. Na medida em que emergiam diversas narrativas regionais inscritas no conflito entre o regime monárquico e o republicano, manter uma história homogênea se tornava mais desafiador. As principais agremiações estaduais foram surgindo aos poucos como é o caso do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o Instituto Histórico e Geográfico

de São Paulo (1984), o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (1907) e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920).

Apesar dessas agremiações estarem afinadas com o instituto central, cada uma delas se construiu de acordo com as peculiaridades e aspirações das elites locais, os homens de letras desses estados desejavam escrever a sua própria história para legitimar uma identidade política local e perpetuar uma memória regional. Como apontado por Guimarães (2006, p. 258), “os institutos históricos e geográficos desenvolveram uma tradição historiográfica própria e, a partir do seu lugar, construíram e legitimaram historiografias, mitos e ideias que teriam repercussão futura para a nação brasileira”.

Dentre as inúmeras transformações, algo que é constante entre a chegada da Família Real no Brasil, a conquista da Independência e a instalação da República é o desejo por história e as disputas políticas em torno do passado. Entre o final do século XIX e o início do século XX, emergiu, ainda com mais força, a preocupação com a escrita da história e principalmente com as maneiras de “fazer história”. Nessa mesma esteira, Castro (2009) ressalta que os homens de letra desse tempo se envolveram ativamente nos debates para buscar “o moderno” e tiveram que enfrentar complexas discussões acerca da impossível ou possível cientificidade da história. Afinal, não seria possível definir o que era uma história moderna sem se debater com os modelos de ciência disponíveis, seus parâmetros, e as vantagens e desvantagens do ofício. Em decorrência da reorientação e das novas reflexões que emergiram, no campo intelectual, instalou-se um espírito conflitivo, uma espécie de “consciência histórica”. (Hruby, 2007).

A virada para o século XX significou um período de transição, de muitas instabilidade e principalmente de conflitos, porque a instalação da República foi fruto do combate entre simpatizantes do antigo regime e do novo, de troca nos comandos do poder e de remodelações das configurações sociais. Segundo Jose Murillo de Carvalho (2003), o período entre 1889 e 1904 foi extremamente turbulento e marcado por assassinatos políticos, golpes e revoltas populares. Tais transformações não refletiram somente no campo intelectual, mas nas ruas, tribunas, panfletos e jornais, tratava-se do espaço de experiência que estava abalado por muitas incertezas em relação ao passado e ao presente, que tinha no horizonte diversas possibilidades.

Magalhães e Gontijo (2013) reiteram que, nas primeiras décadas do novo regime, a experiência dos homens de letras foi afetada por problemas tanto do futuro quanto do passado, principalmente porque a instalação da República se deu de maneira repentina em uma sociedade que tinha um passado imperial, e neste momento, para o presente,

havia um paradoxo que colocava o passado (imperial) e o presente (república) em oposição. Isso ocasionou uma desorientação no que diz respeito aos intelectuais, pois o fato da história ser entendida a partir de uma função pedagógica implicava que a projeção do futuro também estava ligada a experiência histórica dos acontecimentos do passado.

O IHGB e a cidade do Rio de Janeiro foram palco privilegiado para essas mudanças que comportaram conflitos, debates e principalmente transições. Na primeira República, o ambiente externo tanto para o IHGB quanto para os seus sócios estava longe de ser tranquilo devido ao clima de incertezas e de pressão, ocasionados pelas modificações no poder. A instituição havia produzido uma historiografia e preservado uma memória baseadas na única referência que tinha até então, o longo passado imperial. Os primeiros momentos de instalação do poder republicano foram bastante delicados especialmente para o instituto, o lugar estava abalado e era visto com desconfiança. Apesar disso, conforme Souza (2015), com relação a postura dos sócios não havia um consenso e sim uma divisão. Enquanto uns tratavam a República como conspiração, outros a enxergavam como um processo natural, uma proclamação.

No entanto, com o tempo, o IHGB se viu obrigado a se remodelar na medida em que não pode mais dar continuidade a um projeto historiográfico com bases e reflexões calcadas na legitimação de um governo deposto. O passado precisou ser reinventado a partir da nova necessidade do presente, a urgência de legitimar uma nova forma de governo. Em meio a esse processo, o IHGB a partir de sua historiografia, precisou readequar os usos do passado em detrimento das questões do presente.

Novas memórias, novos heróis e novas tradições precisavam ser legitimadas, o instituto, no entanto, não poderia impedir a emergência das memórias regionais, principalmente depois da ampliação das agremiações estaduais. Frente a isso, o IHGB tomou medidas na tentativa de alinhar essas memórias regionais a sua tradição historiográfica. Em seus estudos, Mattos (2014) afirma que o IHGB se apropriou das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha e da Revolução Pernambucana e realizou uma série de sessões temáticas para viabilizar uma releitura dessas memórias, dando a elas um caráter republicano. O esforço para legitimar as memórias regionais consistia na urgência de promover um alinhamento harmônico da memória nacional. Dessa forma, o passado e o presente não poderiam estar em oposição.

Aponta Hruby (2007) que, após enfrentar sua crise institucional, advinda do baque da mudança de sistema de governo, o IHGB aos poucos buscou se reaproximar do novo governo que não abriu mão de utilizar o espaço letrado como um meio de legitimações.

O instituto também não rompeu totalmente com o passado imperial e seus personagens, nesse sentido, na transição para a República o autor entende que não é possível falar de grandes rupturas:

Como um lugar de preservação da tradição, seus guardiões esmeravam-se em mostrar nos seus discursos o não antagonismo entre passado e presente. Consagrando o passado, a produção do Instituto não repelia as contribuições do presente e encaminharia o futuro da Pátria. A *historia magistra vitae*, “a mestra da vida”, continuaria a ser um princípio que justificava e orientava as investigações, os documentos e artigos continuariam a contribuir para a consecução do grande livro sobre a História do Brasil, o Instituto continuaria sob o mecenato do governo. (HRUBY, 2007, p. 6).

Como vimos, durante todo o século XIX e durante o início do século XX, o perfil do historiador estava em aberto. O historiador ainda não profissionalizado, que também era o homem de letras, o literato, o político, o jornalista ou o advogado, teve uma atuação mais ampla na sociedade. Esteve ligado há uma rede de interesses e relações pessoais que não eram distintas da sua atuação intelectual. Nesse período, a produção de conhecimento se manteve diretamente adjunta aos interesses do estado e tanto o IHGB quanto os demais institutos possuem uma relevante importância histórica porque, apesar de seus usos, esses lugares institucionais foram fundamentais para o desenvolvimento de diversas áreas do conhecimento e pelo resgate e preservação de imensos corpos arquivísticos. Ademais, foram responsáveis por gerar inúmeras fontes e obras valiosas para os estudos e para a compreensão do momento histórico em que estavam inseridos.

Há uma estrita relação entre história, memória e usos políticos, isso pode ser visto principalmente durante quase todo o século XIX, que é quando uma elite branca e letrada assume as rédeas da nação e domina o campo historiográfico. A nossa memória coletiva também foi construída a partir das narrativas históricas, em suma, o IHGB também se dedicou a construir um projeto perpetuador de uma memória elegida, enquanto muitas outras foram interditas. Mediante uma sociedade onde o acesso ao saber era restrito e privilegiado, somente alguns tiveram a possibilidade de pensar a nação e de registrar sua história. A construção em torno da identidade da nação e da nacionalidade se deu de uma maneira conflituosa e complexa, passou diretamente pelos institutos históricos e geográficos que produziram tradições e utilizaram a memória e o passado como dispositivos de poder e de dominação.

Somente a partir dos anos 1930, os IHGBS perderam espaço como locais de autoridade na produção do saber, esse período marcou o início da consolidação das

universidades como produtoras do saber através da instalação de novos cursos para formar historiadores profissionais. No entanto, é mais adequado falar em transição do que ruptura, pois, segundo Hruby, o IHGB seguiu influenciando a historiografia do século XX:

Muitos dos professores para essas faculdades foram recrutados entre os membros do Instituto Histórico. Mesmo após falecerem, seus trabalhos continuariam a servir de fontes para os novos historiadores. Ainda hoje o IHGB na cidade do Rio de Janeiro constitui-se num expressivo espaço de pesquisas e discussão, editando periodicamente sua Revista. (HRUBY, 2007, p.12).

A Universidade de São Paulo foi uma das primeiras instituições a se consolidar sendo criada em 1934. Sob a sua égide foram fundados os primeiros cursos de história e geografia do país. De acordo com Costa (2019), há três professores que atuaram no corpo docente da universidade e que caíram no esquecimento historiográfico: Afonso Taunay, Alfredo Ellis Júnior e Plínio Ayrosa.

Segundo as investigações da autora, esses professores eram sócios do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e os debates realizados no instituto foram utilizados nesses cursos e por isso é possível dizer que o IHGSP também imprimiu suas marcas na USP. Os demais institutos localizados em outros estados foram espaços viabilizadores para o desenvolvimento de profissionalização e institucionalização das historiografias locais.

Quanto ao IHGB, segue sendo uma instituição importantíssima no país, espaço de debates, pesquisas e discussões. O local continua exercendo uma função indispensável para a produção da memória social, assim como todos os institutos e centros de memória que são referências na preservação dos mais variados acervos e objetos de importância histórica. Historicamente, essas instituições não se esgotaram, ao contrário disso, foram influência direta para garantir um terceiro momento de expansão que é caso dos Institutos Históricos e Geográficos Municipais.

3. A ASCENSÃO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS MUNICIPAIS, A FUNDAÇÃO DO IHGGV E O PRESENTISMO.

Neste segundo capítulo, constrói-se uma análise em torno do movimento recente de fundação de institutos históricos e geográficos de nível municipal. Discute-se esse movimento considerando sua relação com as características do presente e da sociedade contemporânea a partir do bojo teórico do presentismo historiográfico. Disserta-se sobre as razões que podem contribuir para explicar a expansão desses lugares e a sua relevância na sociedade atual. Posteriormente, abordamos a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas para analisar e compreender quais foram as principais demandas que impulsionaram a criação tardia de um instituto histórico e geográfico na década de 1990 em um pequeno município do norte da região Alto Uruguai.

3.1 A TERCEIRA ONDA: DE GUARDIÕES DA MEMÓRIA À CUSTÓDIA.

O Instituto Histórico e Geográfico Getúlio Vargas, principal objeto dessa pesquisa, faz parte de um movimento tardio de expansão e afirmação de Institutos Históricos municipais ocorrido a partir dos anos de 1980, movimento ao qual denominamos de “terceira onda”. Considerando a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro como um primeiro momento de aparição dessas instituições, e, posteriormente, o surgimento dos grandes institutos congêneres Estaduais que marcam um segundo momento da história desses lugares, identifica-se um terceiro momento: quando os institutos históricos e geográficos em nível municipal começaram a despontar. Inclusive, é bastante evidente que esses locais não cessaram de emergir e que os tenham suas identidades direta ou indiretamente marcada por uma herança institucional tão antiga e complexa proporcionada pelos reflexos do IHGB.

É possível identificar esse movimento tanto no estado Rio Grande do Sul quanto em outros estados do país, percebe-se essa expansão entre as décadas de 1980, 1990 e anos 2000. Esse movimento recente de criação desses lugares pode ser demonstrado nos dados presentes nas seguintes tabelas:

Tabela 1: Institutos Históricos e Geográficos Municipais surgidos do Rio Grande do Sul¹²:

Instituição	Sigla	Ano de Fundação	Cidade Sede
Instituto Histórico e Geográfico de Capão do Leão	IHGCL	2012	Capão do Leão
Instituto Histórico e Geográfico de Alegrete	IHGA	2010	Alegrete
Instituto Histórico e Geográfico de São José do Norte	IHGSJN	2000	São José do Norte
Instituto Histórico e Geográfico de Santo Antônio da Patrulha	IHGSAP	1999	Santo Antônio da Patrulha
Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas	IHGGV	1995	Getúlio Vargas
Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari	IHGVT	1986	Vale do Taquari
Instituto Histórico e Geográfico de São Luiz Gonzaga	IHGSLG	1984	São Luiz Gonzaga
Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas	IHGP	1982	Pelotas
Instituto Histórico e Geográfico de São Leopoldo	IHGSL	1975	São Leopoldo
Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão	IHGJ	1966	Jaguarão
Instituto Histórico de Passo Fundo	IHPF	1954	Passo Fundo

Tabela 2: Alguns dos Institutos Históricos e Geográficos Municipais surgidos em outros Estados¹³:

Instituição	Sigla	Ano de Fundação	Cidade Sede
Instituto Histórico e Geográfico de Várzea Grande	IHGVG	2003	Várzea Grande-MT

¹² Fonte: Inventário dos Institutos Históricos e Geográficos no Rio Grande do Sul : de guardiões da memória à custódia do patrimônio / Organizado por: Vanessa Gomes de Campos. – Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, 2018.

¹³ Fonte: <https://www.ihgsc.org/links>

Instituto Histórico e Geográfico de Macaé	IHGM	1993	Macaé-RJ
Instituto Histórico e Geográfico de São Gonçalo	IHGSG	1995	São Gonçalo-Rio de Janeiro
Instituto Histórico e Geográfico de Guarapuava	IHGG	2008	Guarapuava-PR
Instituto Histórico e Geográfico de Parnaíba	IHGP	2000	Parnaíba-PI
Instituto Histórico e Geográfico de Garanhuns	IHGG	2012	Garanhuns-PE
Instituto Histórico e Geográfico de Solânea	IHGS	2003	Solânea-PA

Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres	IHGC	2002	Cáceres-MT
Instituto Histórico e Geográfico de Barra do Garças	IHGBG	2003	Barra do Garças-MT
Instituto Histórico e Geográfico de Salinas	IHGS	1983	Salinas-MG
Instituto Histórico e Cultural de Arceburgo	IHGA	1985	Arceburgo-MG
Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros	IHGMC	2006	Montes Claros-MG
Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras	IHGV	2003	Vassouras-RJ
Instituto Histórico e Geográfico de Lages	IHGL	2006	Lages-SC
Instituto Histórico e Geográfico de Caxias	IHGC	2003	Caxias-MA
Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana	IHGFS	2004	Feira de Santana-BA

De fato, com o tempo, tanto o IHGB quanto as demais instituições estaduais localizadas nos grandes centros sofreram inúmeras transformações em suas trajetórias institucionais e se tornaram centros de pesquisa profissionalizados e mais próximos das

Universidades. Consequentemente, depara-se com o desafio e a necessidade de refletir sobre a identidade dessas instituições longe das grandes capitais que atuam em diferentes regiões e que se estabeleceram em cidades de médio e pequeno porte. O ponto comum entre os IHGS com caráter municipal é que eles estão voltados a estudar e a registrar a história Local/Estadual da região em que estão inseridos.

No entanto, cada uma dessas instituições, das mais antigas até as mais recentes, tem uma trajetória própria, princípios de organização, critérios diferentes, um perfil distinto e demandas cuja análise não pode ignorar as especificidades dos processos históricos da região em que se inserem. Diferente dos centros de memória, são instituições que se denominam “históricas” e “geográficas” e que foram marcadas por diretrizes institucionais do IHGB. Com uma identidade própria, esses locais se constituíram orientados pelas bases lançadas pelos primeiros grandes institutos.

Neste viés, considera-se que existem certas lacunas em relação ao olhar que é direcionado a esses espaços, que quase não chamam a atenção das pesquisas acadêmicas, e no geral, são vistos como “obsoletos”. Camargo e Goulart (2015, p. 14) argumentam que há uma ideia bastante enraizada na sociedade de que sejam “entidades supérfluas, onerosas e condenadas a vida efêmera”. Essas lacunas suscitaram algumas indagações de caráter mais geral, das quais esse trabalho se debruça na tentativa de analisar e dar conta de responder: como esse movimento tardio de aparecimento de IHGS pode ser explicado? A quais processos da sociedade contemporânea esse movimento está relacionado? Qual é a relevância desses lugares na atualidade?

De acordo com Gomes (2018, p.10), “entre as modalidades institucionais atuais os institutos históricos podem ser enquadrados na categoria de centros de memória”. Na visão da autora, trata-se de um deslocamento importante. Essas instituições passaram de “guardiões da memória” para responsáveis pela custódia de bens históricos e culturais e que dizem respeito a história e a memória de diferentes grupos sociais. Segundo ela, um aspecto crucial é o reconhecimento de que os institutos são locais legítimos e tem confiabilidade da população em geral, uma vez que seus acervos são formados por uma série de doações de diversos documentos e objetos (livros, fotografias, acervos de família, jornais, entrevistas, certidões, etc.).

Historicamente, a sociedade têm creditado à esses lugares a atribuição de “guardar” e “preservar” a presença daquilo que lhes foi entregue. Por isso, os institutos históricos se encaixam na definição de “guardião da memória” cunhada por Ângela de Castro Gomes:

O guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um “narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda / possui as “marcas” do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o “coleccionador” dos objetos materiais que encerram aquela memória. Os “objetos de memória” são eminentemente bens simbólicos que contêm a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais, etc., tudo tem em comum o fato de dar sentido pleno, de “fazer viver” em termos profundos o próprio grupos da memória. (GOMES, 1996, p. 7).

Nesse sentido, essa relação ajuda a entender um pouco sobre a identidade desses espaços e sobre a sua importância na sociedade como “lugares de memória” como definido por Pierre Nora, e também como locais de custódia e preservação que são indispensáveis para a manutenção da memória coletiva e para o desenvolvimentos de estudos em diversas áreas (história, geografia, antropologia etc.). Ao se pensar no caso do Instituto Histórico e Geográfico Getúlio Vargas, e ainda há diversas outras realidades parecidas, o município de Getúlio Vargas não possui nenhum Arquivo Histórico ou Centro de Documentação/Memória. É nessa perspectiva que a pesquisa de Silva (2017) embasa nossa afirmação. A autora destaca que temos uma longa trajetória pela frente e, em seus estudos, ela denuncia a precariedade dos arquivos públicos estaduais em geral, a falta de arquivos municipais na maioria dos municípios e a insuficiência das políticas voltadas para essa área.

Dessa forma, é válido recorreremos ao exemplo do IHGGV: a entidade é a única responsável por receber, conservar, catalogar, disponibilizar e gerir uma série de documentos necessários e importantíssimos para o estudo da geografia e da história local/regional e para a história e identidade dos grupos étnicos da região. E, na mesma medida em que abriga o acervo, a instituição também se utiliza dele para elaborar discursos e interpretações, pois uma das principais características dos institutos históricos é a produção e o lançamento de Revistas, sejam elas regulares ou não. Outra questão a se considerar em relação a confiabilidade é que essas entidades se materializam como locais de referência na região aonde se inserem e portanto possuem legitimidade em relação as narrativas e ações que acabam externalizadas à comunidade.

Considerando essas peculiaridades, Silva (2017) aponta que os IHGS precisam estar atentos ao sentido jurídico de “custódia” bem como as suas atribuições que implicam a guarda e a proteção do acervo. Além disso, a autora destaca uma tríade de atribuições em relação a custódia: implica garantir a segurança, ou seja, em um “lugar” de guarda do acervo; implica a proteção e principalmente a própria relação do acervo com quem se

dedica ao trabalho de sua guarda. Mas, a priori, um ponto crucial para problematizarmos é a marginalidade a qual muitos arquivos ficam expostos, principalmente esses localizados em lugares mais ao interior do país. Acervos dotados de valor cultural e social onde o poder público não chega e não alcança e que, em muitos casos por falta de apoio e financiamentos, não conseguem contar com políticas adequadas de preservação/descarte e acabam sendo geridos através do esforço e da mobilização de pessoas e instituições, o que conseqüentemente pode gerar perdas irreparáveis.

Mesmo que o objetivo aqui não seja aprofundar discussões em torno da Arquivologia e da Ciência da informação, entende-se que algumas reflexões nessa direção são incontornáveis para pensarmos o papel dos institutos históricos nos dias atuais. Chegamos então na relação arquivo/lugar da qual depende a própria legitimidade e autenticidade dos documentos. Uma questão a considerar é que os centros de memória podem apresentar muitas diferenças entre si, podem ser artísticos, culturais ou empresariais, mas o ponto comum entre eles é a guarda de um acervo.

Utilizando a definição de Gomes (2018, p. 9), entende-se por acervo “um conjunto de obras ou bens que integram um patrimônio. Um acervo pode acumular-se por provisionamento, por tradição ou por herança, consoante a natureza do conjunto”. O acervo ainda pode pertencer a uma coleção privada ou pública e ser artístico, fotográfico, documental, histórico, bibliográfico ou pode reunir todos esses elementos juntos. Nas palavras de Aismann (2011, p. 369): “o arquivo adquire um significado de destaque como memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras”. É nesse sentido que as problematizações dessas literaturas também servem muito para pensar os IHGS que não estão descolados das discussões contemporâneas em torno da democratização da memória.

Não há uma definição padrão sobre os centros de memória justamente pela sua heterogeneidade, sobretudo, porque podem haver diferenças nos direcionamentos de formação de seus acervos. Enquanto um instituto reúne documentos de valor histórico cultural, um centro de memória de uma empresa pode direcionar o uso da memória e a composição do acervo para a sua organização ou para o registro de sua trajetória. Além disso, esses espaços também costumam trabalhar com projetos paralelos de cunho cultural. Para Barbanti (2015), mesmo que não haja uma definição totalizante sobre esses lugares, eles reúnem características comuns e que se considera que incluam os institutos. Entre as características citadas pela autora, está a hibridez do acervo como um lugar que convive com a heterogeneidade de materiais com “características arquivísticas,

bibliográficas e museológicas” (p. 35). Outra questão um tanto problemática apontada por Camargo e Goulart (2015), é que não é comum que eles tenham uma política de acervo documental formalizada que dê conta de abordar essas três áreas e isso implica diretamente no tratamento técnico desses acervos, na sua disponibilização e utilização.

A partir disso, Souza (2018) argumenta que esse caráter heterogêneo como principal característica dos acervos também representa uma série de desafios quanto a necessidade urgente de se ter nesses lugares um tratamento técnico correto que deve ser realizado por uma equipe profissionalizada e interdisciplinar. Em vista disso, a autora elenca alguns dos elementos indispensáveis no que diz respeito a problemática da organização arquivística nos centros de memória e demais locais que abriguem acervos: primordialmente ela defende a clara urgência de uma política de tratamento específico para esses documentos; que o processamento técnico deve ser feito desde a aquisição do material para que não se perca “vínculos e contextos”; a apresentação clara das informações e potencialidades dos usos da documentação; a organização e sistematização das informações como ponto chave para facilitar o acesso e a pesquisa aos conjuntos documentais. Sendo assim, conservação, seleção e acessibilidade são atribuições essenciais para a gestão de qualquer atividade de armazenamento. (Souza, 2018).

O manuseio e a compreensão do contexto histórico dos conjuntos documentais também depende diretamente do conhecimento desses processos. Portanto, ao contrário da ideia vigente, que os condena a uma vida onerosa e de esquecimento, os institutos históricos tem utilidade, impactos, potencial de guarda e garantem a disponibilização da matéria prima para a difusão e construção de novos conhecimentos e interpretações. A falta de atenção e investimentos do poder público à esses locais nos parece imensamente problemático em meio às disputas pela memória e pelo controle das narrativas do passado que são fortes características do tempo presente. Mais do que isso, esse desprezo se revela sintomático da emergência de um novo regime, pois na “sociedade de memória”, a beleza dos monumentos está muito acima do ruído dos arquivos (Salomon, 2011). Porém, conseqüentemente, é a preservação e o acesso a seus acervos que permitem a democratização do conhecimento histórico e a possibilidade de avanço de novos estudos e tensionamentos, assim como a releitura e as problematizações a serem feitas agora ou no futuro, dependendo da demanda do meio social de onde estão localizados. Não se pode esquecer que é o arquivo o lugar de tensão e de questionamentos. E como já explicitado, cada instituto tem sua trajetória e, certamente, tem impactos distintos e uma atuação ou importância social, histórica e cultural diferente na sociedade em que estiver inserido; é

em razão disso se faz reflexões gerais da pertinência atual dessas entidades a partir de suas características comuns e que, como recorte, elege-se uma dessas instituições para estudar mais especificamente.

Em relação ao processo de surgimento dos institutos históricos e geográficos, podemos afirmar que, inicialmente, ele nasceram voltados para a necessidade de manutenção de uma memória nacional e regional para potencializar uma ideia de pertencimento e de sentido comum de “nação” muito através da tarefa de “reunir” e “selecionar” os documentos necessários para tal operação. São forças e instituições que historicamente tomaram para si essa responsabilidade de guarda do arquivo e que, ao longo do tempo, constroem e mantem vivas ideias sobre o passado (Souza, 2018). É dessa maneira que o arquivo é o coração e a alma desses espaços. Além disso, “memória” e “arquivo” são elementos chave no mundo contemporâneo, mas trataremos dessa relação mais adiante.

Em sua atual pesquisa acerca dos arquivos, Silva (2017) argumenta que, ao entrar em contato com uma literatura que ainda não é muito utilizada pelos arquivistas brasileiros, surgiram novas questões e pontos de desconstrução. O principal deles é que, diferente do que os estudos em geral tem apontado, “os arquivos centrais não emergiram após a Revolução Francesa, e sua instituição estava estreitamente relacionado a regimes democráticos e não a regimes autoritários” (p. 216). A afirmação da autora está ligada a descoberta de arquivos na pólis de Atenas e em Roma e ao fato de que, inicialmente, estavam voltados à transparência para com os cidadãos e ao auxílio da administração.

Em decorrência disso, ela menciona que a definição de arquivo como um local público vem do direito romano, os magistrados romanos que eram funcionários do governo enviavam documentos para um arquivo (*Tabularium*) e essa prática tornava esses documentos públicos. Além disso, o “*Tabularium*” carregava o sentido de “pertencimento ao povo”. Sendo assim, a relação mais estreita do arquivo com o governo começa na Roma Imperial, que é quando o poder se concentra totalmente nas mãos do Imperador. O caráter dos arquivos como forma de poder e tutela direta dos governantes se acentua durante a Idade Moderna que é quando as monarquias absolutistas buscaram controlar e captar para si as diferentes formas de poder. Portanto, o próprio conceito de custódia e o sentido jurídico de arquivo como “lugar” são absolutamente dotados de transversalidade.

Ademais, vivemos em um mundo altamente informatizado com um grande fluxo de registros e informações que são do interesse público. Perguntas como: o que é

preservar? Como preservar? Como acessar? Também estão ligadas ao exercício da cidadania. Sobretudo porque o arquivo não tem a ver só com o passado, pelo contrário, ele está muito mais relacionado com o presente e com o futuro. Além disso, a atualidade vivencia uma onda negacionista e conservadora e, tanto a história quanto a memória, tem sido alvos constantes dos mais distintos usos político ideológicos:

Subjacente a toda essa discussão sobre os princípios e conceitos do arquivo está o maior ou o menor grau em que o exercício da cidadania é compreendido como essencial para a preservação e acesso aos arquivos. Essa compreensão não significa organizar os arquivos para atender interesses individuais deste ou daquele, mas da manutenção das mesmas características que tinham os documentos quando foram produzidos e que devem ser respeitados pelo preservador. (SILVA, 2017, p. 222).

Os documentos do arquivo não falam por si só nem contam uma história. Estão passíveis de serem acessados, lidos e interpretados a partir de diferentes visões e a eles é conferido um valor simbólico e histórico-social que envolve uma produção de sentidos.

O arquivo é um lugar de poder. Segundo Derrida (2001), o arquivo remete a um lugar de autoridade, pois não há poder político sem o controle do arquivo. O autor disserta que não se deve reduzir o arquivo a memória, uma vez que ele tem um caráter arqueológico, de escavação, de busca pelo passado. Ainda, segundo seus apontamentos, o arquivo precisa de um suporte exterior: não há arquivo sem um lugar de impressão que o institua, sem um lugar de repetição. Nele, também são depositadas expectativas, o porvir, certas respostas para o futuro e a responsabilidade de lançar luz sobre o amanhã. Dessa maneira é que ele está mais voltado para o presente e para o futuro do que para o passado.

Essas reflexões convergem para a defesa dos institutos históricos e geográficos como espaços vivos que reúnem o concreto e o simbólico, cheios de dinamismo, terrenos de disputas dotados de relevância, por onde perpassa a construção e afirmação de identidades e sentimentos de pertencimento e unicidade. Se apropriam do passado, lançam narrativas e interferem no presente. A produção da memória social e de “histórias” também passa diretamente por esses lugares compostos pela tríade história/memória/arquivo. Para além disso, são objetos de pesquisa e espaços em potencial para serem frequentados por pesquisadores para que se possa lançar novos olhares acerca das historiografias locais e da relevância contemporânea dessas entidades.

Assim como para o arquivo, a memória também necessita de suportes exteriores que lhe atribuem autoridade, o seu processo de constituição não se dá de forma natural ou sem interferência. Segundo Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que essas operações não são naturais. (NORA, 1984, p. 13).

Ao contrário do que defende Pierre Nora, acredita-se não se tratar de um retraimento da memória e sim de uma disputa pelo controle das operações que a envolvem. A produção da memória social é contínua, ela acompanha a existência humana desde os primórdios. Dessa forma, a memória não some, ela sofre transformações. Como já citamos, “memória” e “arquivo” possuem uma relevância fundamental na sociedade atual, argumentamos que essa importância também é a chave para compreendermos a contínua e recente expansão dos IHGMS. Como os institutos costumam ser enquadrados na categoria de centros de memória, não há estudos tão concretos e voltados para analisar essa emergência de forma mais específica, justamente porque essas entidades têm especificidades em relação aos demais centros de memória/documento. Nessa perspectiva, a multiplicação dos CMS, dos IHGMS e o aumento do interesse público pela história e pelo patrimônio são impulsionados pela ascensão do regime presentista de historicidade.

3.2 A SOCIEDADE DA MEMÓRIA: O REGIME DE HISTORICIDADE PRESENTISTA E A TERCEIRA ONDA DE INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS MUNICIPAIS.

Barbanti (2015) afirma que o contexto do surgimento dos centros de memória a partir das décadas de 1980 e 1990 está ligado ao interesse das instituições públicas e privadas em contar com um centro de memória como parte de sua organização para agregar a documentação histórica pertencente a instituição. Ao citar a expansão dos centros de memória no país, Souza (2018, p. 4) argumenta que o crescimento desses locais se deve ao período de redemocratização do Brasil, e que essa abertura ocasionou “uma nova conjuntura político e social daquele momento que revelava ações para a preservação da cultura e da identidade das organizações”.

Em relação ao caso mais específico dos institutos históricos, há pouquíssimas bibliografias à respeito. As existentes fazem rápidas menções ao despontamento dessas instituições, mas nenhuma aborda essa questão de maneira mais sistemática. Dentre esses, estudos, Corrêa (2012) destaca um fator que foi determinante para a proliferação dos IHGBS, ele entende que no caso do Brasil se trata da proliferação dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em história, que ocorreu dos anos 1980.

De fato, este é um aspecto bastante relevante a ser considerado no que diz respeito ao aumento pelo interesse e pela investigação da história local, o que em partes, explicaria esse movimento de ressurgimento desses lugares. Tanto o IHGB, quanto os institutos estaduais tiveram a sua fundação ligadas ao contexto vivido pelos homens de letra do século XIX repleto de disputas em torno da memória e da escrita de uma história e de uma geografia da nação. Mas, no caso dos IHGMS eles começam a surgir no seio da sociedade moderna marcada por um cenário de intensas e rápidas transformações. Consideramos o diagnóstico dessas hipóteses explicativas e partimos delas, mas argumentamos que diante das novas questões do tempo presente elas se revelam frágeis e insuficientes para elucidar a consolidação de uma terceira onda dessas instituições.

De maneira alguma essas análises e argumentações pretendem esgotar essa questão, pelo contrário, defende-se aqui que os institutos como uma categoria mais específica carecem de mais atenção e de mais estudos que os alcancem e os problematizem. Uma palavra chave da nossa análise sobre essa multiplicação recente de IHGMS e as transformações das quais esse trabalho se refere é a “memória” que tem um alcance que ultrapassa suas definições teóricas. É um conceito que não foge da interdisciplinaridade uma vez que é abordado a partir de uma grande variedade de concepções teórico-metodológicas, e que pode ser mobilizada na sua perspectiva histórica, sociológica, psicanalítica, antropológica, biológica entre outras áreas.

Conforme Neves (1998, p. 218), “o conceito de memória é crucial por que na memória se entrecruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentação e documentação; dimensões materiais e simbólicas, projetos e identidades”. Nesse sentido, Maurice Halbwachs foi o grande responsável por inaugurar os estudos da memória no campo das ciências sociais a partir da categoria da “memória coletiva” que elucidada a dimensão coletiva, social e cultural que tem a memória. O autor desconstrói a visão de que a memória existe apenas na sua perspectiva individual, uma vez que as lembranças que mobilizamos não podem ser somente nossas por que são

influenciadas pelas dinâmicas do meio social em que vivemos e pelos laços que mantemos com distintos grupos afetivos.

A inserção da memória nas ciências humanas causou diversos avanços e transformações na compreensão da memória social, os estudos sobre a memória alcançaram um grande desenvolvimento. A partir do século XXI, diversas transformações afetaram a memória histórica e coletiva e colocaram a memória em um outro patamar em relação à própria autoridade da história. Como disse Hartog (2013), memória e história podem ser vistas como dois barcos que ao longo da história se aproximam e se distanciam, mas no contemporâneo essas relações tornaram-se complexas, mais do que isso, hierárquicas. De acordo com a definição de Pierre Nora:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, usos e manipulações suscetíveis de longas latências e repentinas revitalizações. (NORA, 1984, p. 9).

Em seus estudos sobre o processo de constituição da memória coletiva nas ciências humanas, Le Goff (1990) já chamava a atenção para uma explosão da memória e de uma onda comemorativa a partir dos eventos contemporâneos da Revolução Francesa e da Segunda Guerra Mundial. No entanto, uma questão específica identificada pelo autor naquele momento e que nos interessa aqui é a pressão que a memória coletiva começou a exercer em relação à história científica e as implicações dos próprios usos públicos e políticos da memória. Porém, é na modernidade que a memória ganha um outro sentido: ela passa a ser tratada como um instrumento presentista, o passado começa a ser mobilizado em prol das demandas do presente:

A história dita "nova", que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como "uma revolução da memória" fazendo a cumprir uma "rotação" em torno de alguns eixos fundamentais: "Uma problemática abertamente contemporânea... e uma iniciativa decididamente retrospectiva", "a renúncia a uma temporalidade linear" em proveito dos tempos vividos múltiplos "nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo" (lingüística, demografia, economia, biologia, cultura). História que fermenta a partir do estudo dos "lugares" da memória coletiva. "Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história". Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: 'Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória. (LE GOFF, 1990, p. 408).

Essa intensa emergência da categoria da memória também foi discutida por Huyssen ainda nos anos 2000. Em sua obra “Seduzidos pela Memória”, ele já dissertava sobre a intensidade do foco contemporâneo na memória e na temporalidade, e igualmente para a aceleração dos discursos de memória que surgiram na Europa a partir dos anos 1960:

Um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais. Esse fenômeno caracteriza uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas do século XX. (HUYSSSEN, 2000, p. 9).

De fato, “tempo”, “memória”, “passado”, “história”, “monumento”, “comemorar”, “rememorar”, “patrimônio histórico”, “identidade” e “arquivos” são palavras que estão na ordem do dia na sociedade contemporânea, seja na mídia, nas redes sociais ou nos estudos acadêmicos. “Presentismo”, “Atualismo”, “Polifonias” e “Presente Lento” são alguns dos diagnósticos que buscam explicar as transformações que vem ocorrendo na contemporaneidade no que diz respeito as maneiras com que as pessoas sentem e como se relacionam com o tempo. Segundo Turin (2015), o tempo já não pode mais ser tratado pelos historiadores como algo “natural” ou “instrumental”. Os historiadores tem se voltado cada vez mais ao estudo da “qualidade” do tempo e das experiências relacionadas à temporalidade, sobretudo, por que essas questões se tornaram incontornáveis.

Nessa esteira, são os estudos de Hartog (2013) que vão diagnosticar que essas palavras de ordem se tornaram categorias centrais na sociedade atual, não somente por que elas expressam uma crise no tempo, mas sobretudo por que são uma forma de resposta à crise que está posta no horizonte. O autor explica essa conjuntura de crise que caracteriza o presente a partir da transição entre o regime de historicidade moderno para o distinto e inédito regime de historicidade presentista.

Como aponta o autor, “o século XX aliou finalmente futurismo e presentismo, se ele, inicialmente foi mais futurista que presentista, ele terminou mais presentista do que futurista” (Hartog, 2013, p. 119). Em vista disso, sustentamos que a contínua expansão dos institutos históricos e geográficos municipais não pode e nem deve ser analisada e compreendida de forma descolada da conjuntura de transição para este novo regime de historicidade, sobretudo, por que essa expansão é parte, sintoma e consequência direta

dessa nova experiência cujo sentido do passado não é mais o mesmo. Esses locais surgem alinhados e como resposta a uma nova e constante necessidade do nosso presente: a demanda por memória e o interesse massivo por lugares de memória e de história.

A compreensão da experiência coletiva e as suas relações com o tempo nas diferentes épocas é algo determinante para entender as narrativas, sentimentos e projeções que são mobilizadas por essas sociedades. O tempo tem uma ordem e cada presente lida com o tempo de forma diferenciada. O regime de historicidade é uma das ferramentas para tornar inteligível e interrogar essas experiências, ele trata de engrenar passado, presente e futuro:

Ele é um artefato que valida sua capacidade heurística. Noção, categoria formal, aproxima-se do tipo-ideal weberiano. Conforme domine a categoria do passado, do futuro ou do presente, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma. Por essa razão, certos comportamentos, certas ações, certas formas de historiografia são mais possíveis do que outras, mais harmônicas ou defasadas do que outras, desatualizadas ou malogradas. (HARTOG, 2013, p. 13).

As categorias memória, tempo e história vem sofrendo reconfigurações desde o século XVIII que é quando o conceito de história mestra da vida orientado pelas experiências alheias e pelo exemplos do passado, entra em esgotamento. Para tratar das transições que envolvem os regimes de historicidade e que sempre inauguram uma brecha, uma crise no tempo, Hartog (2013) dialoga diretamente com as duas categorias criadas por Koselleck (2006): o espaço de experiência e o horizonte de expectativas que são categorias que entrelaçam as três dimensões temporais: presente, passado e futuro. Sendo assim, ele defende que o tempo histórico surge a partir da tensão entre essas duas categorias que não são simétricas, nem necessariamente opostas, mas que se inter-relacionam e possuem formas diferentes.

O campo de experiência é construído pelas experiências do passado. De forma consciente ou inconsciente, essas experiências são transmitidas ao longo das gerações. A experiência é pautada pelo “futuro passado” e na mesma medida também abriga suas formas de racionalidade, principalmente por que é a partir da consciência histórica e das experiências que são elaborados os prognósticos. Já a expectativa tem uma dimensão coletiva e individual. Nela se incorpora a possibilidade do novo, daquilo que ainda está por vir ou acontecer. Por isso, ela é o “futuro presente” e mobiliza distintos sentimentos e elaborações racionais advindas dos prognósticos.

A grande aporia da questão, conforme Koselleck, é que elas não são estáticas, as expectativas não podem ser projetadas somente a partir das experiências, mas também não há como as expectativas não levarem em conta a experiência por mais que estas podem sempre se reconfigurar, uma categoria não pode existir sem a outra. O horizonte é uma abertura no espaço de experiência, uma inclinação para o futuro que não pode ser experimentada, somente pode ser projetada. Dessa forma, a ampliação do horizonte de expectativas também depende de quanto aberto está o campo de experiência de uma dada sociedade, principalmente, por que a relação entre passado, presente e futuro sofreu uma série de alterações ao longo das gerações.

Na perspectiva Koselleckiana, a modernidade inaugurou uma nova relação da sociedade com o tempo, o conceito moderno de história “*Geschichte*” fez com que a mesma começasse a ser vivenciada como um “tempo novo”. A história dos acontecimentos particulares e que tinha como categoria dominante o passado, deu lugar a uma história que colocou toda a história da humanidade como um processo único e universal (Koselleck, 2006).

O surgimento das filosofias da história e o advento da modernidade modificaram profundamente as relações entre o presente e o passado. Com a substituição do conceito de história, o espaço de experiência do passado como referência se dissolveu, dessa forma, as previsões e as expectativas passaram a substituir as lições, portanto, em relação a ordem do tempo, a categoria do futuro assumiu a centralidade, e é em torno da noção de futuro que a história e a humanidade passaram a se movimentar. Essa marcha culminou em um “novo futuro presente” que causou a sensação de uma nova experiência de aceleração do tempo, impulsionada pelo porvir, pela possibilidade do inédito e das projeções racionais produzidas através da criação de um horizonte de expectativas. (Koselleck, 2006). Hartog (2013), argumenta que a modernidade inaugura a ascensão de um novo regime de historicidade: o regime moderno.

De acordo com a tese de Koselleck, o período entre 1750 e 1850 significou uma transição entre aquilo que chama de primeira modernidade e a modernidade propriamente dita. Na primeira modernidade, os tempos históricos já haviam sido descobertos, ao rastrear a linguagem contemporânea e os conceitos de tempo ele afirma que se instaurou um profundo interesse pelo tempo, concepções, neologismos, periodizações, uma verdadeira temporalização que resultou em um “tempo novo”. Mas para o autor é somente na modernidade que surge um novo conceito de tempo por que o tempo adquire uma qualidade. “A história, então, passa a realizar-se, não apenas no tempo, mas através do

tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história” (Koselleck, 2006, p. 283).

É na modernidade que o horizonte de expectativas ultrapassa as experiências dos tempos passados. No século XVIII, o espaço de experiência começou a viver uma série de novas transformações como o iluminismo, a revolução copernicana, avanços na técnica e a dissolução do feudalismo. É nesse momento também que essas experiências coletivas e individuais se acumulam e que o conceito de “progresso” é criado se tornando algo universal. A perseguição pelo progresso se torna a base desse regime de historicidade moderno cujo espaço de experiência marcado por uma sensação de aceleração do tempo proporcionou a abertura de um novo horizonte de expectativas voltado para o futuro.

Primordialmente, uma das principais novidades da modernidade foi o afastamento entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas que acontece a partir do caráter transformador que o conceito de progresso adquiriu. Isso ocorreu por que as experiências do futuro foram se desligando das experiências passadas, e mesmo as experiências contemporâneas não podiam mais suprir essas expectativas futuristas.

Na concepção de Hartog (2013), diante das características do presente, é legítimo questionar se esse regime moderno de historicidade que deu uma qualidade ao tempo e rompeu com a ideia do tempo como algo singular ou natural e onde o passado tinha um lugar orgânico ainda é operatório. Portanto, a principal questão é se o futuro ainda permanece como a nossa referência. Para o autor, o futuro deu lugar ao passado e a sociedade moderna está vivenciando o esgotamento do regime moderno e a transição para um novo regime de historicidade. Isso significa o estabelecimento de uma nova relação da sociedade com o tempo, relação essa que ele denomina como “presentismo”.

Enquanto o tempo presente é uma das dimensões da temporalidade, assim como o passado e o futuro, o presentismo é a forma com que damos sentido ao tempo, ele é a estagnação do presente, trata-se de um alargamento da categoria do presente que ocorre por que estamos diante de um horizonte de expectativas fechado, ou melhor, que sequer existe. Ao mesmo tempo que a sensação pode ser de aceleração devido aos avanços tecnológicos, as mudanças rápidas, a fluidez dos acontecimentos aonde qualquer evento ao ser captado já é visto como “histórico”, ela pode ser de estagnação, pois tudo o que há é o presente, o presente vira passado em um instante. Na sociedade moderna, os eventos diários são extremamente midiáticos e ganham a qualidade de “históricos” no momento em que são filmados. Um atleta, ao quebrar um recorde já está “fazendo história”. Sendo

assim, o tempo vira mercadoria, o tempo é usado e mobilizado a partir do presente, que se torna quase imóvel diante da impossibilidade de projetar um futuro.

Nesse sentido, na perspectiva do presentismo historiográfico, que parte de uma análise da conjuntura, o regime de historicidade presentista emergiu na medida em que o regime moderno apresentou sinais de esgotamento. Alguns desses sinais, consistem no questionamento do progresso capitalista a partir dos anos 1968, questionamento advindo de uma série de crises econômicas e desemprego em massa que assolaram a Europa desde os anos 1970. A queda do muro de Berlim e das utopias, a derrocada do comunismo e a série de barbáries e genocídios que fecharam o século XX foram determinantes para o esgotamento da crença no progresso e na possibilidade de um futuro aberto. Todas essas experiências que incluem o horror do nazismo e as bombas atômicas provocaram na memória coletiva um sentimento de medo do futuro que se tornou um fardo, um temor. A partir disso, Hartog (2013) diagnostica uma alteração na ordem do tempo, o futurismo passa a dar lugar para o passadismo, na falta da abertura de um horizonte de expectativas é para o passado que a sociedade se voltou.

Diante disso, se instalou uma desorientação geral que tem afetado a sociedade moderna e o trabalho dos historiadores, conforme Hartog (2013) isso ocorre por que o conceito moderno de história é essencialmente futurista “{..} desde o momento em que o presente se impõem como categoria dominante, a história, também não o vê claramente” (Hartog, 2015, p. 286). Tendo em vista o alargamento do presente, a *Geschichte* deixa de ser operatória, uma vez que a sua capacidade de fornecer respostas decai gradativamente mediante um panorama de crescimento extensivo da autoridade da memória.

A relação entre passado e futuro também é marcada por mudanças. Foi o regime moderno que fez com que a história se tornasse uma ciência do passado, mas, se no regime moderno o passado tinha um lugar orgânico, essa percepção muda radicalmente no regime presentista, que se caracteriza principalmente pelas ondas memoriais e pela sensação de que o passado não passou. O passado assume um lugar fundamental no tempo presente, aí vê-se uma série de retornos que se manifesta na cultura, nas músicas, nos filmes, no comportamento em geral, no aumento do interesse por história e por memória. Para além disso, a memória invade o espaço público, o cinema, a literatura, arte e as ciências humanas.

Segundo Hartog (2013), desde os anos 1960 fica perceptível o desmontamento da memória e uma necessidade de preservar o patrimônio. Dessa forma, a crença no futuro e no progresso acabou sendo substituída pelo desejo de “preservar”. Nesse distinto presente, “patrimônio”, “memória” e “identidade” se tornaram categorias dominantes, adquiriram novos sentidos, tornando-se dispositivos de poder, principalmente por que o passado passa a ser produzido a partir das necessidades do tempo presente. Durante os anos 1970, vê-se emergir uma série de preocupações voltadas a preservação e a conservação de monumentos, paisagens, modos de vida, objetos; entramos nos “anos-patrimônio”.

Os arquivos começaram a se multiplicar fervorosamente, intensificaram-se os debates sobre as catástrofes ambientais e a preservação do meio ambiente. Ao entrar-se nos anos-patrimônio os arquivos que antes haviam se consagrado, passaram a ser desprezados, o monumento é quem ganhou força e a nova noção de patrimônio foi universalizada. Estamos então, diante de um “mal estar do presente” que é consequência da nova maneira com que a sociedade moderna tem significado o tempo. Entre os sintomas desse momento particular e específico, está o forte apego a memória e ao patrimônio, que conforme o diagnóstico do presentismo, são utilizados como um recurso, uma forma de lidar com essa crise no tempo. Daí, a noção recente de patrimônio se tornou “operatória” tanto para o passado quanto para o futuro. Em decorrência desse “mal-estar”, estamos diante da necessidade e responsabilidade de proteger e preservar esse presente e esse porvir. Sendo assim, estaríamos vivenciando uma dupla sensação de perda do passado e de um presente que se corrói em si mesmo.

Hartog (2006) observa que se instalou um movimento global de intensa patrimonialização e musealização que começou na Europa nos anos 1970 e que afetou a memória, a cultura, o meio ambiente, a biodiversidade e os monumentos. O monumento se torna muito mais um lugar de memória, para fazer vive-la e mantê-la viva, do que um monumento. Esse movimento está mais próximo do presente, trata-se de “um indício muito claro deste presente que se historiciza, já evocado” (Hartog, 2006, p. 270).

Daí surge a intensa necessidade de “resgatar”, “registrar”, “arquivar” e de valorizar qualquer resquício do presente e que represente o passado. A presença do passado, e a sua evocação rodeada de emoções, se tornou muito mais atrativa do que a história. Uma das questões principais do mundo contemporâneo são os usos do passado no presente, “a partir dos anos 1980 “desabrochou-se a onda da memória” (Hartog, 2013, p. 24), a memória engoliu a história e se tornou uma “categoria meta-histórica”. Ao

mesmo tempo, a onda da “comemoração” foi impulsionada em todos os lugares, a sociedade se voltou com intensidade ao passado e a necessidade de fazer memória de tudo, na medida em que o patrimônio vai sendo utilizado como um recurso o seu sentido na sociedade é reconfigurado, igualmente as noções de arquivar, comemorar, rememorar tornaram-se instrumentos protagonistas no tempo presente.

Diante disso, na falta de projeções para um futuro, a categoria do presente se alargou rapidamente, na ausência de horizonte de expectativas, o que resta é mobilizar o passado. Nesse panorama, a memória se sobrepõem à autoridade da história e adquire um forte teor político. O espaço de experiência é tomado por uma onda memorial e pela extensão do horizonte do presente, pelo imediatismo.

Mediante o exposto, parece insustentável considerar às narrativas que atrelam o aparecimento recente de institutos históricos e geográficos municipais somente a um contexto de redemocratização do país e de expansão de cursos de Pós-Graduação. Essas instituições nascem em conformidade com as transformações que começaram ainda nos anos 1960 e que são consequências da transição para um novo regime de historicidade que incluem à explosão da memória no espaço público e a necessidade de espaços que contemplem o desejo por produzir memória, por guardar, por registrar, por narrar e por produzir um passado. Os IHGMS surgem como uma resposta a essa necessidade do tempo presente, como esses lugares de história e de memória, lugares que vão “preservar”, “comemorar” e “registrar”. É por isso que na mesma medida em que se tornam instituições presentistas, eles tentam escapar desse presentismo que gera um sensação de vazio, um sentimento de perda que só pode ser superado preservando e produzindo o passado a partir das necessidades de um presente fechado, que não conta com um futuro real e nem com um passado.

É justamente pela centralidade da memória no espaço público e pelo teor de justiça que a mesma adquiriu que precisamos nos manter vigilantes à sua noção contemporânea, o mesmo serve para o patrimônio. Os discursos e as pesquisas sobre tempo e memória se alargaram profundamente nas últimas décadas, surgiram os estudos culturais e pós coloniais que causaram uma série de deslocamentos e reflexões no plano das identidades. Para Hartog (2003, p. 183) a “comemoração” também adquire um novo sentido “que incluí a ausência, quer dizer também a presença invisível daquele que não se deverá nunca parar de imitar e de lembrar”.

Na medida que que a “identidade” se tornou uma palavra chave na década de 1980, a memória e o patrimônio passaram a lhe dar sentido e direção, sobretudo, porque

patrimônio, memória, história e território se entrelaçam. Assim sendo, François Hartog chama a atenção para as alterações na noção de patrimônio como “uma memória de nossa história e símbolo de nossa identidade” (2003, p. 195). Ainda no que tange a esse presente presentista, o avanço do processo de globalização e os estudos culturais provocaram uma série de tensões e desconstruções no seio da ciência moderna e as suas perspectivas eurocêntricas. Passou-se a valorizar e a descobrir novas formas de conhecimentos e novas histórias. De fato, a história enquanto à sua pretensão de oferecer respostas de questões relacionadas ao universal não deu conta de abarcar as necessidades dos diversos grupos sociais e culturais. Outros passados se abriram, memórias subterrâneas e identidades marginalizadas começaram a emergir e a reivindicar seu espaço.

Segundo Cartroga (1998), o século XXI se torna, de fato, o século da “memória” e da “história” que são constituidoras de uma série de construções simbólicas como a “nação”. As transformações sociais e culturais demandaram que os indivíduos e instituições se afirmassem a partir de um passado. Outra mudança significativa apontada por Hartog (2006) ocorreu na percepção da “nação”. No final do século XX, a noção de nação a partir da construção do nacionalismo, ligada ao estado e a política, deu lugar a uma concepção memorial de nação:

Mas, hoje, o privilegio da definição da história-memória nacional tem a concorrência ou é contestado em nome de memórias parciais, setoriais, particulares (de grupo, associações, empresas, coletividades etc.) querem se fazer reconhecer como legítimas, tão legítimas, até mesmo mais legítimas. O estado-nação não impõem mais os seus valores, mas preserva mais rápido o que, no presente, imediatamente, mesmo na urgência, é tido como patrimônio pelos diversos atores sociais. (HARTOG, 2006, p. 269-270).

A partir disso, as identidades tradicionais na sociedade começaram a entrar em crise, no passo em que os novos grupos culturais foram buscando legitimar a sua identidade no espaço público. As identidades ancoradas em um passado comum e imutável, vistas como fixas, como é o caso das identidades nacionais, entraram em questionamento. Nação, memória e história se tornaram essenciais para a constituição das identidades, mas muito mais a partir da ideia de diversidade, da busca por legitimar memórias de distintos grupos. Essa modificação é face do presentismo, os indivíduos passam a se moldar e a se reconhecer do presente para o passado (Oliveira, 2018).

Enquanto novas identidades surgem, outras foram sendo contestadas. Woodward (2013) afirma que a identidade é relacional, marcada por símbolos e pelo social uma vez que a identidade é moldada pela cultura porque a representação enquanto um processo

cultural dotado de sistemas simbólicos produz identidades individuais e coletivas. Os indivíduos se posicionam a partir desses sistemas de representação compostos por um universo simbólico. A autora menciona como exemplo a maneira com que a mídia e o Marketing também produzem novas identidades das quais os indivíduos podem se apropriar como é o caso do “novo homem” das décadas de 1980 e 1990, e o próprio processo de globalização e de expansão do capitalismo e da sociedade de consumo que ocasionaram profundas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que acabaram por produzir identidades homogêneas e globalizantes.

O mercado capitalista passa a se utilizar das questões relacionadas a identidade e a representação. (Woodward, 2013). A “cultura” também adquire status de mercadoria principalmente diante do desenvolvimento de uma indústria do turismo que vende, celebra e faz uso da história, da memória e do patrimônio a partir do interesse público de um presente que começa a se fascinar pelos monumentos e pelos locais históricos. Na esteira do presentismo, esse fascínio tem muito mais a ver com alguns retornos como é o caso das “tradições” e das “raízes” que surgem como solução para a crise e a desorientação instalada no presente.

Diante desse processo de mudanças, tem-se outro fator que contribui para explicar de forma consistente a força do estabelecimento dos institutos municipais. Trata-se da valorização e da ascensão das identidades regionais, das regionalizações e as questões do regional/local que voltaram ao palco dos estudos acadêmicos com força e a partir da “proliferação efetiva de regionalismos e identidades regionais” (Haesbart, 2010, p.15).

Sendo assim, não podemos deixar de nos perguntar como esses espaços tem sentido e tem reagido a todas essas transformações das quais já pontuamos. Seja com a expansão da sociedade tecnológica, globalizada e capitalista, da mídia e do mercado de consumo ditando novas e homogêneas identidades, das rápidas transformações políticas, econômicas, sociais, dos estudos pós-coloniais e da afirmação de novas identidades, do questionamento de antigas identidades, de novas demandas e pautas para os movimentos sociais, das desconstruções, do esfacelamentos da identidade nacional, de bases e de “tradições” e “raízes”. Diante dessa experiência presentista, como argumentou Hartog:

Não é unívoco e uniforme, esse presente presentista pode ser vivenciado de forma diferente de acordo com o lugar ocupado na sociedade. De um lado fluxos de aceleração e uma mobilidade valorizada, e de outro, o transitório, um presente em plena desaceleração. (HARTOG, 2003, p. 14).

Nessa direção, Machado e Voigt (2012) discorrem de forma crítica que a partir da afirmação do regional e da produção de novas-velhas identidades, as especificidades regionais que antes precisaram ser reprimidas em nome do progresso da nação passaram a ser festejadas. Dessa forma, a cultura regional atrelada ao poder político também passou a investir incessantemente no passado, nos monumentos e nos locais de história. O investimento na noção do patrimônio como símbolo da identidade está relacionado as sensações provocadas pelo presentismo: de “apagamento”, de perda das “raízes”.

Os autores argumentam que as divisões regionais são tratadas de forma bastante natural pelas políticas governamentais e pela mídia, e, por vezes, até por estudiosos, porque são lidas como parte do “mosaico cultural”, identidades regionais que, em tese, convivem de forma harmônica com a identidade nacional. A questão crucial é a relação entre política e cultura, ambas se dão as mãos para através dos “lugares de memória” e de “história” criar discursos, que nem sempre estão em harmonia com aos estudos acadêmicos, mas que objetivam muito mais produzir um passado comum e ligado as origens, fazendo a defesa de uma ou mais identidades. A evocação constante do passado é, também, uma tentativa de buscar estabilidade das transformações do presente. Diante desse panorama, é sintomática essa multiplicação de IHGMS municipais e de nível mais local/regional.

Machado e Voigt (2012) sustentam que os critérios na utilização do conceito de “cultura” a partir das últimas décadas do século XX foram fundamentais para a valorização das diferenças culturais e das identidades:

A associação entre resgate e tradição entrou para a ordem do dia, assinalando uma peculiar concepção política dada à cultura em nosso tempo, em uma visível ruptura com a atitude tomada principalmente pelas autoridades governamentais nos decênios anteriores. (MACHADO; VOIGT 2012, p. 8).

Esse conceito de “cultura” citado por Machado e Voigt, e que impulsionou a volta das identidades regionais/locais, é melhor esmiuçado nas argumentações de Salomon (2011) que defende que estaríamos vivendo nas últimas décadas sob um novo regime de políticas culturais. A tese de Salomon (2011) cabe aqui para que possamos compreender algumas questões já expostas durante o texto, esse trabalho se refere ao caso da negligência aos arquivos e a própria concepção de que os locais que guardam o arquivo estariam mortos e inertes.

Nesse novo regime citado pelo autor, a história passa a ser vista como “a expressão dos costumes da comunidade” (p. 30). A função da história se reduz muito mais a ser um meio de identificação e de unidade perante a comunidade que não se separa de si mesma, através do argumento de defesa e “resgate” da história temos “a cultura como expressão da alma de um povo” (p. 31). É disso que vem o “espírito da comunidade”.

A rigor disso, a história, quando transformada em um conjunto de manifestações culturais, perde sua potência crítica e política:

A escrita da história deixa de ser o espaço em que a comunidade escreve as diferentes repetições de si mesmo, para se transformar no lugar em que se manifestam os eternos traços de seus costumes, com suas festas-símbolo, paredes-símbolo e lugares-símbolos. (SALOMON, 2011, p. 32).

Salomon denuncia que isso escamoteia uma certa concepção de história. O regime de políticas culturais fez uma clara e consciente distinção entre a memória que também é arquivo, que traz a evidência física (o museu, o patrimônio, a parede) que se trata do passado “vivo” e memorável, e os arquivos (o lugar, o conjunto documental) que remete ao passado “morto” e confuso. Na sua perspectiva, é sintomático que os arquivos sejam os lugares últimos que as políticas culturais priorizam. “O objeto das políticas culturais é essa suposta voz viva do passado que se opõem a escrita morta e confusa dos arquivos” (Salomon, 2011, p. 32).

Trata-se menos da história e mais da memória, de transformar a memória em história, de convertê-la em patrimônio, é quando a história monumental assume o lugar da história documental. Para Salomon (2011), a emergência desse novo regime de políticas culturais converge com o fim da história, não da história como disciplina, mas o fim de uma época que compreende a história como um campo do saber dotado de racionalidade e de sentido problematizador que abala a ordem das coisas, na medida em que a função que lhe passa a ser atribuída é muito mais de “recuperar o testemunho vivo do passado”. No entanto, segundo o autor, é o arquivo a principal matéria da história, é o lugar desestabilizador, de potência, que mobiliza o pensamento.

Esse processo de danação do arquivo e supervalorização da comemoração e do patrimônio citado por Salomon (2011) nos ajuda a elucidar ainda mais por que é falsa a ideia de que os institutos históricos e geográficos não possuem relevância na atualidade, pelo contrário, eles são lugares atravessados pela relação entre memória/arquivo/história/patrimônio. Em muitas cidades, eles são a principal instituição de memória e de história, são o local de onde emerge as narrativas que contemplam grupos sociais e a constituição

de suas identidades. Na medida em que, neles está o arquivo “morto”, também está o patrimônio vivo. É por isso também que eles não deixaram de emergir porque eles tem uma função e um “lugar” social que não se pode desprezar e deixar de problematizar.

Através desse retorno intenso da categoria do passado, a sociedade moderna tem vivenciado os conflitos da luta pela afirmação de diferentes discursos e memórias, não temos um, mas vários passados em aberto. O sentido do passado ou dos passados permanecem em forte disputa, o presente é cada vez mais mobilizado pelo passado, é no passado que as identidades buscam afirmação. Segundo Hartog (2009, p. 131), estamos voltados a possibilidade de “invocar uma memória *Magistra Vitae*”. Então, indiscutivelmente podemos afirmar que todo o lugar que trata do passado tem função e influência no presente e merece atenção dos estudos acadêmicos. Portanto, sustentamos que a multiplicação tardia de IHGMS está intimamente relacionada à ascensão do regime presentista de historicidade que tem a memória como protagonista, que fez com que crescesse o interesse da sociedade em geral e o incentivo das políticas governamentais nas instituições e lugares históricos.

O “presentismo”, enquanto um dos diagnósticos possíveis, também revela que ainda estamos vivendo profundas transformações na nossa relação com o tempo e isso mostra que a maneira com que sentimos e nos relacionamos com a temporalidade afeta diretamente as formas de produção da memória social. O ressurgimento dessas instituições mesmo após a consolidação das Universidades como locais de produção do saber é um sintoma dessas modificações e uma resposta direta as demandas do presentismo e do novo regime de historicidade que norteia a nossa sociedade.

Ao nosso ver, o aumento pelo consumo do passado, a fixação pela memória, a associação entre tradição, cultura e história, e o enaltecimento do “passado” como categoria que orienta o presente, impulsionaram e deram “razão de ser” a essa terceira onda de surgimento de institutos históricos municipais. Outro fator não menos importante é a busca pela reafirmação das identidades regionais que é uma consequência da ruptura do regime moderno de historicidade e do fechamento das expectativas do futuro. A nossa sociedade se apegou ao passado e desenvolveu uma forte necessidade pela memória e por tudo o que a envolve, principalmente porque é a partir dessas características do nosso presente que o passado é significado. O patrimônio, a memória, a identidade são recursos importantes que o tempo presente tem utilizado em meio a uma conjuntura de crise e de estranhamento com a nova ordem do tempo, sobretudo, porque não podemos mais

produzir respostas duradouras ou universais e porque há uma imensa dificuldade de projetar um porvir. O que se tem é a fluidez e a transição.

Considerando o aumento do investimento político em uma cultura regional, atrelada a nova noção de comemoração, a sensação de apagamento das identidades, à memória no seu sentido arquivístico e a noção atual de patrimônio como “memória da história e símbolo da identidade” nos ocorre que essa expansão de institutos de nível municipal voltados a busca pelo registro de memórias e de história local também pode ser uma resposta a toda essa fluidez do mundo atual. Uma tentativa de buscar refúgio e afirmação em um terreno comum, na mobilização de uma identidade regional/local e na busca pelo “resgate” a um passado, ao acesso a uma “origem” que ainda está lá e que se constitui em uma base sólida em meio a liquidez moderna e a sensação de apagamento de identidades já consolidadas, mas que entraram em questionamento e reconfigurações. É por isso que o passado é constantemente evocado, porque é a partir dele que se busca uma estabilidade. É em vista desse panorama que interrogamos e analisamos a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico municipal de Getúlio Vargas.

3.3 A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO GETULIENSE: A MOBILIZAÇÃO E O DESEJO POR MEMÓRIA.

Na verdade, é a memória oral o mais poderoso instrumento para reconstruir a história do que aconteceu nas ruas da cidade, para fazer o túnel do tempo andar para trás. Quantas pessoas de idade, que passam por nós todos os dias, viveram fatos da história municipal, ou a testemunharam, mantendo portanto a memória e nunca foram entrevistados? Todos os dias ficamos sabendo que muitas dessas pessoas morreram levando consigo suas lembranças e que nós não tivemos a capacidade de reter {...} Muitas vezes ficamos sabendo que certas pessoas de idade são verdadeiras enciclopédias, sobre o que aconteceu na nossa cidade, e depois, elas morreram sem deixar sequer um depoimento para o futuro. (RÜBENICH, 2003, p.120: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas).

Esse é um trecho de um dos artigos publicados nas revistas do instituto e que aborda de forma muito interessante a pesquisa Municipal e o historiador municipal; especialmente esse trecho, foi crucial porque é importante para a nossa hipótese de que a fundação do IHGGV está relacionada a dois processos que estão inter-relacionados. Trata-se da ascensão do regime presentista de historicidade e a uma necessidade de caráter mais local e preservacionista: de “resgatar” e “registrar” a experiência histórica de uma

geração de pessoas ligadas a fundação da cidade e ao seu processo de colonização. Geração essa que estava “acabando” em seu sentido biológico.

“Registrar”, “narrar”, “comemorar”, “memória”, “testemunho”, “resgatar” e “guardar” são meta categorias que orbitam o IHGGV desde a sua fundação. A história oral é um dos carros chefes da entidade assim como o valor dado ao testemunho. Inclusive, foi decidido durante as reuniões da instituição e registrado em ata que se tornaria comum a prática de “convidar pessoas mais antigas para participar das reuniões e relatar aos presentes fatos que marcaram a história de sua vida ou do município¹⁴”.

O Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas foi fundado e idealizado no município de Getúlio Vargas no dia 14 de junho de 1995, essa fundação aconteceu através da ação de um grupo de docentes, em sua maioria mulheres. Porém, um fato crucial para compreender o surgimento do local e as demandas da sua criação é que a entidade surge a partir do desdobramento de um movimento anterior que estava ocorrendo na sociedade getuliense desde o ano de 1994. Movimento esse que foi impulsionado por uma demanda em produzir memória e em ter um espaço legítimo letrado e autorizado à preservar, narrar e institucionalizar um passado. É nessa perspectiva que se pode e se deve caracterizar o IHGGV como um “guardião da memória”, detentor do privilégio de produzir narrativas acerca da história local e de “guardar” os símbolos que marcam a identidade de distintos grupos sociais (Gomes, 1996).

Observamos que esse desejo por memória é anterior ao processo de fundação do instituto, uma vez que, antes mesmo do IHGGV existir, um grupo de professores voluntários, composto em sua grande maioria por mulheres, planejou e colocou em prática um projeto intitulado “Memória Oral Getuliense”. O projeto teve como objetivo reunir um acervo de entrevistas, utilizando o método da história Oral para atender as necessidades de registro de uma história local/regional. A iniciativa do desenvolvimento desse plano partiu do professor de história e jornalista Neivo Angêlo Fabris que, ao conhecer e se empolgar com os resultados de um projeto similar, buscou a parceria da administração Municipal e da Secretária de Educação da época para que essa atividade se concretizasse na cidade de Getúlio Vargas.

Dois professores que, naquele momento, atuavam na Universidade Federal de Santa Catarina: professor Ney Possap D’Ávila, que se tornou coordenador do projeto e sócio- correspondente do instituto, e a professora Silvana Moura foram convidados para

¹⁴ Fonte: Ata do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Data 14/06/1999

atuarem como colaboradores, ambos ministraram cursos de formação para os docentes realizarem o trabalho das entrevistas. Portanto, é possível afirmar que esse trabalho ocorreu de maneira metodológica, orientada e clara, já que o grupo tomou conhecimento das implicações práticas e teóricas para a utilização do método de história Oral.

O memória oral getuliense está estritamente relacionado ao surgimento e a consolidação do instituto municipal que seria fundado mais adiante. A administração municipal cedeu uma sala para que fosse possível todo o desenvolvimento desse trabalho. Nesse espaço, ocorriam os encontros que acabaram aproximando e fortalecendo os laços entre o grupo de pessoas envolvidas com as entrevistas. Dessa forma, o projeto ocorreu com sucesso e teve diversas fases.

Através da consulta das atas, é perceptível que a prática da história oral nunca foi, de fato, abandonada pelo instituto. A busca por pessoas a serem entrevistadas para aumentar o acervo de entrevistas foi constante, ao menos durante os primeiros 15 anos após a sua criação. Não ficaram explícitos quais foram os critérios para selecionar as pessoas que seriam entrevistadas, mas, a partir da análise do catálogo, percebemos que havia um padrão de idade entre os homens e mulheres entrevistados, todos tinham acima de 65 anos e possuíam alguma relação com as famílias fundadoras da cidade e que vivenciaram o processo de colonização e emancipação do município. Von Simson (2003) destaca que os idosos sempre tiveram uma importância como “guardiões da memória”, e é claro que na ausência de uma instituição de memória em Getúlio Vargas a experiência histórica dessas pessoas adquiriu um valor ainda maior.

No catálogo das entrevistas publicado na primeira revista lançada pela instituição é possível encontrar uma ficha dos dados biográficos dos entrevistados. Mapeou-se que os principais temas que foram abordados pelos entrevistados durante a sua fala estão ligados as “origens”. A maioria dos assuntos das entrevistas tem como pano de fundo a colonização e o processo histórico de formação da colônia Erechim em geral, entre outros acontecimentos históricos que marcaram a história local e a história do estado. Entre alguns dos principais temas abordados que estão pontuados no catálogo estão: os costumes e tradições, a religiosidade, o comércio, as primeiras escolas, as festas, a organização da cidade, as empresas pioneiras, as atividades econômicas, os moinhos, a segunda guerra mundial, a revolução de 1923, o processo de imigração, dentre outros assuntos.

Foi durante a experiência do memória oral getuliense que sobreveio a sugestão de construir um instituto histórico e geográfico municipal. Tal sugestão partiu novamente do

professor Neivo Angelo Fabris que se tornou o primeiro e único a presidir o IHGGV desde que ele surgiu. A sugestão foi aceita e imediatamente começaram os movimentos para a fundação oficial e para a elaboração dos estatutos que dariam perfil e direção ao novo instituto que ganhou vida a partir da iniciativa de treze sócios fundadores. Os estatutos de fundação foram elaborados pelo grupo de membros com base na leitura de estatutos de outros institutos históricos e geográficos municipais do interior do estado, desde os seus primeiros anos a entidade se mostrou totalmente aberta às referências externas.

Como afirma Gomes (1996, p. 6-7), “a memória é um trabalho, como atividade ela refaz o passado segundo os imperativos do presente de quem rememora, resignificando as noções de tempo e espaço”. Esse grupo de cidadãos getulienses se propôs a fazer o trabalho da memória e certamente o fizeram a partir de um série de razões importantes. Investigar e elucidar essas razões que culminaram no investimento em um espaço de memória e de história como o IHGGV e analisar seu perfil institucional é parte importante da pretensão dessa pesquisa.

Segundo essa análise, uma das razões principais dessa mobilização é a necessidade por história e por memória, a cidade de Getúlio Vargas não possuía nenhum espaço de referência, nem um Museu, nem um Centro de Memória e muito menos um Arquivo Municipal, mas, curiosamente, seja de maneira intencional ou não, o instituto nasceu a partir de uma relação entre o grupo de sócios fundadores que estava fazendo o trabalho da memória e o próprio investimento da administração municipal na busca pelo registro do passado.

Em vista disso, os discursos realizados na seção solene de comemoração de um ano do instituto são emblemáticos para compreender as demandas que justificam o nascimento da entidade. A sessão solene aconteceu na Câmara de Vereadores municipal e contou com a presença de diversas autoridades políticas, representantes de partidos políticos, da Igreja, das escolas, de entidades e empresas atuantes no município. Durante a sua fala, a secretária de educação da administração municipal vigente naqueles anos e que foi uma das entusiastas do memória oral e que posteriormente tornou-se uma sócia fundadora do IHGGV, pontuou essa demanda:

Nosso município se ressentia da ausência de um órgão cultural autônomo, desvinculado do poder público (e conseqüentemente, sem vínculo ou comprometimento com qualquer sigla partidária) que se propusesse a atuar,

principalmente, no campo da pesquisa histórica (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 1, Dezembro de 1996, p. 125).

O termo “resgate” aparece na fala da coordenadora da Comissão de Projetos e Pesquisas que justifica a finalidade do memória oral: “Este projeto visa resgatar a história que cada pessoa traz consigo” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 1, Dezembro de 1996, p. 114).

Nas palavras da oradora oficial da instituição, também é possível ver que a entidade assume pra si a tarefa de ser esse lugar “científico” e de autoridade para produzir conhecimento e viabilizar o estudo da história e da geografia da região, logo, a busca por novos conhecimentos também é uma das razões pelas quais nasce o instituto:

O nosso estatuto já foi registrado, já temos idoneidade jurídica, a nossa Diretoria é uma família feliz, pois temos um lar anexo à Prefeitura Municipal, com uma secretária e uma sala ampla onde haveremos de guardar as lembranças do passado, os objetos de nossa gente, o nosso folclore, a nossa história, a história de nosso povo. Muita coisa já foi feita nesse primeiro ano, muitas pessoas entrevistadas, muita história foi contada e registrada. No futuro, o Instituto será fonte de estudos e pesquisas. Após esta primeira etapa de estruturação, o nosso passo será mais firme, seremos reconhecidos como uma entidade cultural, caminharemos com segurança, a nossa família será ampliada, os projetos e pesquisas serão desenvolvidos, estudaremos a História e a Geografia da região, os costumes e a linguagem do povo. Haveremos de crescer, de prosperar, usando o nosso espaço físico e científico, histórico, cultural e fraterno (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 1, Dezembro de 1996, p. 113).

Fica clara a pretensão do IHGGV de ser esse espaço com potencialidade para garantir o desenvolvimento de pesquisas e, na mesma medida, institucionalizar e produzir memória, “registrar”, “guardar” e “contar” a história. Nessa perspectiva, o instituto também se torna o principal “lugar de memória” da sociedade getuliense ao passo em que assume a guarda dos objetos da memória que atribuem sentido e vivacidade e que “são eminentemente bens simbólicos que contêm a trajetória e a afetividade do grupo. Sejam documentos, fotos, filmes, móveis, pertences pessoais, etc”. (Gomes, 1996. p. 8). Como aponta Nora (1993, p. 13), os lugares de memória surgem por que há a possibilidade do esquecimento: “se o que os lugares de memória defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis”.

Em consequência disso, o IHGGV se tornou produtor e reproduzidor dessa “memória coletiva” e, ao mesmo tempo, diretamente responsável pela sua manutenção. Halbwachs (1990, p. 51) aponta para a existência de uma memória coletiva que é

construída a partir das memórias individuais que estão interligadas e influenciadas pelo meio social de quem as mobiliza e que são “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Diante da vastidão da memória e da impossibilidade de lembrarmos de tudo, a memória coletiva tem, naturalmente, um caráter seletivo e que costuma expressar aquilo que for mais relevante. Essa seletiva acontece a partir das relações de poder que ocorrem na sociedade e que definem o que é preciso “lembrar” e aquilo que pode ou deve ser “esquecido”.

A memória coletiva que se torna patrimônio de uma comunidade ou grupo social é perpassada por esquecimentos, sobretudo, porque é essa a memória que adquire amplitude e se torna a “memória oficial”. De acordo com Von Simson (2003, p. 14-15), “a memória coletiva se expressa nos lugares de memória: que são memoriais, monumentos, murais, arquivos, bibliotecas, hinos oficiais, quadros e obras literárias e artísticas que exprimem a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade”.

Em vista dessas demandas, observa-se que o IHGGV foi rapidamente legitimado perante a comunidade getuliense no que diz respeito as funções que o local assumiu. O que queremos destacar é que uma das preocupações iniciais do instituto foi de se manter desvinculado de partidos políticos, e não estamos aqui afirmando que isso não tenha se concretizado. A questão é que ficou evidente que a entidade se ergueu a partir de estreitas relações com o poder público municipal que apoiou incessantemente a iniciativa do memória oral, cedendo uma sala para o projeto, e que, posteriormente, também cedeu um espaço em anexo a Prefeitura Municipal para que o jovem instituto pudesse ter uma sede própria. De fato, na análise das atas, percebe-se que independente do partido atuante na época, o poder administrativo sempre forneceu apoio ao IHGGV a partir de suas atribuições e funções legais.

Além disso, a instituição pode ocupar o espaço público na medida em que foi rapidamente legitimada e reconhecida pelas diversas instâncias da sociedade. Um exemplo disso é que o lançamento da sua primeira revista institucional, além de receber o apoio da Prefeitura Municipal, também recebeu financiamento de outras entidades empresariais importantes na época, no cenário do município (como é o caso da Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas, a Cotrigo; do famoso Cortume Rio Grandense; da agência do Banrisul e do Jornal “A voz da Serra”). Dentre estas, a única empresa que continua ativa atualmente é o Banrisul.

De fato, as razões pelas quais um grupo de pessoas se mobilizou em busca de “resgatar” o passado que começa a ser evocado intensamente, tem a ver com a busca por afirmação diante de um presente que pode ser lento e que pode ser rápido demais. Onde, em segundos, tudo já é histórico e, portanto, passado. Ao mesmo tempo, emerge a preocupação de “não estar perdendo nada” de arquivar em prol do futuro, é como se a memória estivesse escapando. O IHGGV é criado para suprir o desejo por história e por memória, para ser esse lugar “científico” para desenvolver pesquisas e garantir e manter viva a história e a memória coletiva. Apesar de sua importância, a memória no IHGGV tem um caráter arquivístico. É possível perceber nas reuniões, nos discursos, nos documentos e no próprio perfil do local que as palavras “resgatar”, “guardar”, “arquivar” e “narrar” são constantemente ditas e escritas.

Mediante o exposto, concluímos que a criação do IHGGV pode ser explicada e compreendida na esteira do presentismo e do regime presentista de historicidade que é caracterizado por esse desejo em produzir memória, em preservar o “patrimônio”, que no seu sentido mais amplo, se tornou um dispositivo para a afirmação das identidades dos grupos sociais e pela valorização da história oral e do “testemunho” que é característica da instituição e do regime presentista.

Partindo de nossa compreensão, o fato do método da história oral ser tão valorizado pelo lugar tem relação com um processo local: o medo do esquecimento, do apagamento de uma identidade. Não é mera coincidência que a primeira fase de entrevistas de memória oral tenha buscado pessoas mais idosas e ligadas de alguma forma às origens, à colonização. O método da história oral foi considerado como o ideal para fazer com as memórias “subterrâneas emergissem” para que fosse possível e rápido registrar a experiência histórica de uma geração pioneira e que, em seu sentido biológico, estaria chegando ao fim.

Essa necessidade de registrar e de conservar é sintomática diante das incertezas causadas pela imposição de um presente, o apego a categoria do passado e a tudo o que o materializa é um recurso utilizado pela sociedade atual para lidar com a crise no tempo e com as dificuldades da falta de um horizonte de expectativas. Em meio a essa liquidez imposta ao nosso espaço de experiência, busca-se refúgio nas “tradições” e nas “raízes”, o que ilustra a nossa afirmação é a fala realizada pelo prefeito da cidade na sessão solene de aniversário de um ano do IHGGV:

A árvore vence as tormentas por que tem raízes. A memória de Getúlio Vargas ficará gravada para sempre. Aqui temos pessoas que fazem um trabalho gigantesco, por puro amor as coisas e às causas. O povo que conhece sua história só tem que progredir, por que tem conhecimento do que vivenciou (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 1, Dezembro, 1996, p.114).

Nesse sentido, a administração se identifica com os princípios do instituto através da necessidade de ter um passado ao qual recorrer. Segundo Machado (2012), é possível perceber que essa busca pelas “raízes” começou a ocupar as reivindicações políticas a partir dos anos 1970, a cultura se torna um patrimônio a ser resgatado por que ela é essencial para a confirmação das identidades. É em vista disso que entendemos que essa mobilização de fundação do instituto e as suas diretrizes de “guarda e preservação” são marcadas por uma aceleração que é sintoma do presentismo. “Enfim, este patrimônio é ele mesmo trabalhado pela aceleração. É preciso fazer rápido, antes que seja muito tarde, antes que a noite caia e o hoje tenha desaparecido completamente” (Hartog, 2006, p. 272).

O instituto surge dessa simbiose entre o desejo e a necessidade em produzir e registrar uma memória, de narrar, arquivar, guardar, resgatar, e a iniciativa da administração pública de fazer um investimento político na cultura local/regional. Essas conclusões indicam que a fundação do IHGGV, parte de seu perfil e de sua produção historiográfica, está intimamente relacionada ao regime presentista de historicidade. Nessa perspectiva, analisa-se a emergência e trajetória do instituto histórico e geográfico de Getúlio Vargas, que é uma dentre as diversas entidades que são fundadas recentemente.

4. O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GETÚLIO VARGAS: ENTRE A HISTÓRIA *MAGISTRA VITAE* E OS REGIMES MODERNO E PRESENTISTA DE HISTORICIDADE.

O presente capítulo abordará as diretrizes de organização, estruturação e fundação do IHGGV para traçar seu perfil institucional a partir da análise de seus estatutos e atas. Em seguida, considerando as publicações que estão nas revistas da instituição, buscará identificar quais as noções de história compartilhadas pelos membros do instituto e qual é o lugar que a Geografia tem dentro da instituição.

4.1 O IHGGV: OS ESTATUTOS, AS ATAS E O PERFIL INSTITUCIONAL

Em relação a análise do perfil do IHGGV, tendo em vista a leitura dos seus estatutos, pode-se afirmar que ele se denomina não como uma instituição “oficial” mas como uma entidade de caráter cultural e científico e que deve se portar de forma neutra em relação à disputas político partidárias. Conforme destacado no Art 1: Uma associação de caráter cultural, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e foro na cidade de Getúlio Vargas (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 1, dezembro de 1996, p.11).

É nítido que a constituição do lugar acontece afinada com o paradigma institucional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre as primeiras e principais finalidades de sua atuação estão: o estudo da história e da geografia da região do Alto Uruguai, estudar o folclore regional, a língua e os falares do Brasil, especialmente povos que ainda habitam o território do Alto Uruguai; manter e cultivar o intercâmbio com as instituições culturais do país e do estrangeiro; desenvolver pesquisas e projetos científicos para apresentar na assembleia geral do instituto e incentivar a criação de um Arquivo histórico.

Essas diretrizes definidas como fundantes, indicam a preocupação em ser esse espaço de produção científica, mas também responsável por reunir, selecionar e preservar os documentos necessários para o desenvolvimento desses estudos, tanto que ao longo dos anos a entidade foi formando o seu próprio acervo. Inclusive, como fixado no estatuto, o acervo e o patrimônio do instituto foram formados a partir da atuação dos sócios, doações e apoio da sociedade em geral e de outras instituições. Pode-se perceber mais

claramente essa concepção em relação a preocupação com o acervo e as fontes em um dos discursos do presidente:

Desde a sua criação em 14 de junho de 1995, o instituto vem trabalhando para o resgate das fontes, principal ferramenta do historiador. O projeto Memória Oral Getuliense já contabiliza meia centena de entrevistas disponíveis para a pesquisa. Nossa biblioteca, recebe a cada dia, livros e periódicos de instituições congêneres, existente em diferentes unidades da federação {...}. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 2, 2003, p. 17).

Nos seus primeiros passos, o IHGGV buscou um intercâmbio com o Arquivo Histórico de Erechim e com dois reconhecidos pesquisadores da região: Ernesto Cassol e Enori Chaparini. Uma das primeiras ações do grupo diretivo foi convidá-los para ministrar palestras que tinham como tema a ocupação e a colonização da região Alto Uruguai. No caso do pesquisador Enori Chaparini, pesou o fato de sua larga experiência com a construção do Arquivo Histórico de Erechim. Ele foi convidado a falar dessa experiência, recomendou textos e estabeleceu diretrizes para a constituição do arquivo. Elencou três passos fundamentais que foram amplamente acolhidos pelo IHGGV:

Primeiro ter pessoas com caráter preservacionista, segundo, ter um espaço físico para a conservação dos materiais. Terceiro, o instituto deve estar desvinculado de partidos políticos, fazendo um trabalho isento. Quarto, precisa fazer uma campanha de arrecadação do material importante para o instituto¹⁵.

É claro que as discussões e complexidades em relação a preservação do acervo e seus cuidados técnicos evoluíram desde a década de 1990, mas ficou demonstrado o interesse e um cuidado por parte do IHGGV em se orientar na busca por agir de forma adequada e minimamente técnica em relação ao seu acervo. Nesse sentido, a vice-presidente do instituto é enviada para participar do primeiro encontro de Arquivos Municipais de Porto Alegre que aconteceu no ano de 1996, logo no primeiro ano de fundação da entidade. As perspectivas trazidas do evento e apresentadas por ela problematizam a questão do descarte correto e a própria função do arquivo. Esses preceitos orientaram o instituto e a sua estruturação em relação a responsabilidade de preservar e manter um acervo. Interessante destacar que, nesse momento, o instituto não contava com nenhum computador. Segue a fala constada em ata:

¹⁵ Ata número três do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Data: 22/08/1995; p. 9

O local onde esse material é colocado deve ser livre de umidade, insetos, comidas que atraem baratas, fungos, cupins, poluição, calor. Quanto ao uso do computador ele está facilitando o trabalho do registro, só que é fundamental que não se despreze a documentação convencional, o papel escrito na época. No Brasil, já existem quatro universidades de Arquivologia. Chama-se historiógrafo aquela pessoa que cuida dos arquivos, ou seja, para melhor ser arquivista, é necessário que a pessoa tenha especialização em historiografia. Há bastante preocupação com a padronização dos arquivos, por isso, será enviado ao instituto um manual explicativo. O arquivo histórico foi criado com o intuito de auxiliar o cidadão em qualquer questão, por este motivo torna-se difícil dizer o que se pode descartar em termos de documentação, guardar. O arquivista é alguém que está inserido em um momento histórico, que tem um projeto social, que precisa preservar e jamais omitir informações¹⁶.

O instituto abriga a tríade: Acervo, Biblioteca e Museu. O museu foi idealizado desde os primeiros anos de atividades e se formou a partir de doações e da parceria com a Secretária Municipal de Cultura. A biblioteca é aberta para a consulta pública e atualmente possui cerca de 900 livros, todos adquiridos por doações e que estão cadastrados da seguinte forma: Data, Nº Registro, Título, Autor, Imprensa, Ano, Origem, observação; e organizados tematicamente. No espaço, também estão disponíveis alguns títulos importantes para a história da região que fazem parte do acervo : Monografia do Município de Getúlio Vargas, de Leo Stumpf e Conrado Ranzolin (1952); Monografia do Município de Getúlio Vargas 1934-1984, organizada por ocasião do centenário de emancipação; Getúlio Vargas - 80 anos, organizado por Neivo A. Fabris e M.^a Lúcia C. Smaniotto; O Grande e Velho Erechim: Ocupação e Colonização do Povoado de Formigas 1908-1960, de Jane Gorete S. Giaretta (2008); A Chegada, de Pedro A. Tagliari (2004), sobre os primórdios da família Tagliari na Colônia Erechim; entre outros.

Faz parte do Acervo, a Hemeroteca formada por parte da coleção da Revista do IHGB, incluindo números do século XIX (1841, 1845, 1879 e outros), e todo o século XX, chegando até 2002. Há também os jornais da cidade, encadernados (com recursos do fundo municipal de cultura do município), e na maioria desde sua primeira publicação, como O Getuliense (1936-1937); Chico Tasso (1949); O Imparcial Getuliense (1961); O Circulista (1963) Municípios em Foco (1974); e outros periódicos das décadas seguintes. Uma Mapoteca que contém mapas da região, alguns desde os primeiros colonizadores; quanto ao iconográfico e o visual, há várias fotografias que retratam feiras municipais, prefeitos, vereadores; também há álbuns, assim como outras fotos digitalizadas.

Além disso, são disponibilizados cartões postais conservados em pastas e outros em formato digital. Com relação ao Projeto do Memória Oral Getuliense, produziram-se

¹⁶ Ata número 11 do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Data: 15/06/1996, p. 14-15

63 entrevistas que estão conservadas em fitas K7 e em CD's. O acesso às entrevistas é facilitado, pois a instituição disponibiliza um catálogo que registra quem foi entrevistado, quando e quem entrevistou e não coloca nenhuma restrição ao acesso de seu acervo. Quanto ao seu lócus de atuação, o IHGGV é uma entidade voltada à pesquisa histórica local e regional. Fica explícito que a entidade procurou seguir esses preceitos e cuidados que a guarda de um acervo exige, inclusive a sua função social de democratizar o acesso.

Nos estatutos, está prevista a seguinte composição diretiva: um Presidente, Vice-Presidente, um Segundo Vice Presidente, um Secretário Geral, um Secretário, um Diretor de Patrimônio e um Orador. Entende-se que o que justifica a escolha de dois vices presidentes é que o estatuto determina que, em caso de morte ou necessidade de afastamento do presidente, o primeiro vice-presidente deve assumir o cargo.

O documento também apresenta a distinção dos integrantes da instituição a partir das seguintes categorias: Sócio fundadores (signatários da ata de fundação da instituição); os sócio efetivos (pessoas de nacionalidade brasileira, residentes na cidade de Getúlio Vargas ou imediações, que tenham interesse no estudo de qualquer ramo do conhecimento humano); os sócios colaboradores (pessoas interessadas em colaborar; os sócios correspondentes (que residem em outros municípios); e os sócios Beneméritos e Honorários. Ao grupo diretivo foi delegada a função de conduzir o andamento da instituição e tomar decisões em relação aos seus interesses. O estatuto define que cada grupo diretivo fica no poder cerca de dois anos, quando deve ser realizada nova eleição.

No caso do IHGGV, há uma peculiaridade: durante o período que foi selecionado para análise, as eleições que foram ocorrendo causaram uma modificação natural no grupo diretivo e troca de cargos, mas não no caso do presidente da instituição que se manteve o mesmo. Tal permanência não foi imposta, mas fruto da votação democrática dos membros da entidade, e compreende-se que essa escolha possa ter sido mobilizada pelo fato dele ter sido o grande incentivador e idealizador tanto do projeto memória oral getuliense quanto da criação do lugar.

O presidente da instituição é o mesmo até os dias atuais, ele ocupa esse cargo há 25 anos. Outra característica interessante é que as reuniões do instituto se tornaram abertas ao público, e a necessidade de convidar novas pessoas para participar do instituto estava sempre em pauta, porém, os convites quase sempre partiam da indicação dos membros tendo como base o critério de interesse e envolvimento das pessoas, do gosto pela história e pela cultura. Na medida em que alguns membros foram participando menos, novas pessoas foram sendo convidadas e aglutinadas.

É notório que, com o tempo, a instituição foi diminuindo o fluxo de atividades e muitos membros, principalmente os fundadores, deixaram de participar assiduamente dos trabalhos. Não foi possível compreender totalmente as razões disso, mas percebe-se essa descontinuação a partir da leitura dos registros das reuniões e assinaturas das atas. Grande parte dos membros é de mais idade, talvez esse seja um fator que explique essa ausência.

Nesse sentido, o que ficou evidente é que o presidente e idealizador do local assumiu a tarefa de mobilizar esforços para manter o local funcionando. Nessa esteira, argumenta-se que ele é um profissional da memória, um “guardião” do IHGGV enquanto lugar de memória e espaço letrado produtor de narrativas e que é extremamente importante para a comunidade. Segundo Gomes (1996, p. 6-7), “a guarda de uma memória comum é fator essencial na formação e manutenção de grupos, bem como elemento base de sua transformação”.

Sendo assim, o IHGGV abriu participação para pesquisadores com formação em história, geografia, entre outras áreas, assim como para pessoas que não obtiveram formação superior mas que apresentam interesse de fazer parte da instituição. A organização de palestras e convites para pesquisadores apresentarem suas pesquisas atuais foi algo constante no instituto, assim como os diálogos das reuniões que abordam a necessidade de atualização e de novos projetos de pesquisa. Portanto, o instituto manteve a preocupação de trazer para o seu núcleo novas pesquisas e de também frequentar eventos em outros núcleos. Os representantes escolhidos pela instituição para comparecer aos congressos automaticamente se tornaram encarregados de trazer e socializar com o grupo as novas perspectivas e bagagens.

Quanto à questão envolvendo os membros Beneméritos e Honorários, segundo os artigos do estatuto, a concessão desses títulos deve ser aprovada pela assembleia geral do instituto a partir de duas condições, uma caracterizada pelo destaque em relação ao “saber” e outra em relação a contribuição financeira fixadas no Art 39:

Parágrafo 1: O Título de Membro Benemérito será deferido à pessoa natural ou jurídica que haja proporcionado à instituição apoio econômico correspondente ao valor superior a 10 (dez) vezes o salário mínimo, ou, se pessoa física (membro ou não do instituto), de forma eficaz e destacada, haja contribuído para a instituição.

Parágrafo 2: O Título de Membro Honorário será deferido à pessoa brasileira ou estrangeira que se houver distinguido pelo saber, em qualquer ramo do conhecimento humano. (Revista do instituto histórico e geográfico de Getúlio Vargas, n 1, dezembro de 1996, p. 17).

O Art 42 prevê aos membros efetivos a fixação de uma mensalidade a ser definida pela assembleia geral, o que revela que a instituição, no que diz respeito às suas necessidades econômicas, também exigiu investimentos partindo da iniciativa coletiva e individual das pessoas que ao longo do tempo frequentaram e fizeram parte da entidade. Mesmo tendo o seu grupo diretivo dotado de certa autonomia, a assembleia geral é o órgão soberano da instituição, todas as ações e definições devem passar por discussão e votação nesse colegiado que é composto por todos os membros efetivos.

Uma característica que impressionou foi a constante interação do IHGGV com outros institutos históricos de diversas partes do estado e do país. As atas mostram que esse fluxo de trocas e interações é uma prática mantida desde os primeiros passos da entidade, tanto que grande parte das reuniões registradas menciona o momento de recebimento e envio de correspondências. Ente as instituições que mais são citadas estão: O Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul, o instituto histórico e geográfico de São Paulo, o instituto histórico e geográfico Brasileiro, o instituto histórico e geográfico de Alagoas, o instituto histórico de São Luiz Gonzaga, o instituto histórico do Amazonas, instituto histórico do Ceará, instituto histórico e geográfico de São João Del Rey, Fundação Joaquim Nabuco, instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Norte, instituto histórico e geográfico de Sorocaba, instituto histórico de São Leopoldo, instituto histórico e geográfico de Pelotas entre outros. O que caracteriza essa interação é o envio e recebimento de livros, almanaques, revistas, convites para eventos, artigos, boletins informativos e cartões postais.

Como uma instituição que também se denomina “cultural”, o instituto cumpriu essa finalidade e desenvolveu uma gama de projetos e ações inseridas na sociedade getuliense, como concursos de fotografia, saraus, cursos, palestras nas escolas. A entidade contribuiu com a organização de eventos culturais importantes no município como a Feira do Livro. Foi muitas vezes acionada pelo poder administrativo e executivo para tratar de questões como: tombamentos de patrimônio histórico, pareceres em relação a nomeação das ruas da cidade e organização das comemorações de aniversário do município e de seu patrono Getúlio Vargas. As sessões solenes de aniversário da morte de Getúlio Vargas passaram a ser anualmente organizadas pelo IHGGV, elas ocorrem quase sempre na praça central da cidade em frente ao seu busto. A “comemoração” e a atenção ao registro de elementos biográficos são práticas constantes, o espírito comemorativo é constantemente evocado pelo instituto através de sessões solenes e eventos.

Ficou claro que a instituição cumpre com as suas principais finalidades elegidas de ser um órgão de caráter científico e cultural, criar um acervo, desenvolver estudos da história e da geografia da região e de manter um intercâmbio com outras instituições. Mesmo não se colocando como esse lugar “oficial”, a entidade alcançou rápida legitimidade perante a comunidade local e é a principal referência disseminadora de narrativas no que diz respeito a história e a cultura.

4.2 DA REDAÇÃO: AS REVISTAS

Em relação as publicações do instituto, no capítulo VII está previsto o lançamento de revistas, o artigo 54 estabelece a revista como um órgão destinado a publicação dos trabalhos de seus sócios, porém, ficou determinado que outros trabalhos podem ser aceitos somente por decisão da comissão de redação, assim, pode-se dizer que o principal critério para publicar nas revistas da instituição é o pertencimento ao quadro de sócios. Considerando esse recorte, durante o período escolhido de análise e que compreende os anos de 1995 e 2010, nesse momento, a entidade apresentava em seu quadro cerca de 49 sócios distribuídos entre quatro categorias: fundadores, correspondentes, colaboradores e efetivos. Conforme já previsto no estatuto, o IHGGV lançou três revistas de periodicidade irregular no qual foram impressas cerca de 250 unidades de cada uma delas.

A primeira revista foi oficialmente lançada no ano de 1996 e não registra uma comissão de redação, ela foi planejada e discutida durante as reuniões do instituto. A sua estrutura foi pensada conjuntamente pelo grupo de membros do IHGGV, mas algumas decisões, como a busca por patrocinadores e a seleção de textos dos sócios correspondentes ficaram concentradas aos critérios do presidente: “revista deverá contar com vários patrocinadores. Serão selecionados alguns textos dos sócios correspondentes. Essas atividades, quanto a organização, estão a cargo do presidente do instituto¹⁷”.

No material está o catálogo da primeira fase das entrevistas do projeto memória oral getuliense que lista cerca de 20 entrevistas. Foram publicados também os estatutos, discursos de posse da sessão solene do primeiro ano de aniversário da instituição e alguns artigos redigidos pelos sócios. Entre os artigos, há reflexões sobre o método da história oral e projetos de dissertação de mestrado. A revista contém cerca de 174 páginas e traz na sua capa uma foto em preto e branco da vista panorâmica da cidade de Getúlio Vargas

¹⁷ Ata número 15; reunião registrada e ocorrida na data 03/10/1996

no ano de 1925. A estética da revista foi definida a partir de critérios de custo, a sua coloração preta e branca se deve ao fato de ter sido mais viável economicamente naquele momento.

Além do apoio da prefeitura municipal, empresas tradicionais do município patrocinaram a revista: Cotrigo, Banrisul, Cortume Rio Grandense e o jornal A voz da Serra. A segunda revista, lançada em 2003, é uma edição temática do evento que o IHGGV organizou e sediou. Trata-se do II Seminário de História Regional, o tema principal foi a Revolução de 1923 e o combate de Quatro Irmãos. O evento reuniu pesquisadores locais e de outros lugares do estado, a revista é composta por artigos redigidos pelos participantes do evento e conta com alguns artigos dos membros do IHGGV. De cor azul, tem como capa o título do seminário e contém 130 páginas. Diferente da primeira, essa segunda revista tem uma comissão organizadora composta pelo presidente e pela vice-presidente da instituição e o sócio correspondente e coordenador do projeto memória oral Ney Possap D'ávila. Para viabilizar a publicação dessa edição, foi apresentado um projeto à secretária de educação/cultura para solicitar verba do fundo municipal de cultura que aprovou e direcionou recursos para a impressão das revistas.

Em relação à sua impressão, a terceira revista lançada e impressa em 2005 também foi viabilizada pelos recursos do fundo municipal de cultural. De cor vermelha e com 135 páginas essa revista também é composta por artigos de no máximo 12 páginas e não apresenta nenhuma divisão temática. Também conta com uma comissão organizadora novamente coordenada pelo presidente do instituto, e o objetivo principal dessa terceira revista era publicar os textos produzidos pelos sócios da entidade. Ainda que o principal critério fosse ser sócio, considerando o número de sócios do local, houve um claro processo de seleção de textos que teve a contínua participação da figura do presidente. Durante o processo de investigação nos surgiu uma questão: em que medida a produção historiográfica do IHGGV é condicionada pelo perfil de seu presidente que está no grupo diretivo há 25 anos?

Como afirma Carr (1978) “o historiador é um selecionador”, precisamente porque aquilo que é transformado em fato histórico deriva de uma série de critérios de seleção e interpretação. Pode-se compreender a organização das revistas do IHGGV como um “laboratório” como determinado por Certeau (1984), elas possuem um caráter coletivo por que a história publicada ali mobiliza diferentes modelos historiográficos e, ao mesmo tempo, elas tem um caráter individual. Nesse sentido, entende-se que há uma influência

do perfil do presidente e de parte de seus relacionamentos que agregaram contatos e sócios ao local. No entanto, o presidente não é uma pessoa que tomou decisões arbitrárias ou solitárias na instituição, ele foi eleito continuamente de forma democrática.

É evidente que, por fazer parte da direção, por um longo tempo e por ser o idealizador do projeto memória oral getuliense e da própria fundação da entidade, ele é uma pessoa cujo perfil e trajetória pesou e influenciou o ambiente da instituição e suas diretrizes. Inclusive, o que infere-se, nas entre linhas, é que essa abertura da instituição à várias orientações está relacionada ao fato de ela ter como algo fundante o desejo de não associação a partidos políticos, logo, é possível correlacionar isso ao perfil historiográfico dele, que converge com os postulados da escola metódica e com a história científica do século XIX.

No que diz respeito a distribuição dessas revistas, a instituição decidiu que elas seriam comercializadas. Porém, elas também foram doadas para a biblioteca das universidades da região e para outros institutos que trocavam publicações com o IHGGV. A administração municipal, em cada lançamento, adquiriu cópias para serem enviadas as bibliotecas das escolas do município. Parte das revistas também foram doadas às pessoas participantes dos projetos do instituto, como o memória oral.

4.3 A ESCRITA DA HISTÓRIA E O LUGAR DA GEOGRAFIA.

As questões que orientam essa análise da produção historiográfica do instituto, publicada em suas revistas, consistem no objetivo de elucidar quais são os modelos teóricos-metodológicos que aparecem e principalmente como essa produção se relaciona com as categorias do tempo histórico: passado, presente e futuro que se tornam inteligíveis a partir do espaço de experiência e do horizonte de expectativas. A compreensão das narrativas produzidas pela sociedade nas diferentes épocas se torna inteligível a partir da investigação da consciência histórica coletiva e de como ela é sentida e significada (Koselleck, 2006).

A construção do discurso historiográfico dentro do IHGGV aconteceu de uma forma bem particular: não há uma, mas várias noções de história que são compartilhadas entre seus membros. As fontes utilizadas para a escrita dos textos se constituem, primordialmente, do uso de bibliografias, de documentos e testemunhos. São esses recursos metodológicos que legitimam e norteiam essa produção. Como já foi enfatizado, no espaço das revistas, assim como determinado nos estatutos, foi priorizada a publicação

de textos de seu grupo de sócios composto por quatro categorias: fundadores, efetivos, colaboradores e correspondentes.

O mapeamento dos temas revela que o grande pano de fundo das produções do instituto é o processo de ocupação e colonização do Alto Uruguai e seus diversos aspectos, ou seja, as questões relacionadas, como a imigração, a chegada dos colonizadores, a história da cidade, as Revoluções de 1893 e 1923 e as dinâmicas da organização social e cultural. No geral, as publicações não são divididas em sessões temáticas, não há uma separação entre as áreas ou temas. Abaixo segue uma tabela de mapeamento dos temas pesquisados nas três revistas:

Temas	Número de Publicações
História do município e da colonização	7
Revolução de 1893	3
História Oral	4
Revolução de 1923	9
Literários	6
Outros temas (ensino de história, guerra dos Canudos, pesquisa histórica municipal).	5

Fonte: Tabela produzida pelo autor.

Ao analisar as publicações, notamos que há alguns eixos: artigos que tratam do projeto memória oral getuliense e da utilização do método da história oral; artigos que abordam uma história política pautada nas guerras civis e seus impactos no Alto Uruguai; artigos que são intitulados como “contextualizações históricas” e que trazem uma abordagem histórica do município de Getúlio Vargas a partir das “origens” e que abordam tanto a história quanto a geografia; artigos que tratam da história da cidade de Getúlio Vargas e artigos que são escritos por diletantes e pessoas que tem formação em outras áreas além da história e da geografia. Esses textos se configuram como escritos “literários” (poesias, sonetos reflexões). Todos os artigos seguem o mesmo estilo, possuem em média de cinco à doze páginas e curiosamente alguns apresentam uma lista de referências bibliográficas ou documentos consultados enquanto outros não apresentam referências ao final do texto.

Em relação aos textos que tratam da memória e do projeto mostra-se claro que a história oral é devidamente abordada e problematizada enquanto um método fértil para a escrita da história local/regional, ela é mobilizada em diálogo com as perspectivas de uma história que busca valorizar os indivíduos como atores históricos, para além dos fatos e feitos:

A história oral é um conjunto de técnicas empregadas na recolha, fixação e utilização de memória de pessoas, para servirem de fonte histórica primária. Na atualidade essas técnicas objetivam a gravação em fita magnética dos depoimentos orais e posterior transcrição (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 1, dezembro de 1996, p. 171).

Nesse sentido, há uma clara diferenciação entre a memória, tida como a lembrança viva carregada pelos grupos, a possibilidade de registrar o testemunho, e a história enquanto uma atividade intelectual e crítica. O testemunho só ganha status de fonte quando submetido aos métodos do historiador, fica clara a diferenciação entre a função do historiador e do entrevistado. (Silveira, 2008).

O entrevistado deve relatar os fatos, significar essas experiências e se posicionar. Quanto ao historiador, cabe conhecer o contexto dessa história e trazer a luz esses fatos. Inclusive, os textos tratam o método da história oral como uma alternativa para dar voz a diferentes grupos sociais que não são contemplados pela história tida como tradicional e que revela uma concepção de história que extrapole ou fatos e feitos e direcione sua atenção aos indivíduos.

A história oral ao possibilitar a tomada de depoimentos orais das condições de recolha do testemunho histórico de pessoas que de outra forma não o fariam. Assim sendo, democratiza a construção da História permitindo que letrados e não letrados integrem-se ao processo de ampliar e detalhar o conhecimento histórico local, regional e inclusive nacional (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 1, dezembro, 1996, p. 171)

Isso fica ratificado em uma frase dita pelo presidente da instituição durante uma sessão solene. “A atenção especial é dada aos fatos mais corriqueiros porque a História não é só feita pelos governantes, mas pelas pessoas do povo”¹⁸. Considerando os demais eixos temáticos, aborda-se três artigos que falam do mesmo tema: a Revolução de 1893 no contexto do Alto Uruguai, mas, a partir de vertentes teóricas metodológicas

¹⁸ Ata número 16/96 do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Data 08/11/1996.

completamente distintas que estão entre o regime antigo e o regime moderno de historicidade.

O primeiro artigo intitulado “A batalha de Passo Fundo no contexto da Revolução de 1893” é de autoria de um sócio correspondente com grande participação dentro do instituto, professor e Mestre em história: Ney Possapp d’ Avila. O autor explicita o tom revisionista do seu texto e se posiciona considerando a história como uma “ciência social altamente ideologizada” e “que tem sido contada sempre pelos vencedores” (D’Avila, 2005, p. 7). Ele se incluiu entre os historiadores com formação universitária com a proposta de analisar a revolução de 1893 a partir de uma visão crítica e revisionista, escapando das análises puramente políticas partidárias. O texto traz o factual e a cronologia, mas tendo como base posicionamentos do autor, ancorados em seu aporte teórico. Destaca-se aqui, outro trecho que demonstra uma voga comemorativa presente no artigo e que faz referência a nova noção de “comemoração” e a necessidade de “trazer a memória ao coletivo”. Conforme apontada por Hartog (2013), essa noção se caracteriza como um espírito comemorativo para combater o “esquecimento”. Ficam então elucidadas as relações entre passado e futuro:

Aqui estamos para comemorar a Batalha de Passo Fundo, ferida nos campos do Pulador. Comemorar em seu sentido primeiro e radical é lembrar em conjunto, comemorar em conjunto, trazer a memória. Portanto, este é um momento privilegiado para medita sobre nosso passado, tomar a consciência do nosso presente e assumir decisão sobre nosso futuro” (D’AVILA, 2005, p. 7).

Na medida em que o texto se utiliza do conceito moderno de história e visa o “futuro”, ele invoca a velha noção de história como mestra da vida que tem um caráter pedagógico por que toma como base os ensinamentos das experiências alheias do passado para conduzir as ações futuras. Mas, ao mesmo tempo, o futuro é ponto de referência, a partir da tomada de “consciência do presente”, característica do regime moderno de historicidade.

Um segundo artigo que trata da revolução de 1893 é de autoria do presidente da instituição, Neivo Fabris. Percebe-se que seu artigo “A revolução Federalista e o Sertão do Alto Uruguai” tem um princípio de isonomia e um tom revisionista, mas sobretudo, se preocupa em trazer à tona os “fatos” e as “datas”, buscando a proximidade com a “verdade”. É um artigo que foi construído a partir da investigação de fontes documentais e está embasado pela história científica do século XIX, de orientação da escola metódica

que tratava o tempo como “singular”. A escola metódica defendia uma história neutra e científica, rejeitava a interpretação e postulava uma escrita da história pautada na comprovação de documentos a partir da crença de um realismo científico (Bourdé e Martin, 1983).

Em tese, desta maneira, o objeto do historiador se tornaria mais concreto. O “evento” é que pode ser datado, localizado e observado, assim, a possibilidade de observação seria o peso maior entre a abordagem científica da história e a abordagem filosófica. Desta maneira, a escrita da história deveria ser pautada pela “objetividade” máxima e pelo rigor metodológico, características presentes e perceptíveis no texto de Fabris.

O autor se utiliza de relatórios oficiais para apontar a contrariedade de um dos primeiros historiadores que colocaram o sertão do Alto Uruguai como um local de refúgio: “o mesmo historiador descreve que no período de 1890 à 1895, não há registro de qualquer entrada de imigrante no município, atribuindo tal fator a Revolução Federalista” (Fabris, 2005, p. 15).

Fabris (2005) ainda aponta a falta de fontes: “O autor não cita a fonte, e dá a entender que a guerra civil faz da região um local de abrigo para aqueles que se sentem ameaçados pelo conflito” (p. 15). Ele se utiliza da análise de relatórios enviados ao engenheiro e responsável pela organização da colônia Erechim, Carlos Torres Gonçalves, que comprovam que a região não era só um lugar de refúgio, mas que já era amplamente habitada:

Relatório destinado à Carlos Torres Gonçalves, datado de julho de 1907 e assinado por Lindolpho Siha, descreve périplo realizado pelo signatário da região, onde dois anos depois teria início a colônia Erechim. A dificuldade já aparece no início da empreitada, quando o grupo conduzido por Lindolpho não encontra a “barra do arroio fação”, sem que ninguém soubesse informar a respeito do mesmo. Surpresa maior teria o chefe da comissão ao constatar o grande número de habitantes espalhados pela região. (FABRIS, 2005, p. 17).

Dessa forma, ela ainda aponta conclusões sobre a ocupação da região: “novamente, os caboclos que coabitavam com os índios coroados precisam se retirar da região. Desta feita a causa não será a Revolução, mas o projeto oficial do Governo do Estado” (Fabris, 2005, p. 17).

Em relação a um terceiro artigo “Considerações em torno da Batalha de Passo Fundo” de autoria do sócio correspondente Corálio Bragança Pardo Cabeda que escreveu outras obras no campo da história militar, pode-se afirmar que ele foge ao conceito

moderno de história, mas foca em elementos biográficos. Cabeda tem formação de Economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é membro associado de outros institutos históricos como: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre); colaborador do Colégio Brasileiro de Genealogia (CBG); correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (Rio de Janeiro), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (RS), do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (RS) e da Associação Cultural Alcides Maya (São Gabriel, RS).

Nesse texto, ele aborda a revolução de 1893 seguindo um estilo muito mais narrativo à cerca da descrição dos fatos e datas. Apresenta uma linguagem diferenciada, pois se trata de uma “história militar”. Algumas das referências utilizadas são retiradas das Bibliotecas do Exército do Rio de Janeiro e da Biblioteca Militar de Porto Alegre. O enfoque é nas questões militares e de logística da revolução, além disso, há um constante enaltecimento do papel das figuras do exército:

Tomando a iniciativa com muita habilidade e judiciosa aplicação dos “princípios de guerra” Gumercindo e Salgado batem a brigada Portugal no Cerro do Ouro, (município de São Gabriel), em 27-08-1893, antes que se concretizasse a junção das hostes adversários. A vitória foi completa e aplastante e a exploração do êxito levou os maragatos às portas de São Gabriel. (CABEDA, 2005, p. 23).

O artigo de Cabeda (2005) apresenta uma leitura que não escapa do binarismo político que caracteriza a história do Rio Grande do Sul. Nesse caso, tem como pano de fundo a oposição entre Federalistas e Republicanos. O autor não se furta de julgamentos e juízos de valor, e de uma certa forma, ele exalta a resistência e o espírito de luta das tropas revoltosas, que mesmo em condições inferiores, comparadas ao poder das tropas do governo, tiveram grande êxitos e ações heroicas. Da mesma forma, ele tece críticas as condições do exército brasileiro:

A vitória governista foi à vitória do mais forte, do que reuniu maiores recursos materiais, e, antes de tudo, a vitória da unidade de comando, o que os federalistas nunca conseguiram atingir. O exército brasileiro, embora vitorioso, revelou o quanto estava perigosamente defasado, em termos operacionais, de doutrina e de organização que Canudos iria dramatizar dois anos mais tarde (CABEDA, 2005, p. 34).

Essa perspectiva reforça alguns aspectos da identidade do gaúcho, que é marcada por “ideais” como a bravura, a autonomia, as glórias, a insubmissão e a resistência que

são valores muito celebrados e que fomentam os movimentos separatistas. Os aspectos biográficos presentes na escrita também se afinam com a noção de história mestra da vida, tendo em vista que o autor trata os fatos e feitos com um caráter de “imortalização” das glórias do exército federalista.

No segundo eixo de publicações, os artigos são intitulados como “contextualizações históricas”, esse trabalho vai se ater aos escritos pelas sócias correspondente Mirtes Cecília Tagliari e a sócia fundadora Marlei Fátima Biazin da Silva, ambas são docentes e pesquisadoras. As publicações apresentam características parecidas porque tratam das origens, abordam a ocupação do Distrito de Rio Toldo e da comunidade de Santa Lúcia, ambos pertencentes à Getúlio Vargas e partem dos novos estudos que estão em conformidade com as recentes interpretações que mostram que a colonização do Alto Uruguai foi um projeto dirigido pelo governo do estado e que há região já era habitada por indígenas, caboclos e posseiros.

O aspecto destes trabalhos é histórico e geográfico na medida em que estão trazendo uma leitura e narração dos fatos históricos, dos primeiros habitantes a chegar na região, da organização econômica, dos aspectos religiosos e culturais. Mas, também descrevem o espaço, as paisagens e as suas modificações a partir de uma visão que dialoga com a geografia tradicional. Segue a descrição e observação presente em um dos artigos:

Aspectos Físicos: Região de Planície, com alguns riachos afluentes dos Rios Toldos e dos índios, o que facilita a lavoura do Arroz e de outras culturas.
Clima: temperado com diversos tipos de vegetação própria, destacando-se algumas reservas da área de Araucária.
Regime Pluviométrico: É muito instável, as vezes a maior ocorrência de chuvas é nos meses de primavera e verão, outras no outono e inverno. A média é de 120 mm. .Altitude: de 757 metros do nível do mar. Latitude Sul: 27 33 54
Longitude Oeste: 9 16 55. (TAGLIARI, 2005, p. 45).

De acordo com Moraes (1998), a geografia tradicional é filiada aos postulados do positivismo, o que implica na concepção do geógrafo como mero observador dos aspectos visíveis do real. É como se os fenômenos estivessem ali para serem palpados e objetivamente observados:

Daí a limitação de todos os procedimentos de análise à introdução, posta como a única via de qualquer explicação científica. Tal postura aparece na Geografia através da desgastada máxima – “A Geografia é uma ciência empírica, pautada na observação” – presente em todas as correntes dessa disciplina. Em primeiro lugar, coloca-se algo que é comum a todas as ciências – o referir-se ao real – como um elemento de especificidade da Geografia. E mais, numa visão empobrecedora da realidade, reduz-se está a mero empirismo. (MORAES, 1988, p. 7).

Ainda, no que tange ao lugar que a geografia ocupa dentro do instituto e em sua produção teórica, a análise das fontes demonstra o contrário de nossa primeira desconfiança de que a geografia pudesse ter um papel mais figurativo e de uma ciência auxiliar. Podemos afirmar que se trata do inverso, o estudo da geografia é tratado como indissociável dos estudos históricos. O fato de as comissões de pesquisa não terem separado a história e a geografia, e da instituição colocar como principal finalidade o estudo de ambas as áreas não é o suficiente para pautar nossas afirmações.

No entanto, ao contrário das noções de geografia tradicional que aparecem nas contextualizações históricas, há outra corrente geográfica que é mobilizada dentro do instituto. Nos referimos aos dois artigos produzidos pelas sócias fundadoras Ize Marli Borgamann e Isabel Cristina Cavedon Müller, ambas com formação em geografia. Esses trabalhos estão publicados na primeira revista, lançada em 1996. As pesquisas se colocam como pioneiras em relação aos estudos das transformações ocasionadas pela chegada da linha Férrea. Os artigos são projetos de dissertação de Mestrado que foram desenvolvidos na Universidade de Passo Fundo e estão intitulados como “A influência da colonização na organização espacial urbana” e “A influência da Ferrovia na organização espacial de Estação” e tem como objetivo mostrar a relação entre o processo histórico da região e o espaço geográfico e preencher essa lacuna detectada pelas autoras.

Getúlio Vargas e Estação são municípios muito próximos, há uma distância de menos de 5 km entre as duas cidades e que estão inseridos no mesmo contexto histórico. As justificativas das duas pesquisas é a mesma: a falta de estudos sobre a influência da colonização e da linha férrea na organização espacial das cidades de Getúlio Vargas e de Estação. Os dois trabalhos mobilizam um escopo teórico-metodológico parecido, pautado na corrente da Geografia Crítica que é uma vertente do movimento que visava a renovação do pensamento geográfico. As referências também são similares e citam autores em comum como: José Wiliam Vesentini, Milton Santos, Roberto Corrêa, Diamantino Pereira e Nelson Werneck Sodré.

Conforme Morais (2005), os autores da geografia crítica causaram uma ruptura ao rechaçarem o pragmatismo e o objetivismo da geografia tradicional caracterizada por um pensamento geográfico que não tinha poder heurístico diante das questões da realidade social. Esse movimento colocou o pensamento geográfico tradicional em questionamento e elucidou trabalhos mobilizam um escopo teórico-metodológico parecido, pautado na corrente da Geografia Crítica que é uma vertente do movimento que visava a renovação

do pensamento geográfico. Esse movimento colocou o pensamento geográfico tradicional em questionamento e elucidou a sua crise na medida em que seus autores começaram a demonstrar a relação das teorias geográficas com os diversos aspectos da sociedade como: cultura, política, ideologia, luta de classes e imperialismos.

Pode-se ver então a conformidade das pesquisas das sócias do IHGGV com as questões levantadas por esse movimento de renovação sobretudo por que elas utilizam o conceito de espaço de Milton Santos:

O termo espaço, no Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa, tem várias definições. Dentre elas está definido como “distância entre dois pontos” ou a área ou o volume entre limites determinados” {...} Para Milton Santos, o espaço define-se como “um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e, por relações sociais que estão acontecendo e que se manifestam através de processos e funções. (MÜLLER, 1996, P. 133-134).

Os textos fazem uma leitura partindo da concepção de que há uma relação dialética com as transformações históricas e a modificação do espaço, tomando o homem como principal agente transformador. Estão separados aqui trechos que ilustram a análise feita nesse trabalho: “O homem é espaço, está no espaço e produz espaço ao mesmo tempo” (Müller, 1996, p. 134).

Além das autoras se utilizarem de uma nova abordagem do conceito de “espaço” pautado nas discussões da geografia crítica, os textos estabelecem relações entre a história e a geografia:

Parece claro que serão necessárias as duas ciências para explicar e justificar a ocupação urbana do atual município de Getúlio Vargas, objeto deste trabalho. (MÜLLER, 1996, p. 137).

A geografia, no encaço da história, apropria-se dos conhecimentos desta para explicar seu objeto de estudo. E, esta relação está sendo adotada cada vez mais pelos geógrafos, especialmente pelos seguidores da geografia crítica. (BORGSMANN, 1996, p. 144).

É muito antiga a relação entre história e geografia. Desde Heródoto elas andam juntas e às vezes chegam a confundirem-se. (BORGSMANN, 1996, p. 144).

Quanto as contextualizações históricas, em geral, elas apresentam uma concepção de história pautada no regime de políticas culturais apontado por Salomon (2011) onde a história é entendida como a expressão máxima dos costumes e tradições e como o elo de identificação de uma dada comunidade ou grupo social. Nessa esteira, na perspectiva de Voigt (2008, p. 190), essa preservação da cultura soa como um “mecanismo político de

acomodação destas populações em um consenso definitivo, igualando o seu passado ao seu presente e futuro, fazendo de sua história a eterna confirmação de sua identidade”.

É notório que esses escritos evocam e enaltecem o “passado” as “tradições” e as “raízes” entrelaçando história, tradição e cultura e estão desvinculados de qualquer projeção em relação a um horizonte de expectativas. A ocupação da região pelos diferentes grupos étnicos é celebrada, a presença das comunidades indígenas e a sua importância histórica também é citada, mas não há problematizações que tratem de uma maneira mais profunda e direta sobre essas histórias e silenciamentos que essas etnias sofreram. O “desenvolvimento” e o “progresso” são sempre palavras que aparecem relacionadas a chegada do colonizador. Abaixo, foi selecionado um trecho que descreve como eram realizadas as festas de comunidade que são um elemento da tradição e de identificação local:

Na tarde de sábado e no domingo pela manhã, antes da missa eram realizadas as confissões. Depois da missa, acontecia a festa com o serviço de copa, com a venda de churrasco, galinha assada, pão, bolachas, cucas e bebidas. À tarde aconteciam diversos jogos, roleta e tiro ao alvo. Deste modo a pessoa tinha um domingo alegre, confraternizando com parentes e amigos. {...} No último domingo de setembro de cada ano realizava-se a festa de São Miguel, padroeiro da comunidade. (TAGLIARI, 2005, p. 41).

Conforme Machado (2012), a partir do contexto ocorrido nos anos 1970 de valorização e investimento em uma cultura regional, essa concepção, em geral, influenciou as interpretações sobre a região Sul do Brasil e sobre os imigrantes, através da consagração patrimonial da etnicidade. Ao estudar a região do Vale do Itajaí, ele afirma que a etnicidade foi tomada como um aspecto central do desenvolvimento da região e de sua afirmação política. Essa situação também pode ser vista no Alto Uruguai e em alguns escritos do IHGGV, a diversidade étnica proporcionada pelo projeto de imigração se tornou um patrimônio histórico da região que é pautada por uma concepção de desenvolvimento regional positivista tendo como base “o progresso”, “o trabalho” e a “ordem”, elementos de identificação associados a colonização e que Machado denomina como um “ethos cultural” (p. 80). Mas, a contrariedade é que, no geral, os textos que tratam da história da colonização apresentam uma interpretação clara de que a colonização do alto Uruguai aconteceu ligada ao projeto positivista executado pelo estado.

Nesse sentido identifica-se sinais de um “presentismo” nessas narrativas do passado pautadas na cultura e nas raízes e que são utilizadas como um recurso diante da

crise do tempo e das transformações na relação entre passado e futuro. Uma vez que se busca nesse passado uma afirmação, a história é utilizada como um elemento “presentista” na medida em que se recorre a “tradição” para lidar com as dificuldades do presente e com a falta de perspectivas futuristas (Hartog, 2013).

A partir disso, foi decidido que seria importante não excluir da análise os textos que tem um cunho literário, que são escritos pela sócia fundadora com formação em Literatura Lisolete Stawinsk, cujos escritos são reconhecidos perante a comunidade, e também por pessoas que são sócios colaboradores e diletantes. Compreende-se que a razão destes textos serem publicados é porque eles são entendidos pela instituição como históricos. Além disso, eles apresentam uma estrutura narrativa, estabelecem uma relação com o passado e dão voz a personagens e símbolos da história do município. Ao publicar essas narrativas, a instituição está conferindo legitimidade a elas, por essa razão elas não são menos importantes.

Novamente, nesses escritos percebe-se sinais de presentismo a partir de uma evocação e um enaltecimento a categoria do passado, há também um certo apelo saudosista às raízes e a símbolos da identidade da cidade que também são tomados como “patrimônio” como é o caso do Rio Abaúna:

Um olhar para o passado leva-me as margens do nosso rio Abaúna, o rio que faz parte de nossa infância e adolescência. As lembranças que as vezes parecem adormecidas, repentinamente, surgem nítidas, reais e repletas de saudosismo. (STAWINSK, 2005, p. 64).

O rio Abaúna também é objeto de reflexão de um dos textos do sócio correspondente Heitor José Fillipon que fala sobre suas experiências e sobre o rio do Abaúna como um símbolo que mantém as lembranças do sentido do passado, daquele passado que era diferente, que era melhor. Mas, ao fazer uma narração da trajetória do rio e da sua participação na história da cidade e para sua memória coletiva ele nos traz uma informação interessante da qual não cita a fonte, mas que indica o apagamento da identidade de outros grupos sociais que fazem parte da história da cidade e do Alto Uruguai:

Modesto, porém encantador, o rio Abaúna nasce na chapada do Erebangó e acaba no rio Pirassucê. O seu curso, de 58 quilômetros, é todo em território getuliense. É, portanto, um rio só nosso, íntimo, generoso e amigo. Seu nome original era rio dos índios, até que burocratas do Ibama, decidiram, por decreto, rebatizá-lo. (FILLIPON, 1996, p. 129).

Outro artigo que estabelece uma relação de apego e de evocação ao passado e que faz menção a um “ethos” getuliense é produzido pelo sócio colaborador Paulo Roberto Dallacorte que é um colecionador de gravuras e versa sobre a importância da cidade de Getúlio Vargas abrigar essa coleção:

Das minhas lembranças de infância, especialmente as conversas mantidas nas reuniões de família, em torno da mesa posta, as mais significativas foram aquelas que se referiam ao povo getuliense como sinônimo de empreendedor, amigo e hospitaleiro. Lembro das referências e pessoas, empresas, e empreendimentos que obtiveram êxito em nossa cidade, considerada então, próspera e progressista. (DALACORTE, 2005, p. 119).

No caso de Fillipon, ele ainda publica um segundo artigo que faz uma desconstrução em relação a história do nome da cidade de Getúlio Vargas, ele questiona a primeira versão produzida pelo historiador local Léo Stumpf em sua monografia de mestrado escrita em 1952. De acordo com Fillipon (2005) a versão apresentada por Stumpf não o convenceu:

Mas por que Getúlio Vargas? Não existia uma só relação que justificasse a adoção de seu nome. Ele nasceu em São Borja, região da campanha, era filho de fazendeiros, pertencia à elite rural e jamais visitara o nosso município. Sequer desceu do trem, quando, no dia 14 de outubro de 1930, por aqui passou com destino ao Rio de Janeiro para assumir a presidência da República. A primeira versão que conheci, nunca me convenceu. {...} Stumpf relata que o nome de Getúlio Vargas foi sugerido pelo presidente da Comissão Pró Emancipação Mathias Lorenzon ao então interventor General Flores da Cunha. Que motivos teria Lorenzon para abandonar o nome tradicional, Erechim? (FILLIPON, 2005, p. 125).

O autor do artigo considera como definitiva a versão do historiador Mario Gardelim e que foi publicada no jornal “O correio do Povo”. Ele não faz referência sobre a data dessa publicação. A versão de Gardelim revela que o nome do município, longe de ter alguma identificação com a figura de Getúlio Vargas, partiu de uma intervenção estatal:

De acordo com Gardelim, em dezembro de 1934, hospedaram-se no Hotel Novo Jung em Porto Alegre, ao mesmo dia, duas comissões pró-emancipação. A de farroupilha que fora chamada por Flores da Cunha e a de Erechim (hoje Getúlio Vargas) que tratava da emancipação já solicitada através do memorial encaminhado ao interventor no final de 1932. A primeira seria recebida em audiência na manhã seguinte. Já no Palácio, em plena audiência, Flores da Cunha comunicou a comissão de Farroupilha que decidira conceder-lhes a emancipação. Entretanto, impunha-lhes uma condição: o nome do novo município seria Getúlio Vargas e não Farroupilha como pretendiam. Justificou, afirmando que o presidente Vargas em breve visitaria o estado e que ele

pretendia homenageá-lo dando seu nome há um novo município. O presidente da comissão arguiu que a comunidade, predominantemente de origem italiana, escolhera Farroupilha como tributo à revolução e ao italiano Garibaldi, seu destacado líder. O general não concordou. Foi então que um atento membro da comissão disse-lhe: General, lá no hotel Jung está hospedada a Comissão Pró Emancipação que tem audiência marcada para a tarde. Por que o senhor não lhes concede a emancipação propondo-lhes o nome de Getúlio Vargas? (FILLIPON, 2005, p. 125-126).

Ainda há outros textos que abordam temas distintos como a guerra dos canudos, a história da associação empresarial da cidade e o ensino de história. Apesar de haver sempre um grupo diretivo presidido pela mesma pessoa à frente da instituição e da mesma eleger suas próprias diretrizes, na medida em que suas escolhas possam ter interditado outras, reconhece-se a entidade como um local que se manteve aberto às distintas vertentes e principalmente a trabalhos de revisões em relação aos olhares de historiografias locais já produzidas. Em vista disso, é importante destacar que, no ano de 2018, uma de suas sócias colaboradoras lançou um livro pelo instituto e a partir de seu apoio, a obra intitulada “O grande e velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de formigas (1908-1960)”. Trata-se de uma importante dissertação de mestrado que, dentre outras coisas, dedicou-se a história silenciada das primeiras etnias que ocuparam o Alto Uruguai e o município de Getúlio Vargas.

Dessa forma, afirmamos que o instituto oferece ferramentas e espaço para que se produzam novas e necessárias narrativas para explorar lacunas e silenciamentos. Compreende-se que, em termos de uma escrita da história, o critério de escolha das publicações passou muito mais pelos “temas” desejados do que propriamente por alguma preferência unívoca de perspectivas teóricas. Como se pode notar, tal produção historiográfica não é pautada por um discurso único e sim por uma heterogeneidade aonde algumas narrativas e percepções são contrárias. Considerando a análise epistemológica dos artigos e as discussões de Koselleck e Hartog, destaca-se que a produção teórica do IHGGV tem uma condição híbrida, trata-se de uma simbiose entre o velho *topos* da história *mestra vitae* os regimes moderno e presentista de historicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como guardião da história desse município, nossa entidade vem a quase uma década realizando um trabalho silencioso no resgate dos mais variados aspectos que envolvem a evolução social, política e econômica, desde a instalação da colônia Erechim, no longínquo ano de 1910. (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, n 2, 2005, p. 127).

Apesar do instituto histórico e geográfico de Getúlio Vargas não ter se postulado como um lugar oficial ou local de uma história “oficial”, claramente assumiu para si a tarefa de ser uma “guardiã” da história da cidade. A instituição surge na década de 1990 com extrema relevância, para pensar o passado, para institucionalizar e produzir história e memória e trazer à tona essa história que estaria perdida, que ainda não havia sido registrada. O mesmo emerge ligado há um contexto de mudanças na percepção da temporalidade e que intensificou a necessidade por memória e o desejo por história, somados a urgência por preservar e por historicizar o presente. Sem dúvida, desde que surgiu, o objetivo maior da instituição tem sido a busca por arquivar, narrar, rememorar e preservar. Quanto ao perfil geral dos seus membros, o instituto conta em sua grande maioria com pessoas ligadas à docência e a pesquisa, dentre outras atividades culturais.

As noções de “comemorar” e de “resgatar” são muito presentes na trajetória da entidade que apesar de ser um lugar aberto à distintas concepções é também o lugar que tornou inteligível e constituiu um passado comum para a comunidade. A busca por esse passado aconteceu através das mobilizações do IHGGV, do investimento do poder público municipal, da iniciativa privada, de iniciativas individuais e coletivas que demandavam acessar as suas “raízes”. A cidade de Getúlio Vargas, até 1995, não contava com nenhum espaço de história e de memória, e que abrigasse algum acervo. O método da história oral foi elegido pela instituição como o principal e contínuo meio de registrar história e memória, produzir fontes, materializar as impressões e experiências de uma geração de pessoas ligadas ao processo de colonização da região e da cidade, pessoas que viveram outros passados. Dessa forma, o testemunho é tido como fonte quando submetida ao método do historiador e as técnicas da história oral.

O instituto foi fundado para atender essa demanda e se tornou um espaço letrado legítimo com rápido reconhecimento perante a sociedade, se transformou de fato em um “guardião”, um produtor de narrativas legítimas e responsável pela guarda de objetos relevantes para distintos grupos sociais. Longe de ser um local oneroso ou esgotado, atuou constantemente nas ações e organizações referentes a constituição de uma identidade, uma cultura e é seguramente o local por onde perpassou e ainda perpassa a manutenção ou transformação de uma memória coletiva uma vez que a instituição seleciona e atribui significados aos fatos.

Quanto as noções de história compartilhadas na instituição, não há um conceito de história único e uniforme, mas em geral os escritos são marcados por uma história

cronológica e linear, por uma cadeia narrativa composta principalmente pela tríade Como aconteceu? Quando aconteceu? E quem participou?

A operação historiográfica do IHGGV combinou um lugar social, práticas científicas e uma escrita divulgada nas suas revistas. Nesse sentido, notamos nos textos analisados uma preocupação em construir um discurso que possa servir ao futuro, mas sobretudo, que sejam um recurso ao tempo presente.

A história produzida no IHGGV é como um mosaico aonde convivem distintas noções de história e também de geografia, que são compartilhadas e mobilizadas por seus membros. A geografia não é vista pela instituição como uma mera ciência auxiliar, não somente por que o estudo dessas duas áreas foi colocado como prioridade para a instituição mas por que isso também fica demonstrado nos textos. Desde o começo a instituição tratou a história e a geografia como áreas cujos estudos naturalmente exigiam uma inter-relação.

Sendo assim, penso que a produção teórica produzida no instituto durante os primeiros quinze anos tem um caráter heterogêneo, mas o que nos parece comum é como essas narrativas do passado se relacionam com as dimensões da temporalidade. Tanto a memória quanto a história são mobilizadas na instituição como um recurso presentista, o passado é evocado com a proximidade das questões do presente, para proteger esse presente distinto e preservar o futuro através da extrema disposição em “guardar” e “preservar”. São os ensinamentos do passado, as raízes e tradições o salvamento para o vazio e a aceleração de um presente líquido. A escrita da história do instituto aconteceu de uma maneira bastante peculiar, se situa entre os regimes moderno e presentista de historicidade e fortes nuances da história *magistra vitae*. Quanto ao IHGGV, ele segue sendo um terreno fértil para pesquisas e problematizações.

FONTES DOCUMENTAIS

DOCUMENTAÇÃO

Atas do Instituto Histórico e Geográfico Getúlio Vargas. Getúlio Vargas, 1995 de (1995-2010).

Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Getúlio Vargas, 1995.

TEXTOS SELECIONADOS

BORGAMANN, I. M. A influência da ferrovia na organização espacial de estação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 1, Dezembro de 1996.

CASSOL, E. O Positivismo planeja o Rio Grande. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 1, Dezembro de 1996.

CABEDA, P. C. Considerações em torno da batalha de Passo Fundo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas** n 3, Fevereiro, 2005.

D'AVILA, P. N. História Oral. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 1, Dezembro de 1996.

D'AVILA, P.N. A batalha de Passo Fundo no contexto da revolução de 1893. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas** n 3, Fevereiro, 2005.

DALACORTE, P. O caminho da gravura brasileira passa por Getúlio Vargas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas** n 3, Fevereiro, 2005.

FILIPPON, H. Um rio chamado Abaúna. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 1, Dezembro de 1996.

FILIPPON, J. H. O município de Getúlio Vargas: a origem do nome. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas** n 3, Fevereiro, 2005.

FABRIS, A, N. A revolução federalista e o sertão do alto Uruguai. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas** n 3, Fevereiro, 2005.

GIRARDELLO, G. S. Getúlio Vargas: 70 anos de emancipação político e administrativa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas** n 3, Fevereiro, 2005.

MULLER, C. I. A influência da colonização na organização espacial urbana de Getúlio Vargas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 1, Dezembro de 1996.

HOPPE, P. M. T. O trabalho do pesquisador no resgate da história regional e o papel do poder público. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 2, Setembro, 2003.

STAWINSKI, L. O rio Abaúna. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas** n 3, Fevereiro, 2005.

TAGLIARI, C. M. Síntese histórica do distrito de Rio Toldo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 3, Fevereiro, 2005.

RÜBENICH, W. W. Pesquisa histórica municipal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 2, Setembro, 2003.

História Oral. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas**, n 3. Fevereiro de 2005.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural / tradução: Paulo Soethe. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

ARAÚJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. Atualismo 1.0: Como a ideia de atualização mudou o século XXI. MG: Editora: SBTHH, 2018.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão dos nacionalismos. Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valdei Lopes de; OLIVEIRA, Maria da Glória de (org). Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. ANPUH – **XXV Simpósio Nacional de História**. – Fortaleza, 2009. Disponível em<https://anpuh.org.br/uploads/anais/simposios/pdf/20101/1548772006_186179bef2cd31edcba82d732ad2c5e4.pdf> acesso: 20/12/2020.

ANTUNES, Livia de Lauro. **Por uma memória da Nação: abolição e pós-emancipação nos Institutos Históricos (uma abordagem comparada)** 2014. 171 p. f. (Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de História. IH. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em<<http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/>> Acesso: 15/01/2020.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os Regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago 2015.

BASILE, Marcelo. O Laboratório da Nação: a era Regencial (1831-1840) In:_GRINBERG, Keila, e, SALLES, Ricardo. (org). **O Brasil Imperial**, v II: (1831-1870). Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2009. p. 55-119.

BARBANTI, H. C. Representação e recuperação da informação em centros de memória. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de São Paulo: Escola de Comunicações e Artes. São Paulo, p. 12-77.

BOURDÉ,G, MARTINS, H. As escolas históricas. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. IN: CERTEAU, M. A escrita da História. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CALLERI, C. “Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.21, n 40, p.59-83. 2001.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS** - n. 146 – 2012.

COSTA, Aryana. **Um regime de transição: o papel do IHGSP no curso de história da Universidade de São Paulo (1934) Estudos Históricos** Rio de Janeiro, vol 32, nº 67, p. 530-548, maio-agosto 2019. Disponível<:<http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942019000200010>> Acesso em: 18/02/2020.

CARVALHO, José Murilo de. Os Três Povos da República. **REVISTA USP**, São Paulo, n.59, p. 96-115, setembro/novembro 2003.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a Escrita da História: Historiografia e Nação no Brasil no século XIX. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CARLOS, Lilian Beatriz. **Uma relação a dois: a História e a Geografia nos primeiros anos do Instituto Geográfico Brasileiro**. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/uma%20relacao%20a%20dois.pdf>> acesso 10/02/2020.

DA SILVA, M. O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, p. 15-223.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dunderá, 2001.

DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDupf, 1998. 247 p.

DUARTE, L. Constância; PAIVA, B, Kelen. *A Mulher de letras: nos rastros de uma história*. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n.2, p. 11-19, jul/dez. 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Argvmentum, 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A história e os historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. 220p.

GOMES, Ângela de Castro. *A guardiã da memória*. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez. 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh. 284 p.

GUIMARÃES, L. *O Instituto Histórico, a cidade do Rio de Janeiro e os funerais*. In **450 anos do Rio de Janeiro: perspectivas plurais, visões singulares**. PEREIRA, Antônio. C; IPANEMA, Cybelle de (org). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2016.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1912)**. 2007. 233p. f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2007. Disponível em <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2500/1/389204.pdf>> acesso: 30/03/2020.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora /Universidade Cândido Mendes, 2000.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul.-dez. 2006.

HARTOG, F. Historia, memoria y crisis del tiempo. ¿Qué papel juega el historiador? *Historia y Grafía*, núm. 33, 2009, pp. 115-131, Departamento de Historia. México.

HAESBAERT, da C. R. *Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

Inventário dos Institutos Históricos e Geográficos no Rio Grande do Sul: de guardiões da memória à custódia do patrimônio – Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.

LE GOFF, J. **História e Memória**: Ed: Unicamp, São Paulo. 1990.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. O cotidiano, os “regimes de historicidade” e a memória.

Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 236 - 253. set./dez. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5965/2175180308192016236>>. Acesso: 10/02/2020

MUDROVIC, Maria Inês. El debate en torno a la representació de acontecimientos límite del pasado reciente: alcances del testimonio como fuente. *Diánoia*, volumen LII, número 59 (noviembre 2007): pp. 127–150.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. O presente como problema historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares. **Revista História Hoje**, v. 2, nº 4, p. 81-101 - 2013

Disponível em < <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/91> >

MORAIS, C. A. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2005.

MACHADO, R. Memória e arquivo no caso dos ossos de Blumenau. In_ MACHADO e VOIGHT. Desterritorializações do Vale. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012.

NORA, P. **Entre Memória e História**: A problemática dos Lugares. Ed: Gallimar, 1984.

NICOLAZZI, Fernando (org). História e historiadores no Brasil. Do fim do Império ao Alvorecer da República (1870-1940) Porto Alegre: EdPUCRS, 2015.

NEVES, Margarida de Souza. História e memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998.

OLIVEIRA, F. C. Entre “História” e “Histórias”: Repensando as concepções de memória, história e identidade em François Hartog. **Revista Dia-Logos**, v. 12, n. 2, p. 132-146, jul.-dez.

PERIOTTO, Marcília Rosa. O papel da Imprensa no Processo de construção da Nação: A vocação Pedagógica do Correio Brasziliense. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.16, p. 61 -83, dez. 2004 - ISSN: 1676-2584. Disponível em< http://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4787/art5_16.pdf> acesso: 20/02/2020.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 (segunda edição revista e ampliada), p. 37.

RODRIGUES, Mara Cristina de Mattos. Memórias Regionais no IHGB: Os centenários da Revolução Pernambucana e Farroupilha. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.4, n 10, jan/jun. 2014. p.1-13. *Historia y Grafía*, núm. 33, 2009, pp. 115-131, Departamento de Historia. México

RUFER, M. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. *Anuario de investigación* 2009 • UAM-X • MÉXICO • 2010 • PP. 107-140.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, mai. 2003. ISSN 2316-3852. Disponível em: <<http://www.fics.edu.br/index.>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

SALOMON, Marlon (org.). *Saber dos arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011, p. 110.

SANTOS, Evandro. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. **história da historiografia** • ouro preto • número 9 • agosto • 2012 • 88-105. Disponível em <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/366>> acesso 20/03/2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador: D. Pedro II um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVEIRA, Daniela. **“O passado está prenhe do futuro”**: A escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17526>.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Amanda de Carvalho. Perspectivas arquivísticas em centros de memória. **Archeion Online**, João Pessoa, v.6, n.1, p.80-95, jan. / jun. 2018 Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion>. ISSN 2318-6186.> acesso 24/11/2019.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005 Disponível em<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10266>> acesso 20/10/2019

TRAVERSO, Enzo. La historia como campo de batalla : Interpretar las violencias del siglo xx . - la ed. - Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2012.

VOIGT, F. A. O teuto Brasileiro: a reprodução de um ressentimento. In_ MACHADO e VOIGT. Desterritorializações do Vale. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012.

VARELLA, Flávia Florentino. **Da impossibilidade e aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.tde-08092011-110830. Acesso em: 2020-03-30.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In_ Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: vozes, 2013.